



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rui Jorge Ambrósio Sarapicos

**Processos de cultura ambiental em Portugal
na imprensa semanal (1973-1976)**

Rui Jorge Ambrósio Sarapicos **Processos de cultura ambiental em Portugal na imprensa semanal (1973-1976)**

UMinho | 2016

outubro de 2016



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rui Jorge Ambrósio Sarapicos

**Processos de cultura ambiental em Portugal
na imprensa semanal (1973-1976)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira
Azevedo Mendes**

outubro de 2016

DECLARAÇÃO

Nome: Rui Jorge Ambrósio Sarapicos

Endereço electrónico: rsmeistrado@gmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 5919157

Título da Dissertação de Mestrado: Processos de cultura ambiental em Portugal na imprensa semanal (1973-1976)

Orientador: Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira Azevedo Mendes

Ano de Conclusão: 2016

Designação de Mestrado: História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

As circunstâncias em que cheguei a esta etapa da vida, em idade acima da média e na condição de estudante-trabalhador, terão beneficiado com leituras, vivências e competências prévias o meu estudo. Também terão constituído para os que me acompanharam dificuldades que superámos. Por isso, agradeço.

Aos professores agradeço qualidades humanas e académicas, o estímulo, a paciência, o exemplo pelo trabalho, o bom acolhimento e liberdades de escolha. Aos funcionários do arquivo, das bibliotecas, dos laboratórios, das secretarias, dos bares, enfim, de todos os serviços, reconheço a competência e a simpatia que sempre diligenciaram. Aos velhos e novos amigos que encontrei na Universidade do Minho serei sempre grato pela camaradagem e incentivo.

Sou especialmente grato aos Departamentos de História e de Sociologia, onde passei, como quem passa «por um *caldarium* e por um *frigidarium*» – como comentou o professor Francisco Azevedo Mendes, a quem agradeço o modo elevado como me orientou nesta dissertação, com artes e engenho de manter o contacto, regular e próximo. Senti companhia e entusiasmo, dos primeiros resultados até ao fim, e compreensão quando precisei de tempo para estudo a sós. Quando lhe pedi para ser meu orientador, sabia que ia correr bem. Deve saber que lhe estou reconhecido por ter tornado tudo muito mais leve.

Aos autores que registaram, em textos e imagens, pedaços de uma história que aqui procuro agregar, interpretar e contar, assim como aos investigadores que com as suas reflexões abriram para a posteridade caminhos, que eu procuro seguir, para novas leituras da ação dos homens no tempo, sou ainda, como leitor, devedor de gratidão.

À família, a quem devo quase tudo e pouco poderei retribuir, a gratidão é ilimitada.

Processos de cultura ambiental em Portugal na imprensa semanal (1973-1976)

Resumo

A cultura ambiental envolveu durante a década de 1970 avanços significativos na cena das relações internacionais, tendo como marco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972. Esta dissertação procura caracterizar tais processos, vistos por quatro publicações de informação escrita, de periodicidade semanal, em Portugal, entre 1973 e 1976. Em 1974, o país foi atingido por uma revolução. Dois anos depois o direito ao ambiente ganhou dignidade constitucional.

Os periódicos, primeiro sujeitos a exame prévio e depois a multas e suspensões aplicadas por uma comissão *ad-hoc*, reportaram perceções de escassez de recursos energéticos e alimentares e de desqualificação social dos recursos humanos nas pescas e na agricultura, mas também avanços no debate do princípio do poluidor-pagador, na formação de ideias e práticas como a agricultura biológica, a aquacultura, a prospeção de combustíveis fósseis e de energias alternativas, e estudos desenvolvidos pelo Estado Novo sobre o nuclear – que o povo, em 1976, recusou.

Sob a ditadura, populações protestaram, dirigentes políticos e cientistas discutiram derrames de crude no mar, de efluentes nos rios e contaminação da atmosfera, crescimento urbano e ordenamento do território, posicionado nas rotas de petroleiros entre o sul e o norte da Europa. As autoridades, que orientaram a níveis diversos ações para restabelecimento das condições ambientais, criaram o primeiro parque nacional. Reconfiguraram a floresta e o litoral para fomentar indústrias. Após a revolução, o ambiente ganhou em termos formais protagonismo político na composição do Governo e no poder legislativo, mas foi perdendo relevância nas agendas e frequência nos espaços editoriais.

Palavras-chave: Portugal; Revolução; Ecologia; Cultura; Comunicação; Sociedade.

Processes of environmental culture in Portugal in weekly press (1973-1976)

Abstract

Environmental culture involved, during the decade of 1970, significant advances in the scene of international relations such as the United Nations Conference on the Environment, Stockholm, 1972. This dissertation seeks to characterize these processes, seen by four weekly publications, in Portugal, between 1973 and 1976. In 1974 the country was hit by a revolution. Two years later, the environmental law won constitutional dignity.

Magazines, first subject to preliminary examination and after the fines and suspensions imposed by an ad hoc committee, reported perceptions of shortages of energy and food resources and social devaluation of human resources in the fisheries and agriculture, but also advances in the discussion of the polluter pays principle and formation of ideas and practices such as organic farming, aquaculture, exploration of fossil fuels and alternative energy, and studies developed by Estado Novo on nuclear – which the people in 1976 refused.

Under the dictatorship, the people protested and political and scientific leaders discussed oil spills at sea, effluents into rivers and air pollution, urban growth and territory, located on the routes of oil between Northern and Southern Europe. The authorities took several actions to restore environmental conditions, creating the first national park. They have reshaped the forest and coast to encourage industries. After the revolution, the environment has increased in formal terms in government policy composition, but lost relevance and frequency in editorial spaces.

Keywords: Portugal; Revolution; Ecology; Culture; Communication; Society.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice.....	ix
Lista de siglas e abreviaturas.....	xi
Lista de quadros	xiii
Lista de imagens	xiv
1. Introdução	1
1.1 Formulação teórica e metodológica	1
1.2 Aproximação historiográfica	3
1.3 Estado da arte e motivação	6
1.4 Imprensa como fonte do «real passado».....	11
1.5 Conjuntura e jornalismo em 1973-1976	14
2. População, crescimento e recursos	27
2.1 Demografia: evoluções mundiais e nacionais	27
2.2 Recursos alimentares	33
2.2.1 Água: abastecimento em risco	33
2.2.2 Agricultura, florestas e pecuária	36
2.2.3 Pescas, «granjas de pescado» e conservas	43
2.3 Recursos energéticos	47
2.3.1 Portugal à procura de petróleo.....	47
2.3.2 Redução de consumo	52
2.3.3 Projeto para uma central nuclear	54
2.3.4 Em busca de alternativas.....	62

3. Poluição e atividades económicas.....	67
3.1 Marés negras	68
3.2 Barreiro: situação desigual?	70
3.3 O Tejo e outras águas	74
3.4 Celuloses em expansão	76
4. Comunidades e territórios	81
4.1 Peneda-Gerês em busca de um paraíso	81
4.2 Sines: «destruição das melhores terras»	84
4.3 Esporões, canais e barragens	86
4.4 Cidades a pedir espaços verdes.....	89
4.5 Automóvel: «problema maior»	95
5. Expressões de culto ambiental.....	99
5.1 Livros, crónicas e <i>cartoons</i> de inspiração ecológica.....	99
5.2 Artigos e entrevistas com especialistas	103
5.2 MEP – Movimento Ecológico Português	106
5.3 No teatro e no cinema	108
6. Ação política e legislativa	111
6.1 Ambiente nos processos políticos	111
6.2 Um debate parlamentar não noticiado	118
Conclusões	121
Fontes.....	125
Jornais e revistas.....	125
Artigos em jornais e revistas	125
Bibliografia	133
Textos em sítios na internet	137

Lista de siglas e abreviaturas

AAV – Autores vários

AMP – Ano Mundial da População

BIP – Banco Intercontinental Português

CDS – Centro Democrático Social

cf. - Conferir

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNA – Comissão Nacional de Ambiente

CPE – Companhia Portuguesa de Electricidade

CUF – Companhia União Fabril

EPA – Environment Protection Agency

et al. – e outros

EUA – Estados Unidos da América

GAS – Gabinete da Área de Sines

FAO – Food and Agriculture Organization

GP – Governo Provisório

ha – Hectare

INS – Instituto Nacional de Saúde

JEN – Junta de Energia Nuclear

JSN – Junta de Salvação Nacional

m³ – Metro cúbico

MEP – Movimento Ecológico Português

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MW - Megawatt

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PF – Plano de Fomento

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNPG – Parque Nacional da Peneda-Gerês

PPD – Partido Popular Democrático

PRD – Partido Renovador Democrático

PS – Partido Socialista

s.d. – Sem data

SJ – Sindicato dos Jornalistas

SNT – Sociedade Nacional de Tipografia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de quadros

Quadro 1 - Movimentos populacionais, Censos 1960 e 1970	31
Quadro 2 - Frequência de notícias e opiniões referentes a poluição (1973-1976)	67

Lista de imagens

Imagem 1	<i>Vida Mundial</i> , 24 de agosto, 1973: capa	33
Imagem 2	<i>Vida Mundial</i> , 19 de abril, 1974: capa	47
Imagem 3	<i>Flama</i> , 27 de julho, 1973: 64	74
Imagem 4	<i>Flama</i> , 16 de fevereiro, 1973: 30	81
Imagem 5	<i>O Século Ilustrado</i> , 16 de fevereiro, 1974: 4	95
Imagem 6	<i>Flama</i> , 15 de junho, 1973: 64	100
Imagem 7	<i>O Século Ilustrado</i> , 5 de janeiro, 1974: 57	101

1. Introdução

1.1 Formulação teórica e metodológica

Este estudo é nas suas bases teóricas devedor de investigadores não apenas da história, mas de outras disciplinas, de correntes diversas. Recorro a tais referências para, tendo por fontes órgãos de imprensa semanal da época, caracterizar, em Portugal, nos anos 1973-1976, processos de cultura ambiental. Sobre o objeto em análise, proponho-me, a partir de publicações coevas, seleccionar, classificar e interpretar elementos, em ordem a construir um discurso tanto quanto possível rigoroso¹. Ecos da Conferência de Estocolmo (1972)² e a nova Constituição da República Portuguesa (1976), que plasmou no ordenamento jurídico o ambiente como direito fundamental, pautam, às escalas internacional e nacional, os marcos cronológicos. As fronteiras geográficas são definidas pelo território continental de Portugal e, com exceções, espaços ultramarinos ou países mais ou menos distantes, por se tratar de temas que teriam relevância ou implicação com o contexto nacional.

Na dimensão empírica, o estudo assenta em conteúdos de um jornal e três revistas de periodicidade semanal, que constituem suporte documental, ora como fontes de aproximação às ações, ora permitindo interpretar modos como estas foram representadas nos meios de comunicação. Buscam-se agentes, práticas, normas, técnicas, condições materiais, conhecimentos disponíveis e ideias, que configurem, nestes anos, tensões ou consensos, evoluções ou permanências na relação da sociedade portuguesa com a natureza.

Expansão populacional e industrial, poluição, ordenamento do território, escassez de alimentos, matérias-primas e recursos energéticos, procura de alternativas ao petróleo e debate do nuclear preencheram espaços significativos na imprensa da época – indicaram leituras preliminares. A relevância que tais temas tiveram nas fontes justifica escolhas para organização dos capítulos. Naqueles anos em Portugal, revolução, choque petrolífero, descolonizações, alterações demográficas, culturais, económicas e políticas e turbulências militares atingiram o tecido social. Jornais e revistas sofreram impactos específicos. A crítica das fontes implica detalhar condições em que as publicações se produziram e questionar: como tratar através da

¹ José Mattoso, *A Escrita da História: teoria e métodos* (Lisboa: Estampa, 1988), 11.

² Forma que se tornou comum para designar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo.

imprensa processos de cultura ambiental num estudo de história? Com foco no suceder dos acontecimentos? Nos modos como estes foram tratados nos jornais? É possível equilibrar tais linhas de pesquisa?

No plano teórico, a diversidade de referências académicas que adiante se convocam constitui esforço para tentar ganhar ângulos e instrumentos de análise, embora podendo sugerir, sobre formas de olhar o passado e o devir, concepções que têm sido discutidas como eventualmente discordantes – sendo disso exemplos a perspectiva estrutural e descritiva ou a narrativa dos acontecimentos, que aqui se assumem como complementares.

‘Processos’, palavra de valor polissémico, assume sentidos propostos por Norbert Elias no seu *Processo Civilizacional*. Ao mesmo autor devo a teoria da configuração e o seu conceito de interdependência com que creio poder, no sentido epistemológico, superar problemas de formação de conhecimento, reconhecidos em outras formulações que procuraram atribuir às estruturas ou à ação toda a explicação dos fenómenos sociais³. Por sua vez, Anthony Giddens teorizou interações, propondo a «dualidade da estrutura», com que se pode abordar a questão das relações entre sociedades humanas e o resto da natureza⁴. A ação humana produz no meio efeitos que, em momento posterior, irão condicionar a ação.

Também o termo ‘cultura’ pode assumir sentidos múltiplos: aquisição de conhecimentos na formação do indivíduo enquanto ser social, costumes, instituições e obras que constituem herança de uma comunidade ou grupo; sistema complexo de códigos e padrões partilhados que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições que fazem parte da vida individual e coletiva de uma sociedade ou de um grupo, indicam diversos dicionários⁵. O grave na aceção habitual da palavra cultura «não é respeitar apenas produções intelectuais ou artísticas de uma elite, mas levar a supor que o ‘cultural’ só é investido num campo particular de práticas ou de produções», alertou Roger Chartier. Citando C. Geertz – «o conceito de cultura ao qual adiro (...) denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das

³ Norbert Elias, *O Processo Civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas* (Lisboa: D. Quixote, 1990); *A Sociedade de Corte*, 2.^a ed. (Lisboa: Estampa, 1995); «As interdependências humanas – os problemas das ligações sociais», em *Introdução à Sociologia* (Lisboa: Edições 70, 2015), 147-172.

⁴ Anthony Giddens, *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura* (Oeiras: Celta, 2004).

⁵ Sobre isto, cf. «Cultura» em *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001), vol. I., 1042; «Cultura» em *Dicionário do Português Atual Houaiss* (Lisboa: Circulo de Leitores, 2011), vol. I., 707.

quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida» – Chartier observa «uma articulação nova entre ‘estrutura cultural’ e ‘estrutura social’ (...) que faz de uma o reflexo da outra»⁶. Jorge Dias, após citar, entre outros, Durkheim e Tylor, definiu cultura como «produto do diálogo multimilenar que o homem tem travado com o ambiente na luta pela sobrevivência»⁷.

Para Edward T. Hall, «o homem ocidental separou-se da natureza e, por conseguinte, do restante mundo animal» e «teria podido continuar tranquilamente a ignorar a face animal da sua constituição, não tivesse sido a gravidade da explosão demográfica durante os últimos vinte anos». Ainda segundo o mesmo autor, a cultura «é, na sua maior parte, uma realidade oculta que escapa ao nosso controlo e constitui a trama da existência humana»⁸.

Acompanhando estas linhas, acresce o ‘ambiental’ como uma categoria de história, segundo uma dada perspectiva de análise, «a história da relação entre as sociedades humanas e o resto da natureza da qual dependem», proposta por J. R. McNeill⁹. Adotando implicitamente no seu objeto (relação entre sociedades humanas e o resto da natureza da qual dependem) um pendor sociológico na perspectiva da interdependência, este autor, já no século XXI, posicionou, explicitamente, a história ambiental como uma secção do conhecimento histórico.

1.2 Aproximação historiográfica

A perceção por historiadores da importância da relação dos homens com o meio ‘natural’ foi ganhando visibilidade em estudos sobre o século XX, mas também sobre tempos mais recuados. Marc Bloch, na década de 1940, apontou o assoreamento de um golfo como questão não da geologia, mas da história. O Zwin, um canal natural aberto próximo de Bruges por uma tempestade marítima na Idade Média, sofreu um assoreamento que «foi pelo menos favorecido por construções de diques, desvios de canais, secas, diversos actos do homem, resultado das necessidades colectivas e que apenas uma certa estrutura social torna possíveis»,

⁶ C. Geertz, *The Interpretation of Cultures* (Nova Iorque: Basic Books, 1973), *apud* Roger Chartier, *A História Cultural: entre práticas e representações* (Lisboa: Difel, 2002), 67.

⁷ A. Jorge Dias, «Cultura», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, (Porto: Figueirinhas, 1985), vol. II, 253-254.

⁸ Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta* (Lisboa: Relógio d’Água, 1986), 208 e 213.

⁹ J. R. McNeil, «Environmental History», em *A Concise Companion to History*, ed. Ulinka Rublack (Oxford: Oxford University, 2011), 299; Encyclopedia of Life Support Systems, «World environmental history – The historiography of environmental history». Disponível em <http://www.eolss.net/sample-chapters/c09/e6-156-01-00.pdf>.

argumentou¹⁰. Mais recentemente, Marc Nouschi dedicou um capítulo a pandemias e alterações a ecossistemas, apesar das quais um crescimento demográfico persistiu com efeitos nos consumos de energia, construções de barragens, pescas, retenções de areias dos rios, lagos que secaram, mares que avançaram, erosão do litoral. O Egipto fez uma barragem em Assuão: o lago Nasser ocupa 5000 km². O delta do Nilo, não alimentado pelos aluviões, recua sob avanço do Mediterrâneo. Para colmatar o défice de lodo, o país importa mais adubos químicos. A água, estagnada, causa endemia de bilharziase: um em cada dez casos é mortal¹¹. Um especialista em ecologia que esteve em Lisboa em 1973, como se verá, referiu-se a este caso.

Em *História da Europa desde 1945*, Tony Judt interpretou Chernobyl e outros desastres como «resultado directo da indiferença, má administração e da atitude soviética de abate e queima para com os recursos naturais»¹². Antes, propôs uma interpretação ambiental do salazarismo em Portugal: «não havia nada de contraditório no entusiasmo com que o ditador português António Salazar, já idoso, pôs em prática os mesmos controles ambientais que os radicais (pós-1968) em Viena ou Amsterdão tentavam implementar em seus governos democráticos. Desconfiado do ‘materialismo’ e decidido a manter o século XX à distância, Salazar foi, ao seu modo, um autêntico entusiasta dos objectivos ecológicos»¹³.

Na década de 1960, ganhou visibilidade pública a preocupação da comunidade científica com a natureza. Notaram-se efeitos de máquinas e produtos químicos. Pesticidas, usados para atacar mosquitos da malária e salvar vidas humanas, causavam enorme destruição, argumentou Rachel Carson¹⁴. Um século antes, Marx e Engels haviam criticado «contradições na natureza e na história» quando apresentadas como «coisas disjuntas, como se o homem não se encontrasse sempre perante uma natureza que é histórica e uma história que é natural»¹⁵.

Na transição do século XX para o século XXI, o ambiente, enquanto tema e perspectiva de análise, foi ganhando centralidade. À entrada na década de 1990, Peter Burke considerou que «a verdadeira identidade da história económica está ameaçada por uma proposta de controle de

¹⁰ Marc Bloch, *Apologia da História* (Rio de Janeiro: Zahar, 2002, ed. original «Apologie pour l'histoire ou métier d'historien», Cahiers des Annales, n.º 3, 1949), 53.

¹¹ Marc Nouschi, *O Século XX* (Lisboa: Instituto Piaget, 2003), 513-514.

¹² Tony Judt, *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945* (Lisboa: Edições 70, 2006), 675.

¹³ Judt, *Pós-Guerra...*, 558.

¹⁴ Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (S. Paulo: Ed. Melhoramento, 1969, ed. original, *Silent Spring*, Boston, Houghton Mifflin, 1962).

¹⁵ Karl Marx e Friedrich Engels, *Ideologia Alemã, crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas* (Lisboa: Presença, 1976), 31.

um empreendimento jovem, mas ambicioso: a história do meio ambiente, às vezes conhecida como eco-história» e, adiante, admitiu que, «no futuro, é provável que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita»¹⁶.

«No final do século XX, os historiadores encontram-se a escrever sobre o passado de quase toda a actividade humana, bem como sobre animais, plantas, o ambiente natural e o mundo artificial das máquinas e das cidades», observou Richard J. Evans¹⁷.

No capítulo «Que é a história social hoje?» de um livro coordenado por David Cannadine, Paul Cartledge realça a visão do tempo proposta por Braudel (duração curta, média e longa) «quando lida com sociedades camponesas pré-industriais nas quais a mudança técnica dos utensílios agrícolas básicos e, desse modo, os impactes do homem sobre o meio ambiente (e vice-versa) podem de facto parecer-nos muitíssimo lentos e quase imperceptíveis num dado momento no tempo»¹⁸. No epílogo do mesmo livro, Fernandez-Armesto lembra que os humanos «fazem parte do *continuum* animal; estão inseridos em ecossistemas, pelo que a história humana não pode ser inteiramente compreendida se a isolarmos do resto da natureza. É por esta razão que a ecologia histórica, ou a história ambiental, merece um lugar cada vez mais importante dentro do programa da história»¹⁹.

«O domínio sobre todos os seres vivos – um desafio à Terra» é o primeiro capítulo de um livro de Jeremy Black com difusão pública, *O Mundo no Século XX*²⁰. Em outra obra sobre o século passado, Geoffrey Blainey aborda movimentos ecológicos no tempo longo. Hinduísmo, Islamismo e Budismo eram religiões benévolas para com o ambiente; também o Cristianismo tinha tradição ecologista. Acreditava-se que S. Francisco, ao pregar, venerava a natureza de tal modo que fez a paz com lobos que rondavam as montanhas de Assis²¹.

Massimo Livi Bacci, citando Carlo Cipolla, lembrou que até à Revolução Industrial, para obter energia, o homem continuou a recorrer às plantas para alimento e combustível e aos

¹⁶ Peter Burke, «Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro», em *A Escrita da História: novas perspectivas*, org. Peter Burke (São Paulo: UNESP, 1992), 8 e 20.

¹⁷ Richard J. Evans, *Em Defesa da História* (Lisboa: Temas e Debates, 2000), 181.

¹⁸ Paul Cartledge, «Que é a história social hoje?», em *Que é a História Hoje?*, coord. David Cannadine, (Lisboa: Gradiva, 2006), 44-45.

¹⁹ Filipe Fernandez-Armesto, «Epílogo», em *Que é a História Hoje?*, 191-206.

²⁰ Jeremy Black, *O Mundo no Século XX* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2008), 29.

²¹ Geoffrey Blainey, *Uma Breve História do Século XX*. (Lisboa: D. Quixote, 2009), 369.

animais para comida e energia mecânica e observou que «esta subordinação ao ambiente natural e aos seus recursos é, de facto, o mecanismo que controla o aumento da população»²².

Neste relance sobre perspectivas da história ambiental, que se citam como trilhos do estudo que adiante se desenvolve, importa referir Roderick Nash, que publicara *Wilderness and the American Mind* (1967), um “clássico” sobre a imagem de vida selvagem na construção da identidade nacional norte-americana, que iniciou em 1972 na Universidade da Califórnia um curso de história ambiental. Explicando a sua conceção – lembra José Augusto Pádua –, Nash frisou que naquele ano (1972) também respondia a protestos por responsabilidade ambiental²³. Por outras palavras, teve importância na formalização académica da história ambiental a «voz das ruas», caracterizada, ainda que ao de leve, por Elísio Estanque, em artigo que agrega, no âmbito europeu, em maio de 1968, movimentos ambientalistas, pacifistas e sindicalistas, sem condições de expressão em Portugal até ao 25 de abril de 1974²⁴.

1.3 Estado da arte e motivação

Na historiografia portuguesa, a perceção de desequilíbrios na relação com o meio natural e de possíveis catástrofes daí resultantes é reconhecida há décadas. José Mattoso, para quem a história «não é uma comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente», confessou preocupações face à eventualidade de um «catastrófico desastre ecológico de dimensões mundiais»²⁵. Luís Reis Torgal, que explicou o *boom* da história nos anos 80 e 90 do século XX «pelo desejo de compreender o passado para explicar o presente», definiu a história como um saber que investiga o passado das sociedades «que se compõem de mulheres e de homens mas também de outros animais, vegetais e minerais»²⁶.

Luísa Schmidt e Ana Valadas – embora reconhecendo que em Portugal tais questões «adquiriram visibilidade, o associativismo ambientalista cresceu e ganhou presença social e a problemática ambientalista instalou-se nas preocupações dos políticos, dos meios de

²² Massimo Livi Bacci, *Breve História da População Mundial* (Lisboa: Edições 70, 2013), 35-36.

²³ José Augusto Pádua, «As bases teóricas da história ambiental», *Estudos avançados*, 24, n. 68 (2010): 81. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009.

²⁴ Elísio Estanque, «Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 55 (1999): 102-103 e 106. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10832/1/Ac%C3%A7%C3%A3o%20colectiva,%20comunidade%20e%20movimentos%20sociais.pdf>.

²⁵ José Mattoso, *A Escrita da História...*, 16 e 239-240.

²⁶ Luís Reis Torgal, *História... que história? Notas críticas de um historiador* (Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015), 47 e 33.

comunicação social e dos cientistas» – sustentaram que a história dos problemas ambientais «está ainda por fazer»²⁷. Desde aquela análise, investigadores portugueses fizeram avanços diversos. Prosseguir caminhos abertos, sobretudo nas últimas duas décadas, é o que proponho com este modesto contributo, submetendo a presente dissertação com o estímulo de o fazer numa academia que tem já dado passos nesse campo.

A Universidade do Minho, que em maio de 2010 recebera o *workshop* «The History of Environment and Global Climate Change: Water, Ecology, De-Forestation, Agriculture, Politics, and the Management of Nature», acolheu, de 8 a 12 de julho de 2014, a «II World Conference on Environmental History», que não pude acompanhar, mas cujos resumos recolhi e cuja leitura me estimulou ao mestrado neste campo da história. Beneficiei da abertura dos professores que, nas disciplinas curriculares, aceitaram para avaliação trabalhos meus de incidência ambiental. Foi esse também o caso de Cultura Contemporânea, cujo docente acolheu o meu pedido para me orientar nesta dissertação, indicando-me os anos 1973-1976 e as páginas do *Expresso*, *Flama*, *O Século Ilustrado e Vida Mundial*. Um estudo preliminar deu-me, em outubro de 2015, a convicção de que as fontes continham “material” empírico para avançar.

Em novembro de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, acompanhei o «1º Encontro de REPORT(H)A Rede Portuguesa de História Ambiental. Breves leituras sobre história ambiental», onde ouvi José Augusto Pádua e validei a qualidade de outros autores e fontes que já citara nos meus trabalhos curriculares do mestrado²⁸. Investigações a cuja apresentação assisti ou cujos resumos consultei – sobre dinâmicas das populações e territórios, debates e conflitos em torno de usos do solo, energia ou poluição, calamidades e riscos, resiliência social, literatura e ciência – concorreram, a par de artigos de investigação, teses e dissertações, como modelos para a organização deste trabalho.

Com responsabilidades no comité científico daquele Encontro e na publicação de resumos das conferências, Inês Amorim estudara a zona de Aveiro numa perspetiva económica em que se evidenciam questões da relação da sociedade com esteiros e pântanos, e a Barra como resposta a conflitos em volta de interesses contraditórios no sal, na pesca e no moliço,

²⁷ Luísa Schmidt e Aida Valadas Lima, «Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades», *Análise Social*, XXXI, n. 135 (1996): 206.

²⁸ Sobre este Encontro, ver Inês Amorim, Sara Pinto e Luís Silva (eds.) *Reading Topics on Environmental History - Breves leituras sobre História Ambiental*. CITCEM-REPORT(H)A, 2015. Disponível em http://www.citcem.org/documents/publications/IVCITCEM_Reading_Topics_2015.pdf.

enquanto em terra era preciso deixar inculto para o «equilíbrio ecológico: ora para estrumes, ora para gado, ora para cultivos episódicos...»²⁹. A vocação marítima da sociedade suscitou investigações na longa duração. Cristina Brito analisou em crónicas e tratados relações das viagens atlânticas dos portugueses, nos séculos XV a XVIII, com mamíferos marinhos ³⁰. Em investigação sobre políticas de gestão da floresta e das águas, Cristina Joanaz de Melo concluiu que no século XIX os direitos de propriedade privada contribuíram para a morosidade do «intrincado processo de formação de um modelo geral de ordenamento de águas e de florestas em Portugal», cuja implementação sofreu ainda de «limitações de ordem técnica e científica». Ainda assim, registou «um processo de habilitação estatal para a regulação de normas de ordenamento territorial, no domínio das águas e florestas, obtido através da consolidação do primado de intervenção do público sobre o privado»³¹. Estas autoras também participaram naquele «1º Encontro de REPORT(H)A Rede Portuguesa de História Ambiental» e tinham já apresentado trabalhos na «II World Conference on Environmental History» acolhida, em 2014, na Universidade do Minho.

A ação pública, tendo por referência o ambiente, tem vindo a inspirar abordagens em escalas local, nacional e internacional. Carla Soares apresentou um estudo sobre a denominada Comissão Científica Independente criada em 1999 e que, em 2000, deu luz verde à co-incineração. A comissão substituiu Maceira, local escolhido pela ex-ministra do Ambiente Elisa

²⁹ Inês Amorim, «Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico» (dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996). A mesma autora produziu trabalhos como «Politique patrimoniale et environnement: les marais maritimes du Portugal», em *Mutations de la culture patrimoniale*, dir. Jean-René Morice, Guy Saupin e Nadine Vivier (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015), 161-174 e, em co-autoria com vários autores, «Climatic extremes in Portugal in the 1780s based on documentary and instrumental records», *Climate Research*, vol. 66, n.º2 (2015):141-159

³⁰ Cristina Maria Ribeiro da Silva Brito, «Os mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XV e XVIII: a evolução da ciência e do conhecimento» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009). Também desta autora, ver «Whaling on the mainland of Portugal since the 13th century: a first approach», em *Proceedings of the ECS Workshop Marine Mammal History*, ed. Cristina Brito e P.G. H. Evans (ECS Special Publication Series, European Cetacean Society, 2009), 12-17, e «Land-based sperm whaling in the Azores: Historical and social-economical perspectives», em *Whaling and History III*, ed. Jan Erik Ringstad (Sandefjord: Kommandør Chr. Christensens Hvalfangstmuseum 2010),123-130.

³¹ Maria Cristina Dias Joanaz de Melo, «Contra cheias e tempestades: consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal 1852-1856» (tese de doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu, 2010). Desta autora, ver também «Recursos naturais no século XIX em Portugal. Da inexistência do conceito a divisão da agricultura em sectores: a construção de uma política sobre água e floresta em Portugal, entre 1834 e 1910», em *Portugal Chão*, org. José Portela e João Castro Caldas (Oeiras: Celta Editora, 2003), 301-322; «A questão fácil dos baldios: não lhes tocar», (comunicação apresentada no I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona, Coimbra, 2013), 21-68, e ainda, como co-editora com Ana Isabel Queiroz, Luís Espinha da Silveira e Ian D. Rotherdam, *Between The Atlantic and The Mediterranean. Responses to climate and weather conditions throughout history* (Sheffield: Wildtrack Publishing, 2013).

Ferreira em 1998, por Outão³². Luísa Schmidt sustentou haver em Portugal obstáculos sociais que «contribuem para a ineficácia das políticas, mesmo se acompanhadas de situação favorável em termos legislativos e financeiros»³³. Iria Amado Vaz estudou «As Origens do Ambientalismo em Portugal. A Liga para a Protecção da Natureza (1948-1974)»³⁴. Helena Geraldês publicou em livro uma história da preparação da Conferência de Estocolmo, tendo por fio condutor José Correia da Cunha, dirigente da CNA – Comissão Nacional de Ambiente, que vai ainda ser referido nesta dissertação³⁵. Tiago Peralta problematizou paradigmas de relações internacionais em torno do ambiente na União Europeia, incluindo em anexo uma entrevista sobre política ambiental internacional a Viriato Soromenho-Marques³⁶. Este professor catedrático, com vasta atividade cívica em que se inclui a de dirigente ambientalista, tem publicado em jornais e livros textos com interesse reconhecido pelos leitores³⁷.

A regulamentação de atividades, com normas orientadas para a preservação ambiental, sendo comum a vários trabalhos surgidos, constitui o cerne de estudos como o de Paula Teixeira Pinto, autora que, focando-se nos cinco anos após a legislação de 1990 que introduziu a Avaliação de Impacto Ambiental, registou «evolução positiva nas atitudes e comportamentos de todos os elementos intervenientes no processo»³⁸. Bruno Tavares conclui que, desde as cheias de 1967, «Portugal modificou-se radicalmente» mas que o país continuava «em busca de um

³² Carla Cristina Ramos Soares, «O Risco na sociedade e nos media. Como a imprensa nacional tratou a co-incineração» (dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006).

³³ Luísa Schmidt, «Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”» (comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: saberes e práticas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho, 2008).

³⁴ Iria F. Rodrigues Amado Vaz, «As Origens do Ambientalismo em Portugal. A Liga para a Protecção da Natureza (1948-1974)» (dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2000).

³⁵ Helena Geraldês, *O Homem da Mala de Estocolmo* (Lisboa: Esfera do Caos, 2011).

³⁶ Tiago Lisboa Vendrell Marques Peralta, «Poder normativo, a União Europeia e a política ambiental» (dissertação de mestrado, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, 2012).

³⁷ Na obra bibliográfica de Soromenho-Marques constam títulos como *Regressar à Terra. Consciência ecológica e política de ambiente* (Lisboa: Fim de Século, 1994); *Ambiente e Futuro. O Caso Português* (Matosinhos: Contemporânea Editora-Câmara Municipal de Matosinhos, 1996); *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1998); também participou em co-autoria com Domingos Moura, Francisco Ferreira, Francisco Nunes Correia e Gonçalo Ribeiro Telles, em *Ecologia e Ideologia* (Lisboa: Livros e Leituras, 1999) e em co-autoria com Isabel Mota, Mário Pinto, Jorge A. Vasconcellos e Sá, Félix Ribeiro e Elisabete Quintas, em *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015* (Lisboa: Pandora, 2005); coordenou obras como *O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação* (Lisboa: IPRIS e Editorial de Notícias) e *O Ambiente na Encruzilhada. Por um Futuro Sustentável* (Lisboa, Esfera do Caos, 2010).

³⁸ Paula Maria Teixeira Pinto, «Análise da Eficácia do Processo de Avaliação de Impacto Ambiental na Região Norte» (dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1997).

modelo político para o ambiente»³⁹. Em conexão com a floresta e grupos económicos nacionais, Jorge Fernandes Alves demonstra, no século XX, o papel do Estado no crescimento de um setor industrial – a pasta de papel⁴⁰.

Publicado no ano em que se conclui esta dissertação, importa o trabalho de Nuno Machado «De Marx a Llich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970»⁴¹. Como causas da crise do capitalismo Gorz apontava «o sobredesenvolvimento das capacidades produtivas e a destruição do meio ambiente causada pelas tecnologias utilizadas». Tal crise apenas poderá ser superada mediante «um novo modelo de produção que rompa com a racionalidade económica, utilize com cautela os recursos não renováveis e diminua o consumo de energia e de matérias-primas».

Em maior ou menor grau, aqueles trabalhos, ao lançarem luzes sobre questões que estavam por estudar, vão constituindo um *corpus* de modelos para quem procura este campo.

Assumo, também, como referências mais próximas outros estudos. José Gomes Canotilho foi coordenador científico de um livro que, no capítulo da ação política e legislativa, considero para análise à novidade introduzida pela Constituição de 1976⁴². Tiago Brandão fez uma tese de doutoramento em história (a que tive acesso na fase conclusiva da dissertação), onde reconheço afinidades com setenta páginas da sua secção «A problemática do ambiente»⁴³. No que concerne à interpretação das ações ambientais nos anos finais do Estado Novo, esta minha dissertação, creio, ganha sentido com a leitura daquela tese e de um outro trabalho mais recente do mesmo autor, que propõe a evolução, na década de 1960, de uma agenda internacional para o ambiente, à qual o Governo de Portugal (então com problemas nas relações

³⁹ Bruno Ribeiro Tavares, «O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica» (dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2013).

⁴⁰ Jorge Fernandes Alves, «A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel», *Revista da Faculdade de Letras, História*, III Série, vol. I (2000): 153-182.

⁴¹ Nuno Miguel Cardoso Machado, «De Marx a Llich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970», *Análise Social*, LI (2.º), n. 219 (2016): 240-273.

⁴² José G. Canotilho, coord., *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa: Universidade Aberta, 1998. Deste autor já havia estudado a obra *Proteção do Ambiente e Direito de Propriedade. Crítica de jurisprudência ambiental* (Coimbra: Coimbra Editora, 1995).

⁴³ Tiago Brandão «A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012). Desta tese importam para este assunto, além da secção referida, também a «Tabela XVI: Convenções, Protocolos, Tratados Internacionais relativos ao Ambiente (1911-1983)», a «Tabela XVII: Medidas legais no âmbito do ambiente tomadas entre 1970 e 1972», e ainda a «Transcrição D – Atribuições de diploma da Comissão Nacional do Ambiente (CNA-JNICT)» e a «Transcrição E – Recortes de jornal sobre Problemas do Ambiente».

diplomáticas devido à questão colonial) aderiu, num contexto pautado pela Guerra Fria e pelas tensões políticas e económicas entre países do norte, desenvolvidos e poluentes, e países do sul, pouco interessados em manter o estado de subdesenvolvimento. A preparação de conferências como as de Praga e Estocolmo terá sido causa para as autoridades portuguesas promoverem novas medidas políticas e administrativas ao nível interno⁴⁴. Aquela interdependência entre a arena diplomática e a emergência de uma agenda nacional de ambiente, proposta por Tiago Brandão, que também é indicada por Helena Geraldes⁴⁵, permite outro olhar à presença, visível e frequente, das questões de ambiente nos meios de comunicação social no ano de 1973. No que respeita à leitura dos modos como os periódicos acompanharam os processos de foro ambiental, assumem-se, como se refere adiante, questionamentos de Anabela Carvalho, que problematiza a construção social do ambiente, considerando atores que configuram a produção dos discursos dos órgãos de informação⁴⁶.

1.4 Imprensa como fonte do «real passado»

A imprensa, fonte predominante deste estudo, é, segundo José Tengarrinha, «um dos mais fecundos meios de sondar e prospectar os pensamentos, os sentimentos, os gostos dominantes, as determinantes de acção, a atitude mental de uma época»⁴⁷. Para Diogo Ramada Curto, a proliferação de jornais terá beneficiado da percepção pública de um papel legitimador de veracidade da palavra escrita, em comparação com a comunicação oral, que favorecia os «rumores»⁴⁸. Estes reconhecimentos não devem isentar de cuidados a leitura e interpretação da imprensa como fonte historiográfica. Ao estudar anúncios – que não são notícias, entrevistas ou reportagens –, na *Gazeta de Lisboa* (século XVIII), João Luís Lisboa concluiu que não podemos «aspirar a uma informação completa positiva sobre uma qualquer realidade», mas podemos «interrogá-la, pôr-lhe questões que alarguem o espaço limitado da informação positiva» e o que

⁴⁴ Tiago Brandão, «Origens da Comissão Nacional do Ambiente na emergência da política ambiental em Portugal», *Ler História*, n. 68 (2015): 129-167.

⁴⁵ Geraldes, *O Homem da Mala...*

⁴⁶ Anabela Carvalho, org. *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos* (Coimbra: Grácio Editor, 2011), 15-17. Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1801/1731.

⁴⁷ José Tengarrinha, «Imprensa», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Figueirinhas, 1985), 272.

⁴⁸ Diogo Ramada Curto, «Rumores e comunicação», em *As Múltiplas Faces da História* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 81-93.

sabemos «não tem de ficar subordinado ao que o anunciante nos quer transmitir, mesmo supondo que tudo o que é escrito corresponde rigorosamente a um real passado»⁴⁹.

Investigadores diferentes, em tempos diversos, viram na imprensa dirigentes em luta pelo poder e conflitualidades sociais na definição de caminhos a seguir. Na transição para o século XX, a afirmação da República passou pelos meios impressos, notou Vasco Pulido Valente. O *Mundo* e a *Luta* serviram «para agitar e cristalizar as ambições e frustrações dos leitores» e também, «em boa parte as reflectiam». Acrescenta: «Uma leitura, mesmo superficial, dos jornais republicanos com maior circulação mostrará que se ocupavam sobretudo das seguintes questões: da natureza ‘tirânica’ do sistema político; do contraste entre a grandeza histórica de Portugal e a sua presente decadência; dos escândalos de corrupção; e do comportamento, pessoal e profissional do clero». Para Pulido Valente (que também citou uma entrevista do rei ao jornal francês *Le Temps*), periódicos como *O Mundo*, *A Vanguarda* e *o Norte* «estabeleceram o mito de que ‘poderes ocultos’ regiam Portugal por procuração»⁵⁰. Maria de Fátima Bonifácio, num trabalho sobre os anos 30 e 40 do século XIX, cita publicações coevas. Antes de setembro, «na imprensa ‘patriota’, o ‘inimigo era um punhado de déspotas (‘devoristas’, ‘chamorros’, ‘ministeriais’) vendidos à Inglaterra», o país sofria de «uma dívida pública enorme» e tinha a imprensa «agrilhada»⁵¹. Nuno Severiano Teixeira notou o regresso à história do ‘político’ e do ‘acontecimento’, «produzido, metamorfoseado e agigantado pelos *média*»⁵².

Também para questões ambientais as publicações periódicas já foram consideradas como documentação. Uma equipa de investigadores estudou a imprensa periódica como fonte para a reconstituição da história climática em Portugal, no século XIX⁵³. Num tempo próximo ao enfoque deste estudo, catástrofes ambientais, como a maré negra provocada em 1967 pelo petroleiro *Torrey Canyon* ao largo do Reino Unido e, em 1969, o derrame de uma plataforma de

⁴⁹ João Luís Lisboa, «Os anúncios da ‘Gazeta de Lisboa’: fonte para uma sondagem sobre cultura e sociedade», em *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*, coord. Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (Lisboa: INCM, 1988), 307.

⁵⁰ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo* (Lisboa: Gradiva, 2004), 22, 27, 44 e 49.

⁵¹ Maria de Fátima Bonifácio, «O protecționismo como ideologia radical», *Análise Social*, XXIV, n. 103-104, (1988):1019, citando *O Movimento*, 8 de novembro, 1835, e *O Nacional*, 13 de novembro, 1835.

⁵² Nuno Severiano Teixeira, «Para uma ‘nova história política’: uma experiência de conceptualização na história contemporânea portuguesa», em *Arquivo e Historiografia...*, 209.

⁵³ Pedro Cerdeira, David Marques, Maria de Fátima Nunes e Maria João Alcoforado, «A imprensa periódica (1800-1850) como fonte para o Projecto Klimhist» (comunicação apresentada no 1º Encontro de REPORT(H)A Rede Portuguesa de História Ambiental, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-7 de novembro, 2015). Disponível em <http://www.citcem.org/4encontro/docs/abstracts/Pedro%20Cerdeira%20e%20outros.pdf>.

petróleo na Califórnia foram «temas de eleição» da comunicação social⁵⁴. O conflito ambiental constitui, assim, na cultura jornalística, um valor-notícia, mas a comunicação social é também «um dos principais agentes promotores da transformação dos problemas ambientais em problemas sociais»⁵⁵.

Importa ter em conta as fontes estudadas como elementos que, no seu tempo, foram produzidos e terão atingido leitores. Seguindo Roger Chartier, considera-se a leitura como um ato concreto que «requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação», seja situado «no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas (...) e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhe ‘tipográficos’ no caso dos textos impressos – que são os seus». Tal apropriação situa a produção do sentido, a ‘aplicação do texto ao leitor’ como «uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade da sua leitura (silenciosa ou oral, sacralizada ou laicizada, comunitária ou solitária, pública ou privada, elementar ou virtuosa, popular, ou letrada)»⁵⁶.

Em termos metodológicos, assumo como central a relação, mediada por publicações semanais, da sociedade portuguesa com a natureza. Reconheço que neste trabalho o meu ponto de vista é limitado «pela particularidade do lugar de onde falo e do domínio onde prossigo uma investigação», pois é «em função desse lugar que se instauram métodos, que uma topografia de interesses se concretiza, que se organizam processos e questões a pôr aos documentos»⁵⁷. Creio, porém, poder superar pelo menos em parte tais limitações, pelos atributos da documentação consultada, publicações periódicas elaboradas com critérios do jornalismo que se praticava, visando informar o leitor. As notícias e reportagens publicadas, que constituem o material empírico, em textos e imagens, «emprestam-nos os sentidos» dos repórteres que, procurando refletir realidades, selecionaram factos, pesquisaram documentação ou se deslocaram a lugares onde estabeleceram contactos diretos, ouviram protagonistas e

⁵⁴ Patrick Barkham, «Oil spills: Legacy of the Torrey Canyon», *The Guardian*, 24 de junho, 2010. Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2010/jun/24/torrey-canyon-oil-spill-deepwater-bp>.

⁵⁵ José Gomes Ferreira, «Saneamento básico. Factores sociais no insucesso de uma política adiada» (tese de doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012), 33.

⁵⁶ Chartier, *A História Cultural...*, 25-26.

⁵⁷ Michel de Certeau, «A operação histórica», em *Fazer História. 1. Novos Problemas*, org. Jacques Le Goff e Pierre Nora (Lisboa: Bertrand, 1977), 17-19.

testemunhas de acontecimentos⁵⁸. Deram aos acontecimentos «carácter público», reproduzindo «factos históricos indiscutíveis»⁵⁹.

1.5 Conjuntura e jornalismo em 1973-1976

Para a interpretação do texto jornalístico poder levar à correspondência do “real passado”, ou veracidade legitimada, como propõem João Lisboa e Ramada Curto, com atenção ao alerta de Vasco Pulido Valente para possíveis mistificações, ou considerando as variáveis de produção de sentido propostas por Chartier, importa um esforço para observar circunstâncias em que tal texto se produziu. Adiante procuro, sucintamente, captar condições de exercício do jornalismo, nos anos 1973-1976, e caracterizar as publicações consultadas: *Expresso*, *Flama*, *O Século Ilustrado* e *Vida Mundial*.

A *Flama*, «jornal ilustrado de actualidades», quinzenal, que a Juventude Escolar Católica fundou em 1937, passou em 1944 a revista semanal – atingindo em 1948 a venda de 17 mil exemplares – formato que manteve após 1974. No fim dos anos 60, nela passaram redatores como Beça Múrias, Cáceres Monteiro, José Silva Pinto, Afonso Praça, Joaquim Letria e Cesário Borga, «mestres a escrever nas entrelinhas», recordou Fernando Cascais. Era rara a edição que não tivesse problemas com censura, disse em entrevista António dos Reis, que exerceu funções de diretor da publicação entre 1964 e 1976⁶⁰. Em 1972, a revista pertencia à SEFLA – Sociedade Editorial Flama, de capital detido maioritariamente pelo CPP – Crédito Predial Português, que em 1975 foi estatizado⁶¹.

Após 1974, a nacionalização do setor financeiro implicou entre outros efeitos a mudança de propriedade para o Estado da maioria dos títulos da imprensa nacional. A revista *O Século Ilustrado* era, desde 1938, complemento semanal do jornal *O Século*, cujo título era propriedade da SNT – Sociedade Nacional de Tipografia. Esta empresa, que tinha sido comprada pelo BIP – Banco Intercontinental Português, era dona também da revista *Vida Mundial*. O empresário Jorge de Brito recusou uma oferta da sua compra pelo PCP – Partido Comunista Português. Com a

⁵⁸ Fernando Cascais, «Fonte de informação», «Notícia» e «Reportagem», em *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media* (Lisboa: Verbo, 2001), 93, 140 e 167; José Jorge Letria e José Goulão, *Noções de Jornalismo*, 2.ª Ed. (Lisboa: Horizonte, 1986), 67-86.

⁵⁹ Gaye Tuchman, «As notícias como uma realidade construída», em., *Comunicação e Sociedade*, org. José Pissara Esteves (Lisboa: Horizonte, 2002), 91-104.

⁶⁰ Patrícia Fonseca, «A Pioneira Flama», *JJ, Clube de Jornalistas* http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj31/jj31_54.pdf, 2007.

⁶¹ AATT, «Crédito Predial Português», Associação dos Amigos da Torre do Tombo, <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1634>, s.d.

nacionalização do BIP, o Estado consolidou a posição de proprietário da SNT, por cuja administração, entre outros, passaram o então socialista Francisco Sousa Tavares e os militares Vítor Alves e Aventino Alves Teixeira. «O panorama da imprensa portuguesa altera-se, assim, de forma radical, relativamente ao controlo que, antes do 25 de abril, os grandes grupos económicos sobre ela exerciam», reportou o *Expresso*, semanário fundado em 1973, propriedade da Sojornal, de acionistas privados, pertencendo cerca de 55% a Francisco Pinto Balsemão⁶².

Alexandre Manuel, jornalista que após a revolução chefiou a redação da *Vida Mundial*, escreveu na *Flama*, em novembro de 1973, no início da XII Legislatura, que 61,9% da população recenseável não se encontrava recenseada. Citava a Constituição, apontando que a opinião pública era «elemento fundamental da Política e Administração do País» e referia um inquérito ao público: os entrevistados «não se queriam comprometer opinando», concluindo que «deparamos com uma sociedade sem opinião»⁶³. Em janeiro de 1973, os leitores da *Flama* puderam ler que o deputado Miller Guerra, em S. Bento, aludindo à opinião pública, «que se não contagiou pela propaganda a ideologia dominante», afirmou que «confrontando o desejo manifestado pelo País, clara ou obscuramente, de se emancipar das formas antiga de tutela e sujeição; comparando o povo português, mantido na sua minoridade política, com outros povos do mesmo tipo de civilização; prevendo o rumo que forçosamente vai tomar a vida sob a influência conjugada das expectativas e das forças sociais e políticas preponderantes, reflectindo em tudo isto, sinto fortalecida a convicção de que o progresso só se faz na liberdade»⁶⁴.

Estes casos podem ser lidos como superações ao exame prévio previsto na Lei 5/71 (Cap. V), de 5 de novembro, sob cuja vigência, em março de 1974, o *Expresso* deu três páginas à intervenção do deputado Mota Amaral, em polémica com o Governo, a preconizar a autonomia do Ultramar⁶⁵. Volvidas duas semanas, este semanário, na página 1, noticiou uma reunião da imprensa oposicionista, por iniciativa da *Seara Nova*, em Coimbra. Nessa mesma página, a par de um comentário de Marcelo Caetano – «O País está seguro de que conta com as suas Forças

⁶² «Grande percentagem dos jornais pertence ao Estado», *Expresso*, 22 de março, 1975, 5. Por uma questão de economia do texto, doravante opta-se, no mesmo parágrafo ou em parágrafos consecutivos, sempre que possível, por anotar apenas uma vez em rodapé a referência ao mesmo material citado.

⁶³ Alexandre Manuel, «XI Legislatura: assuntos não faltam», *Flama*, 16 de novembro, 1973, 25.

⁶⁴ «Recenseamento eleitoral. Um exame à consciência nacional», *Flama*, 12 de janeiro, 1973, 8.

⁶⁵ «Mota Amaral insiste na autonomia progressiva do Ultramar», «A intervenção de Mota Amaral provocou acesa polémica» e ainda «Importante discurso de Mota Amaral na Assembleia Nacional», *Expresso*, 2 de março, 1974, 1-3.

Armadas e em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca dos seus comandos», o *Expresso* noticiou a exoneração dos generais Costa Gomes e Spínola dos cargos de chefe e de vice-chefe das Forças Armadas⁶⁶. Era, pois, possível, nos tempos finais da ditadura, noticiar tensões entre meios militares. Tema este que, como se verá, sofreu após a revolução constrangimentos significativos na sua divulgação.

Antes e após revolução, a sustentabilidade económica dos meios de comunicação e suas inter-relações com o Estado era tema recorrente no *Expresso* e, com menor visibilidade, nas outras publicações. Em janeiro de 1974, membros do Grémio de Imprensa Não-Diária, em reunião com o secretário de Estado de Informação e Turismo, Pedro Pinto, e o diretor-geral da Informação, Pedro Gonçalves, discutiram dificuldades de abastecimento de papel, pagamento à imprensa não diária do diferencial do preço do papel já pago à imprensa diária, custos de combustíveis, telecomunicações e postais. O secretário de Estado prometeu debelar a crise e um contacto com o Ministério da Economia, pedindo «a inclusão de um representante do Grémio da Imprensa Não-Diária no grupo de trabalho constituído para se ocupar do assunto»⁶⁷. O Grémio pediu extensão à imprensa não-diária da isenção de contribuição industrial, «regalia de que a imprensa diária desfruta». O governante deu diferimento em ofício ao Ministério das Finanças.

Em abril de 1975, trabalhadores do *Diário Popular*, em plenário, solicitaram a «nomeação imediata» de delegados do Governo para a administração. A administração «foi nomeada e é da confiança do ex-banqueiro Manuel Quina», alegavam, lembrando que, após a nacionalização da banca e seguros, o Estado detinha, «pelo menos, 46% do capital social da empresa»⁶⁸. Em setembro de 1976, Francisco Sousa Tavares reagiu, no *Expresso*, a uma notícia de avales do Estado ao jornal *A Capital*⁶⁹.

Em outubro de 1976, o secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, deu posse à Comissão Interministerial para a Reestruturação da Imprensa Estatizada. Aludindo ao «gravíssimo problema da Imprensa estatizada», alertou que «a responsabilidade e a função social dos meios de comunicação implicam num reconhecimento de que devem executar um serviço público para garantir a sua existência» e que a questão era «se executam um serviço público, correspondente aos altíssimos encargos que o erário nacional» com elas suporta,

⁶⁶ «Exoneração de Costa Gomes e António Spínola», *Expresso*, 16 de março, 1974, 1.

⁶⁷ «Problemas da imprensa não-diária», *Expresso*, 26 de janeiro, 1974, 3.

⁶⁸ «Diário Popular: xequete mate à administração», *Flama*, 11 de abril, 1975, 41.

⁶⁹ «Sousa Tavares e os avales à "A Capital"», *Expresso*, 17 de setembro, 1976, 9.

publicações periódicas com «tiragens ridículas e sobras excessivas, com uma difusão e distribuição que não vai além dos principais centros urbanos»⁷⁰. À Comissão, o Governo deu seis meses, projetando para 1977 a reestruturação do setor. Após isto, disse Alegre, será o povo «a decidir quais os jornais e demais publicações periódicas que deseja»⁷¹.

O I GP – Governo Provisório (15/5/1974 a 18/7/1974), chefiado por Palma Carlos, aprovou e o Presidente da República, António de Spínola, promulgou o Decreto-Lei n.º 281/74, de 25 de junho, que criou, na dependência da JSN – Junta de Salvação Nacional, uma comissão *had-hoc*, prevista no Programa do MFA – Movimento das Forças Armadas, «para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão e cinema». Três dias após a publicação do diploma, a *Vida Mundial*, dirigida por Augusto Abelaira, deu à estampa na página 1 uma coluna a dar conta da suspensão da revista por três meses. «Reapareceremos em Outubro com um semanário idêntico nos propósitos mas a praticar uma informação de hoje para um País que, cremos, todos pretendemos diferente», concluiu, considerando este um facto que obrigava «a uma análise da nossa actuação como jornalistas, num país onde se possa escrever sem subterfúgios». Ao lado, uma breve dava conta do «saneamento dos quadros» no *Diário de Notícias*, tendo sido nomeados respetivamente para diretor e diretor-adjunto José Ribeiro dos Santos e José Carlos de Vasconcelos⁷². Nas duas páginas seguintes, Abelaira assinou um texto a revelar que este número seria visado pela comissão *ad-hoc*. «Leio, releio a entrevista com Teotónio Pereira que neste número se publica e pergunto-me: haverá nela alguma agressão ideológica que contrarie a aplicação do Governo Provisório? Usará 'indevidamente' da liberdade. Terá espírito crítico construtivo? E, terrível dúvida, será 'reaccionário'?» – questionou, acrescentando que se a comissão *ad-hoc* entender que Teotónio Pereira usa indevidamente a liberdade, «a *Vida Mundial* será imediatamente (que monstruosidade!) suspensa e obrigada a pagar 500 contos. Ou menos – mas como se graduarão as multas?»⁷³.

⁷⁰ «M. Alegre. Eliminando meios de comunicação pode succumbir-se ao totalitarismo», *Vida Mundial*, 28 de outubro, 1976, 6.

⁷¹ «Comissão Interministerial tem 6 meses para reestruturar Imprensa estatizada», *Expresso*, 22 de outubro, 1974, 5.

⁷² «A obrigação de renovar», *Vida Mundial*, 28 de junho, 1974, 1.

⁷³ Augusto Abelaira, «Este número será visado pela comissão had-hoc», *Vida Mundial*, 28 de junho, 1974, 2-3.

A criação da comissão *ad-hoc* teve em meios da imprensa, da rádio e da televisão «pronta reacção», noticiou, a 29 de junho, o *Expresso*. A União Popular dos Trabalhadores da Informação denunciou «o reaccionarismo da coligação burguesa no poder»⁷⁴.

O Sindicato dos Jornalistas reuniu, a 2 de julho, em Assembleia Geral, na qual foram apresentadas as propostas, A e B. Subscrita entre outros por Joaquim Letria, Fernanda Mestrinho, Fernando Cascais e João Paulo Guerra, a primeira preconizava «imediata revisão e alteração do regulamento», e «preparação dum novo regime legal da imprensa»⁷⁵. A segunda, subscrita por Rodrigues da Silva, Margarida Dias e António Rego Chaves, entre outros, via que pelas multas de 500 contos, «a pagar no prazo de 24 horas, não visa defender as agressões dos meios mais reaccionários, certamente ligados ao grande capital, nem sequer a imprensa de grande informação, hoje na mão de grandes monopólios, mas muito especialmente a imprensa popular e dos trabalhadores». Esta página 5 completava-se com a análise: «Será possível informar livremente sob a nova lei que regula a actividade dos órgãos de informação? Os jornalistas de *A Capital* e de *A República* já viram que não».

Na mesma edição, de 6 de julho, o *Expresso* noticiou que *República* e *A Capital* foram multados em 30 e 100 contos, respetivamente, por infringirem a lei que condicionava a informação⁷⁶. As infrações diziam respeito a notícias sobre a prisão de dois oficiais do Exército, por recusarem cumprir ordens, e ao destaque daqueles periódicos às manifestações de protesto que se seguiram. Na mesma segunda página, lia-se que a *Rádio Renascença* despediu quatro profissionais da informação, por recusarem uma ordem interna «limitativa do desempenho da sua profissão». A emissora readmitira Alberico Fernandes, «antigo director de programas que exerceu funções de censor antes de ter sido suspenso após a greve do 30 de abril, por se terem descoberto documentos reveladores da sua responsabilidade no despedimento de Rui Pedro nos primeiros meses deste ano».

«Estamos em presença de uma censura, não prévia, mas de qualquer modo brutal», segundo Raul Rego, ex-ministro da Comunicação Social no I GP, director do *República*, punido com suspensão – a segunda desde 1958, para quem a lei de Marcelo tinha vantagem, «a não

⁷⁴ «Trabalhadores da Informação discutem decreto provisório», *Expresso*, 29 de junho, 1974, 2.

⁷⁵ «Sindicato dos Jornalistas debate Estatuto Provisório da Informação» e «Uma barreira decisiva à liberdade de expressão», *Expresso*, 6 de julho, 1974, 5.

⁷⁶ «Multados dois jornais» e «Renascença despede quatro noticiaristas», *Expresso*, 6 de julho, 1974, 2.

aplicação de multas ou suspensões sem que estas fossem confirmadas em tribunal»⁷⁷. Ruela Ramos, diretor do *Diário de Lisboa*, também suspenso, considerou que o decreto-lei 281/74 podia provocar «mais do que uma censura interna, uma autocensura de quem escreve, auto limitando as próprias pessoas». Lembrando que a suspensão foi aplicada por notícias dando conta que em Luanda a população evidenciava receios e de uma manifestação do MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, Ruela Ramos adiantava: «a carta que nos comunicava a sanção era assinada pela JSN e não pela comissão *ad-hoc*, que segundo consta, se teria demitido». David Mourão-Ferreira, diretor de *A Capital*, confirmou ter recebido da JSN, por decisão de 31 de julho, a decisão de suspensão do jornal por dois dias, na aplicação do decreto-lei 281/74, por infração em reportagem «na última quarta-feira sobre uma manifestação realizada pelo MRPP».

Em 21 de setembro, sob o II GP (18/7/1974 a 30/9/1974), de Vasco Gonçalves, o *Expresso* noticiou que a comissão *ad-hoc* aplicara sanções. O *Tempo Novo*, com colaboradores ligados ao CDS – Centro Democrático Social, foi suspenso dois meses, por publicar uma carta aberta ao brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. À *Resistência* foi aplicada multa de 100 contos pelo artigo «dor e luto», de feição «ultra-reaccionária». O próprio *Expresso* foi multado em 25 contos. A sanção ao semanário desenvolvia-se nas páginas 6 e 10. Na página 6, o autor M.R.S. (como assinou então Marcelo Rebelo de Sousa) escreveu que a imprensa «existe para informar e não para esconder a informação» e «suspirei fundo por já não haver censura». Explicava que como substituto legal do diretor, Pinto Balsemão, que partira para Genebra em representação do país, foi chamado ao Ministério da Marinha a justificar uma notícia de 7 de setembro, sobre uma Portaria a dar conta que 105 oficiais foram obrigados a passar à reserva.

M.R.S. procurou demonstrar que «os critérios de oportunidade da imprensa e do poder político não coincidem» e por isso «é possível haver Watergates» e outros casos que «só enobrecem a imprensa das sociedades democráticas»⁷⁸. Admitindo no texto publicado incorreções a retificar, prosseguiu, «acreditei que apenas levavam à correcção de dois pontos da notícia» e «sugeri informalmente um texto». Mesmo assim, seguiu queixa à comissão *ad-hoc*. Sexta-feira decidiu-se não publicar a rectificação, pois a outra parte considerava essa uma «má saída». Conhecida a multa na segunda-feira e a notificação na terça, o resto foi «uma reunião

⁷⁷ «Solidariedade com os jornais suspensos», *Expresso*, 3 de agosto, 1974, 1 e 16.

⁷⁸ Marcelo Rebelo de Sousa, «História breve de uma multa de 25 contos», *Expresso*, 21 de setembro, 1974, 6.

com a comissão *ad-hoc* para esclarecer que a sanção, por via administrativa e sem audição prévia, resultava pretextualmente das incorrecções aludidas, e substancialmente do juízo político de ter contribuído para a divisão dentro das Forças Armadas».

Em 16 de novembro, o mesmo semanário publicou, à largura da página 3, o título «*Expresso* multado em 50 contos»⁷⁹. O texto era ilustrado com *fac-simile* de ofício da comissão *ad-hoc*, onde se explicitava que duas semanas antes, no n.º 96, sob o título «Hierarquia em questão nas Forças Armadas», o jornal publicara «um comentário tendencioso a uma entrevista concedida por sua excelência o general chefe do Estado-Maior do Exército» ao *República* no dia 29 de outubro. Segundo a comissão, ao pôr em causa, «embora de forma muito subtil» a posição dos comandos de várias unidades perante subordinados, sem nomear quais, «acaba por envolver todas elas – e neste caso estaríamos perante um exemplo típico de incitamento indirecto à desobediência militar». Ao lado do *fac-simile*, os subtítulos «Reprodução do último boletim do Movimento das Forças Armadas» e «Democratização das Forças Armadas» remetiam à leitura de seis colunas, que completavam a metade superior da página, abordando questões em torno da organização militar, numa tensão entre democracia, disciplina e hierarquia e propostas de associativismo e de cooperativismo entre os militares.

Augusto Abelaira, que a 28 de junho, no n.º 1828, anunciara a interrupção da *Vida Mundial*, assinou no n.º 1829, a 3 de outubro, um artigo a explicar o seu regresso, pois embora «ainda não corresponda ao que gostaríamos de apresentar aos nossos leitores, verificaram-se alterações que esperamos sejam do vosso agrado, no sentido de uma cobertura mais ampla dos acontecimentos. Cobertura essa que procuramos seja isenta – uma isenção que aprendemos a ter muito antes do 25 de Abril e que, julgamos, os nossos leitores sempre apreciaram devidamente, nos tempos em que a estúpida máquina censória nos entravava o passo»⁸⁰.

O III Governo Provisório (30/9/1974 a 26/3/1975) aprovou na generalidade, em dezembro de 1974, o projeto de lei de imprensa, elaborado por uma comissão presidida por Sousa Franco. O diploma aprovado «não se afasta muito do anteprojecto colocado a discussão pública pelo ainda ministro da Comunicação Social, major Sanches Osório», noticiou o *Expresso*, acrescentando que «em meia dúzia de pontos terão sido introduzidas alterações de substância», sendo uma referente ao limite de sanções, mas «mais significativa» seria a da aprovação pelo

⁷⁹ «Levantado boicote ao Expresso», *Flama*, 27 de dezembro, 1974, 6.

⁸⁰ Augusto Abelaira, «Aos leitores», *Vida Mundial*, 3 de outubro, 1974, 9.

Conselho de Redação da escolha dos membros das direções dos jornais⁸¹. Na mesma página lia-se que a comissão *ad-hoc* aplicara multa de 50 contos ao *Luta Popular* por, na entrevista «Uma mãe anticolonialista leitora do *Luta Popular*» e no artigo «O Povo libertará os antifascistas presos», o órgão do MRPP continuar a «opor-se sistematicamente à linha política de concórdia nacional traçada no programa do MFA».

Ainda em 1974, o Conselho de Ministros discutiu o projeto de lei de imprensa na especialidade. O diploma, apreciado por uma comissão com representantes dos partidos do Governo, grêmios da imprensa diária e não diária, e SJ, foi submetido a debate público e deveria ainda ser aprovado em Conselho de Estado⁸². Este órgão analisou o diploma em janeiro de 1975. No mesmo mês, o ministro sem pasta, Vítor Alves, despachou a criação, no Ministério da Comunicação Social, do Conselho de Informação, de cujas atribuições ressaltava a de «neutralizar informações inexatas e tendenciosas»⁸³.

Na *Flama*, a 30 de maio de 1975, «Imprensa portuguesa: onde está o mal?» foi título de capa, tendo por grafismo em fundo a Lei de Imprensa em Diário da República. Ao longo de uma dezena de páginas desenvolvia-se um debate com jornalistas: Jardim Gonçalves (*República*), Albertino Antunes (*Vida Mundial*), Mário Bacalhau (*Flama*), Piteira Santos (diretor adjunto do *Diário de Lisboa*) e Natália Correia (iria assumir na *Vida Mundial* a direção)⁸⁴.

Entre várias críticas à legislação da imprensa aprovada, Piteira Santos apontava o ter sido «redigida antes das nacionalizações» e portanto «não corresponde à história real, concreta». Na introdução, lia-se que «se a Imprensa fosse um negócio, uma distração ou um comércio, então as páginas que vamos dar ao leitor, de seguida, seriam um tanto irrisórias». Sustentando que a Imprensa «é (deve ser) a negação desses objectivos de tendência capitalista e, conseqüentemente, alienantes, da opinião pública», adiantava: «a Imprensa que tivemos até 25 de Abril de 1974 despiu-a o regime fascista das suas verdadeiras funções, colocando-a na dependência económica dos grandes grupos financeiros e amordaçando a liberdade de informação e de expressão do pensamento através do tenebroso tentáculo da censura». Adiante, questionava: «como conseguir que a Imprensa (diária) deixe de constituir uma carga de 350 000

⁸¹ «Lei de Imprensa aprovada na generalidade», *Expresso*, 7 de dezembro, 1974, 6.

⁸² «Lei de imprensa pode ser aprovada ainda este mês», *Expresso*, 14 de dezembro, 1974, 4.

⁸³ «Controle da informação», *Flama*, 17 de janeiro, 1975, 5.

⁸⁴ António Amorim e Regina Louro, «Imprensa Portuguesa: onde está o mal?», *Flama*, 30 de maio, 1975, 10-18 e 38-39.

contos de dívidas ao Estado?» e «que faz interromper a publicação de jornais e como admitir que o caso *República* justifique uma crise nacional?».

Para a cerimónia da independência de Cabo Verde o Governo português convidou vários órgãos de comunicação, mas não a *Flama*, cuja redação lamentou: «A *Flama* não esteve em Cabo Verde no dia 5 de julho porque assim o entendeu o Ministério da Comunicação Social». Inscrita na lista dos órgãos que pretendiam deslocar-se a Cabo Verde, a *Flama* foi informada telefonicamente que para a seleção dos semanários foi considerado o impacte e a penetração das publicações junto do público⁸⁵.

Para as páginas de *O Século Ilustrado*, Teresa Mendes entrevistou o porta-voz do Conselho de Revolução. À questão inicial – «Capitão Vasco Lourenço, se não vê inconveniente, começaremos esta entrevista abordando o problema da imprensa, já que também ele é fundamental para a ligação Povo-MFA, agora teoricamente sistematizada. Parece haver, neste momento, um mal-estar generalizado contra os órgãos de comunicação social: da parte do MFA (estou a recordar-me das palavras particularmente duras do comandante Vitor Crespo, no passado domingo, na televisão) por parte da população, e, o que já não é novidade, por parte de partidos políticos. Tem alguma opinião formada sobre as razões que estarão por detrás deste clima de quase hostilidade?» – o entrevistado dividiu a resposta em imprensa regional, na qual «embora possa haver um caso ou outro que, como excepção, justifica a regra, continua bastante reaccionária, continua mesmo contra a revolução» e órgãos de imprensa das grandes cidades, que também não estavam a favor da revolução», pois «têm invadido os leitores com muita teoria política, são muito agressivos no aspecto e nos textos, mas pouco criativos e mostrando pouco a realidade deste país»⁸⁶. Na primeira resposta, ainda, o capitão venceu que a imprensa «afastava as pessoas da revolução».

Os processos político-militares do período pós-revolucionário tiveram momento culminante a 25 de novembro de 1975, com efeitos nas empresas jornalísticas. Em janeiro de 1976, dezanove trabalhadores – catorze do *Diário de Notícias* e cinco de *O Século* – alvos de suspensão, acusaram o Partido Socialista de «manobra». José Saramago, demitido da função de diretor adjunto, referiu-se às suspensões naqueles matutinos que considerou as «únicas vozes

⁸⁵ «A Flama interroga o M. C. S», *Flama*, 1427, 11 de julho, 1975, 15.

⁸⁶ Teresa Mendes, «Cap. Vasco Lourenço: A Imprensa tem afastado o povo da própria revolução», *O Século Ilustrado*, 19 de julho, 1975, 2-4.

revolucionárias da informação até ao 25 de Novembro», concluindo que «os oprimidos e explorados ficaram para sempre ignorados»⁸⁷.

Vida Mundial ressurgiu «com intenção declarada de ser uma revista de opinião» e «situando-se num quadrante democrático, precisamente aquele que foi definido pela vontade do povo português, ‘opinião’ significa assumir a defesa dos princípios consagrados nessa escolha», escreveu em editorial Natália Correia, diretora da revista (que esteve suspensa), no regresso em maio de 1976⁸⁸. Volvidas duas semanas, publicou uma entrevista com Sá Carneiro, tendo como mote o apoio do PPD – Partido Popular Democrático à candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República. Natália Correia, que foi deputada pelo PPD, de 1979 a 1980 e de 1980 a 1983, e pelo PRD – Partido Renovador Democrático (que Eanes inspirou) como independente, de 1987 a 1991, escreveu em dezembro de 1976, em editorial: «Porque entendi e entendo não ser a área da imprensa estatizada interdito da liberdade de expressão, aceitei dirigir a ‘VM’ e aqui, nesta tribuna que é pertença do Estado, me resolvo a discordar do Governo no respeitante aos acontecimentos que ultimamente agitaram *O Século*»⁸⁹. Em causa estava a destituição do administrador Sousa Brito, «coagido de forma pouco clara a abandonar as suas funções» e a anulação da nomeação do social-democrata Nandim de Carvalho, para a direção daquele periódico, tema que foi a debate na Assembleia da República, onde Natália Correia observou que o PS – Partido Socialista venceu, beneficiando das abstenções do PCP e do CDS – Centro Democrático Social, considerando «difícil evitar» que a disputa «não tenha como pomo a direção de um jornal estatizado onde o PSD quer colocar um homem do seu partido e o PS se recusa a aceitá-lo».

Em julho de 1976, na *Vida Mundial* lia-se que, para Mário Soares, o *República* «foi apenas um polarizador dos seus interesses políticos e partidários, utilíssimo no plano externo europeu, espoletado a todos os níveis como uma disputa contra o monopólio da imprensa portuguesa pelo PCP»⁹⁰. Em agosto, trabalhadores do *República* concentraram-se junto às instalações, recusando a decisão de Almeida Santos, ex-ministro da Comunicação Social, também acionista do jornal, no sentido de transformar o diário em semanário⁹¹. O caso teve

⁸⁷ «Jornalistas suspensos falam de uma situação», *Flama*, 9 de janeiro, 1976, 5.

⁸⁸ Natália Correia, «Vida Mundial ressurgiu», *Vida Mundial*, 6 de maio, 1976, 1.

⁸⁹ Natália Correia, «Imprensa estatizada para quem?», *Vida Mundial*, 23 de dezembro, 1976, 1.

⁹⁰ Fernando Dil, «República. Nova política e a política que a fez», *Vida Mundial*, 17 de julho, 1975, 14-15.

⁹¹ «Trabalhadores do *República* exigiram em concentração o seu regresso como diário», *Expresso*, 27 de agosto, 1976, 12.

ponto alto em maio de 1975, quando a Comissão Coordenadora de Trabalhadores deste jornal, que era um caso excepcional de diário detido por privados (afetos ao PS) exigiu a demissão à direção (Raul Rego e Vítor Direito). O COPCON – Comando Operacional do Continente, selou as instalações. Em junho anunciava-se a saída dos ministros socialistas do Governo⁹². No dia 23 de dezembro, o Conselho de Revolução decidiu o fecho do jornal. Duas décadas após, com fundos europeus, fez-se um documentário à procura da ‘caixa negra’ do caso⁹³.

Em setembro de 1976, por seu turno, os trabalhadores da ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa⁹⁴ realizaram plenários para sua a reestruturação. Procuravam-se soluções para dívidas, questões laborais e independência do poder político, na linha editorial e na sua gestão quotidiana⁹⁵.

Ao darem à estampa estes casos, a imprensa analisada documentou evoluções na sociedade portuguesa que implicaram também, nos anos finais do Estado Novo e no período revolucionário, novidades em processos de produção (e controlo) de fluxos informativos⁹⁶. Ao abordar o *Diário de Notícias* nos anos 1974-1975, Pedro Marques Gomes resumiu o panorama do jornalismo em Portugal no início da década de 1970 em termos de «transformação no jornalismo português», devido «à multiplicidade de ideologias políticas que ganharam peso neste período, com os factos relacionados com o maio de 1968 e as revoltas estudantis». Por isso, sustenta, apesar de o controlo «não ter diminuído no decurso do consulado de Marcelo Caetano (que sucede a Salazar em 1968), do qual a continuação da censura (que passa a chamar-se exame prévio) é um dos aspetos mais evidentes», neste período as redações «vão sofrer algumas alterações»⁹⁷. Por seu turno, Helena Lima e Patrícia Teixeira observam que «as

⁹² «O Caso República: detonador da actual crise política» e Inácio Teigão, «Expresso acompanha acontecimentos por dentro», *Expresso*, 24 de maio, 1975, 5; «Impasse no caso República pode provocar saída dos ministros socialistas», *Expresso*, 7 de junho, 1975, 1.

⁹³ Mariana C. Ramos, «O caso República revisitado», *Público*, 29 de dezembro, 1998. Disponível em <https://www.publico.pt/media/jornal/o-caso-republica-revisitado-121291>.

⁹⁴ ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa. Extinta em dezembro de 1986 para dar lugar à Agência Lusa (com a junção da Notícias de Portugal), num decreto-lei assinado pelo então primeiro-ministro, Cavaco Silva, e promulgado pelo Presidente da República, Mário Soares, o despacho conjunto de Miguel Poiães Maduro e Isabel Castelo Branco, publicado em Diário da República em 2014, designou a Direção-Geral do Tesouro como destinatária do arquivo, livros e escrituração e demais documentação da ANOP e determinou o encerramento do processo de liquidação. Conferir em «Estado demorou 28 anos a liquidar a ANOP, a agência noticiosa portuguesa», *Jornal i*, 13 de maio, 2014. Disponível em <http://online.sapo.pt/272017>.

⁹⁵ «ANOP: Trabalhadores participam na reestruturação», *Expresso*, 10 de setembro, 1976, 4.

⁹⁶ Para uma visão ampla sobre o tema, cf. Mário Mesquita, «Os Meios de Comunicação Social», em *Portugal: 20 Anos de Democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 360-405.

⁹⁷ Pedro Marques Gomes, «A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975)», *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 9 N° 2 (Julho a Dezembro, 2012): 370.

redações viram-se perante a necessidade de responder a um fluxo permanente de informações, numa clara oposição à letargia vivida durante a ditadura»⁹⁸. As autoras, reconhecendo que os militares «empregaram uma prática manipuladora em relação aos meios de comunicação social», recorrendo à comissão had-hoc, a estratégia de propaganda e a nacionalização de capitais que após 11 de março de 1975 afetou empresas jornalísticas, consideram o período revolucionário «o início de um novo ciclo para os meios de comunicação social que se traduziu numa série de transformações registadas na produção noticiosa». Abolição da censura e estabelecimento da liberdade de expressão, fim da ditadura e radicalização política, teriam «consequências no sistema noticioso», gerando «mudanças drásticas no conteúdo de notícias e a abundância de acontecimentos considerados como valor-notícia».

Evidenciando impactos de ações dos poderes por que foram atingidos, os periódicos consultados, que em conjunto atingiam tiragens semanais de centenas de milhares, quatro décadas após a sua publicação proporcionam, também por isso, para o tempo em análise, uma aproximação ao “real”, seja pelas revelações produzidas pelos trabalhos de repórteres, que conduzem o leitor a lugares e ocorrências em concreto, seja pelo registo de ideias, expressas por elites mas também por pessoas ouvidas na rua.

Não se conhecendo, por agora, nestas fontes, casos de notícias relativas ao ambiente que tenham sido censuradas, não é de excluir que em momentos que pudessem perturbar interesses com os quais as empresas proprietárias tivessem relações de dependência o tema tenha sido preterido das agendas ou condicionado na sua abordagem. Mesmo em regimes democráticos os atores envolvidos – a que se reportam mas em que também se incluem jornais e revistas – podem ser condicionados na sua ação. Tal hipótese, cujo teste em profundidade não cabe neste trabalho, coloca-se por analogia com uma formulação de Anabela Carvalho, num estudo sobre o tratamento mediático das alterações climáticas: «Nas suas análises das negociações internacionais sobre a camada de ozono e das políticas em torno do problema das chuvas ácidas, Litfin (1994) e Hajer (1995), respectivamente, mostraram como o ambiente é socialmente construído através de conceptualizações promovidas por diferentes actores sociais. A selecção de ângulos, a enfatização de determinados argumentos e a utilização de narrativas específicas são algumas das práticas comunicativas empregues para promover uma

⁹⁸ Patrícia Teixeira e Helena Lima, «Impactos da Revolução de 1974 nas primeiras páginas dos diários portugueses», *Revista Media & Jornalismo*, número especial- V Seminário CIMJ (2015):330.

determinada agenda política, reprimir determinadas opções ou apontar alternativas de acção»⁹⁹. A mesma autora refere pressões e condicionamentos de natureza política, económica e cultural que são externos às organizações mediáticas e que têm também «implicações para o seu funcionamento e para os discursos que produzem». Reconhecendo, por outro lado, que as organizações mediáticas «funcionam segundo lógicas e dinâmicas próprias que condicionam, necessariamente, a sua forma de cobertura», considera que os *media* e as suas práticas discursivas são, assim, tanto produtores de sentido como produto de um determinado contexto sociocultural, tendo com ele uma relação mutuamente constitutiva.

⁹⁹ Carvalho, org. *As alterações climáticas...*, 15-17.

2. População, crescimento e recursos

2.1 Demografia: evoluções mundiais e nacionais

Variações quantitativas das populações à escala mundial e seus efeitos na perceção de insuficiência de recursos, principalmente alimentares, e de eventuais consequências ambientais, tiveram, nos periódicos estudados, expressões de alarme e outras de mitigação. Em janeiro de 1973, com o título «Em 1975 seremos 3600 milhões», o *Expresso* registou que «o problema da explosão demográfica continua a apaixonar a opinião pública não só porque a terra é limitada mas sobretudo porque o crescimento demográfico se processa em escala geométrica»¹⁰⁰. Com dados da FAO – Food and Agriculture Organization, perspetivava-se a falta de meios para sustentar a população, que se previa de 7000 milhões no ano 2000. Mais: a humanidade estava «ameaçada de perder a curto prazo» alimentos do mar. A pesca diminuía, como «consequência dos novos métodos». O radar deu «resultados extraordinários», mas, segundo a FAO, as espécies minguavam, desde 1969, no Báltico, no Cáspio, no Volga. Faltavam no Atlântico arenque e sardinha, e no Reno o salmão, antes abundante. O desenvolvimento industrial, como solução, era condicionado pelo «carácter fatalmente limitado dos combustíveis, minerais e metais». Citando o Relatório Meadows, ponderava-se «a criação de substitutos para aquilo que possa vir a faltar». O mar forneceria água potável, a energia atómica substituiria carvão, petróleo e gás natural, mas estas alternativas teriam custos de contaminação ambiental. Transformar o mar em água potável representaria «um enorme gasto de energia com o correlativo aumento da contaminação da atmosfera».

Em julho, o *Expresso* relativizou o tema, no título «Crise demográfica menos grave à escala mundial», embora alertando que era «imperioso» atenuar o crescimento populacional, que explicava pela diminuição da mortalidade e incremento da natalidade¹⁰¹. Citava o «optimista» J. H. Richards, para quem não existia um problema global, mas problemas à escala de cada país, uns sobrelotados, outros capazes de acolher «maiores volumes demográficos».

A ONU – Organização das Nações Unidas, declarou 1974 «Ano Mundial da População». A Conferência Mundial da População abordaria a evolução recente, perspetivas futuras, alterações demográficas e desenvolvimento económico e social, recursos humanos e meio ambiente. «Desde a criação em 1964 da Comissão da População das Nações Unidas, a atitude

¹⁰⁰ António Blasco, «Ambiente. Em 1975 seremos 3.600 milhões», *Expresso*, 20 de janeiro, 1973, 17.

¹⁰¹ «Crise demográfica menos grave à escala mundial», *Expresso*, 28 de julho, 1973, 15.

dos responsáveis pelas políticas nacionais no domínio da população evoluiu incontestavelmente. Para essa evolução contribuíram factores vários, com relevo para resultados dos recenseamentos da década de 1960, indicando um crescimento demográfico muitas vezes superior às previsões, o superpovoamento das cidades e os efeitos desse crescimento por vezes incontrolado (e incontrolável) sobre o meio ambiente», lia-se na *Vida Mundial*, em janeiro de 1974¹⁰². Uma criança «nascida hoje» poderia, aos 70 anos, viver entre 15 mil milhões e os seus netos entre 60 mil milhões. Cada habitante disporia de «limitadíssimo espaço para movimentação individual». Havia «muito menos alimentação *per capita* do que há 30 anos». Em todo o mundo, metade da população estava «condenada à morte lenta» e, devido à desnutrição, crianças «correm riscos graves de perturbações cerebrais e outras deficiências físicas». A ONU lançava uma campanha a «persuadir as pessoas a terem menos filhos, mas também a persuadir os governos da necessidade de adoptarem uma política populacional positiva, com vista ao mesmo objectivo». Conflitos de países ricos e pobres deviam ser solucionados, evitando «superpopulação global e crónica e a consequente exaustão de recursos naturais»¹⁰³.

O objetivo da ONU era «chamar a atenção das entidades governamentais e das instituições científicas e culturais, dos meios de comunicação e do público em geral para as importantes e cada vez mais prementes questões relacionadas com os problemas da população», informava a *Flama*, também em janeiro de 1974. Com imagens de bebés, citações de Ronald Freeman, quadros quantitativos e gráficos, uma pirâmide etária, cuja base se estreitava, expressava o declínio de natalidade proposto no título «Porque nascem menos portugueses»¹⁰⁴.

«Por instigação da ONU, prepara-se o mundo para consagrar o ano de 1974, agora infante, ao problema da superpopulação, o que alguns classificam de ‘boom’ demográfico e outros de bomba P». Principiava assim, também em janeiro de 1974, um artigo em *O Século Ilustrado*¹⁰⁵. Citando o «neomalthusiano» Paul Ehrlich, alertava para «equivocos» como «universalizar um critério regulador da natalidade, por igual, a todas as regiões do globo».

¹⁰² Afonso Praça, «Em foco. 1974: Ano mundial da população», *Vida Mundial*, 11 de janeiro, 1974, capa e 9-19.

¹⁰³ Praça, «Em foco. 1974: Ano mundial...», 11-12.

¹⁰⁴ Mário Bacalhau, «Porque nascem menos portugueses», *Flama*, 18 de janeiro, 1974, 6-11.

¹⁰⁵ Afonso Cautela, «A tribuna para Malthus. A população é uma arma», *O Século Ilustrado*, 19 de janeiro, 1974, 52-55.

O autor do texto, Afonso Cautela (um dos fundadores do MEP - Movimento Ecológico Português), problematizava: «Ainda que em teoria se possa contar com todas as regiões do globo habitáveis, a verdade é que a maior parte delas, por insalubridade climática, por industrialização maciça, por invasão desordenada da sociedade do desperdício, está a tornar-se inhóspita, inabitável». Na primeira de quatro páginas, lembrava que o globo terrestre «é um mundo de escassez», e argumentava: «Totalizando o que há para gastar – e o que ideal e teoricamente toda a Humanidade consumiria, se parte dela não vivesse em miséria de exploração, o que a Terra dá mal daria para os gastos essenciais».

Adiante, considerava que «não era tolo quem à sociedade da abundância chamou sociedade do desperdício» e fazia referência ao estudo *Limites do Crescimento*, «o livro mais discutido em 1972 e 1973», elaborado pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology, a convite do Clube de Roma, que, recorrendo a computadores, concluíra que «pelo ritmo actual de sobreprodução (a que os ricos países dizem não poder (!) nem querer renunciar) o mundo teria reservas para pouco mais de 30 anos». O artigo questionava as possibilidades de as economias poderem continuar a crescer e a «retórica habitual» de organizações como a FAO, narrando «fracassos das suas campanhas anti natalidade», ou «das suas campanhas para alimentar a fome dos famintos, das suas campanhas de fertilizantes químicos na agricultura, das suas campanhas a favor do DDT (diclorodifeniltricloroetano) e de outros crimes legais».

Em março de 1974, Francisco George¹⁰⁶ desdramatizava: «Considera-se a ‘explosão demográfica’ muito frequentemente (e muitas vezes atribuindo-se-lhe uma influência bem mais negativa do que ela na verdade desempenha) um dos factores do progressivo agravamento da situação alimentar no mundo»¹⁰⁷. Em 25 anos, haveria 7 biliões de humanos e dentro de 90 anos seriam 15 biliões. Iam esgotar-se o cobre, o chumbo, o zinco, o estanho e o mercúrio, antevia. Estimava que «morrem de fome no mundo ocidental 15 milhões de pessoas por ano» e que 500 milhões eram subalimentados. «A fome é um dos factores da superpopulação», mas os homens dispunham de conhecimentos que, aplicados racionalmente, permitiriam «dispor de alimentos em quantidade suficiente e nas diferentes qualidades indispensáveis» ao equilíbrio alimentar da população mundial, mesmo que esta aumentasse dez vezes. «As dificuldades a vencer não são de ordem técnica, são de natureza política», argumentava.

¹⁰⁶ Licenciado em medicina em 1973, diretor-geral de Saúde, desde 2005 até à data desta dissertação.

¹⁰⁷ Francisco George, «Explosão demográfica», *O Século Ilustrado*, 16 de março, 1974, 60.

O Século Ilustrado, em novembro de 1974, quantificava a nível mundial 200 milhões de crianças subalimentadas e no ano anterior 200 mil mortes devidas à fome, das quais 100 mil no Sahel. A seca seria parte do problema. Na Índia, a energia elétrica era racionada para garantir irrigação dos campos. Havia uma década que a FAO e a OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, «tinham previsto este drama»¹⁰⁸. O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, ao abrir em Roma a Conferência Mundial da Alimentação, com delegados de 138 países, preconizou reservas alimentares mundiais, estabilizar preços e acelerar o socorro às populações ameaçadas. Estavam em causa «soluções globais políticas, a longo prazo».

A conferência decorria sob o signo da geopolítica, um «confronto petróleo-trigo», adiantava a reportagem. O preço dos cereais subia pela escassez devida à seca, mas também a alta dos combustíveis subia valores do trigo e dos adubos (triplicaram). Na Índia «isto significava fome». Os russos teriam sido «reticentes» ao pedido pela FAO de informações «indiscretas» sobre a produção agrícola. Um mês antes, o Presidente norte-americano, Gerald Ford, ameaçara suprimir ajuda alimentar ao Terceiro Mundo se os produtores de petróleo continuassem a subir preços. Sabri Abdalla, ministro egípcio do Planeamento, admitia que «o verdadeiro poder já não pertence apenas aos que detêm a força nuclear ou as riquezas do petróleo».

Perceções de limites de recursos e propostas como regulação da natalidade causaram controvérsias. Em outubro de 1973 católicos profissionais de saúde debateram o controlo dos nascimentos nas Jornadas de Estudo sobre a Sociedade Moderna e População. Martin Brugarola admitiu «motivos de ordem económica, sanitária, eugénica e moral perfeitamente legítimos para ser limitada a natalidade»¹⁰⁹. Regular nascimentos na ótica da dignidade humana e limitar a natalidade era «preocupação da sociedade moderna». Nos países subdesenvolvidos, a população «por conveniência dos governos não é esclarecida sobre este e tantos outros assuntos, mantendo-se arreigada a hábitos e práticas ancestrais». O cardeal-patriarca de Lisboa, aceitando como legítimos os motivos, questionava a «licitude dos meios». O controlo de nascimentos seria aferido «à luz de uma paternidade responsável», afirmou Maria Teresa Lobo, subsecretária de Estado da Saúde e da Assistência¹¹⁰.

¹⁰⁸ Daniel Garric, «200 milhões de crianças subalimentadas. A fome dos outros», *Le Point*, *AEI / Século Ilustrado*, 16 de novembro, 1974, 18-20.

¹⁰⁹ «Limitação da natalidade debatida em Portugal», *Flama*, 19 de outubro, 1973, 13.

¹¹⁰ Primeira mulher a exercer um cargo governativo em Portugal. Cf. http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_19351974/html/pdf/I/lobo_maria_teresa_de_almeida_rosa_carcomo.pdf

Um mês antes, em setembro, a *Vida Mundial* citara o Recenseamento Geral da População, revelando movimentos em direção a distritos que viram o efetivo crescer, como Setúbal, Lisboa e Porto e, embora menos, Aveiro e Braga. Nestes territórios era apontado como fator de atração «o incremento industrial»¹¹¹. As subidas eram maiores em concelhos como Barreiro (68%), Almada (54%), Montijo (37%) e Moita (34%), no distrito de Setúbal, cuja sede crescia 15%. Santiago do Cacém e Grândola diminuíam (23 e 25%, respetivamente). Em Lisboa, se o distrito ganhava mais de 220 mil habitantes, a capital perdia 32 mil, baixando a níveis da década de 1950, enquanto cresciam Oeiras, Loures, Sintra e Cascais (ver Quadro 1).

Distrito	Aumento	Percentagens	População
Setúbal	89 156	24	464 218
Lisboa	223 525	16	1 611 887
Porto	123 476	10	1 314 794
Aveiro	24 442	5	546 457
Braga	23 476	4	617 063

Quadro 1. Movimentos populacionais, Censos 1960 e 1970. Fonte: *Vida Mundial*, 7 de setembro, 1973: 29.

O despovoamento, maior no interior, ocorria em todos os concelhos de Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa e Alentejo e das Ilhas Adjacentes. A reportagem referia a transformação em «zonas quase ermas» de regiões cujos habitantes migraram para o litoral ou para outros países. Todos os distritos das Ilhas Adjacentes viram diminuídas as suas populações: Horta (-16%), Ponta Delgada (-12%), Angra do Heroísmo (-7%), Funchal (-6%).

Em março de 1974, a *Vida Mundial* citou dados oficiais¹¹². A população diminuiu «mais de 2% em 10 anos, passando de 8 889 392 habitantes em 1960 para 8 668 267 em 1970», e previa-se para 1975 redução superior a 6%. O IV PF – Plano de Fomento (1974-1979) previa emigração anual de 60 mil pessoas, variações de taxas médias de natalidade, de 20,5 para 17,7%, e de mortalidade, de 10,5 para 11,8%, explicada pelo envelhecimento. Destacavam-se «fortes assimetrias» entre interior, despovoado pela emigração, e litoral, com variação positiva.

A reportagem referia um estudo de Maria Manuela da Silva, na *Análise Social*, notando que «cada vez mais as populações das zonas menos evoluídas sofrem a atracção das zonas mais desenvolvidas, onde lhes são oferecidos, pelo menos teoricamente, níveis de bem-estar

¹¹¹F. M. A., «Demografia. Entre dois censos», *Vida Mundial*, 7 de setembro, 1973, 28-33.

¹¹² Afonso Praça cita um estudo do Ministério das Corporações e Previdência Social, o projeto do IV Plano de Fomento, e ainda os estudos de F. Marques da Silva, O povoamento da metrópole observado através dos censos (Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE, 1970) e de Maria Manuela da Silva, «Assimetrias espaciais do Progresso no Continente Português» *Análise Social*, vol. II, n. 6 (1964): 296-300.

muito superiores aos que possuem nos seus meios de origem». Com base nisto, o IV PF previa decréscimo populacional no interior e procurava proporcionar «à sociedade portuguesa uma evolução diferente daquela que teve durante a década de 60» e na qual «o rápido despovoamento do meio rural constituiu um dos aspectos mais marcantes».

A dúvida era se seria possível «criar no interior condições de vida que criem o ímpeto da atracção exercida pelos centros mais desenvolvidos junto das respectivas populações». O repórter concluía com mais uma citação do PF: «Os processos de urbanização e industrialização também poderão contribuir para acentuar os actuais desequilíbrios, concentrando desenvolvimento em áreas restritas, mantendo estruturas sociais dualistas», mas também poderiam «representar factores fundamentais na dinamização e integração».

Aquelas previsões foram alteradas por processos de descolonização. Moveram-se para a metrópole centenas de milhares de pessoas. «Os primeiros retornados começaram a chegar à Caparica em Maio e, em maior força, depois de julho. Hoje, são 1800 pessoas, alojadas nos pavilhões e em barracas que a tropa instalou no parque da INATEL. Há neste número brancos, pretos, mestiços. Idades variadas, muitas crianças, jovens, mulheres e homens de idade madura, velhos», lia-se na *Vida Mundial*, em setembro de 1975¹¹³. Em Janeiro de 1976, o *Expresso* referia a quantidade nestes termos: «o meio milhão (os números nunca foram completamente apurados)»¹¹⁴. O mesmo semanário, citando dados da Comissão de Planeamento da Região do Norte, no que sustentava ser o «primeiro estudo sério sobre a situação dos “retornados”», destacou em março em título: «Nordeste transmontano: de 43 000 habitantes nos concelhos de Chaves e Valpaços, cerca de 7 mil são retornados». No texto, lia-se que «de facto, só nestes dois concelhos estão recenseados 6408 indivíduos». Adiante, o artigo, acompanhado de pirâmides etárias, referia a recomposição demográfica daquele território, seus impactos e novas necessidades, em aspetos como a habitação e a alimentação¹¹⁵. Em maio de 1976, na *Vida Mundial* estimava-se o número de “retonados” em idade ativa. «Compreende-se que, em época de crise de emprego como a que atravessamos, seja difícil a colocação imediata

¹¹³ Maria Antónia Palla, «Retornados de Angola. “A gente foge da guerra”», *Vida Mundial*, 11 de setembro, 1975, 19-21.

¹¹⁴ «Graça Moura: “Trabalho e habitação são prioritários para os retornados”», *Expresso*, 3 de janeiro, 1976, 4.

¹¹⁵ «Nordeste transmontano: de 43000 habitantes nos concelhos de Chaves e Valpaços, cerca de 7 mil são retornados», *Expresso*, 13 de março, 1976, 5.

para 200 a 300 mil pessoas (calculando-se nessa base a força de trabalho paralisada entre os retornados)»¹¹⁶.

2.2 Recursos alimentares

2.2.1 Água: abastecimento em risco

O conceito de «história da relação entre as sociedades humanas e o resto da natureza da qual dependem», citado de J. R. McNeil para definição de história ambiental, tem evidente aplicação, e por isso explicita-se, no que concerne às necessidades alimentares¹¹⁷. Desde o primeiro ano do tempo que se analisa, as fontes evidenciam preocupações com o abastecimento às populações de água. Tendo na capa uma torneira a verter, em agosto de 1973, a *Vida Mundial* dedicou ao tema uma reportagem¹¹⁸. Começava por citar dados da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura: os países industrializados consumiam 60 vezes mais água e referia a «grande acuidade» com que, em razão das evoluções urbanísticas e demográficas, em Portugal as necessidades de abastecimento cresciam, prenunciando a evolução «para um ponto de rotura com as cíclicas irregularidades que atingem os concelhos da Grande Lisboa».

O «sistema monopolista» da concessão «que em Outubro do próximo ano atingirá, o seu termo», insuficiências administrativas, condutas saturadas, canalizações velhas, para uma população que mudara em quantidade e hábitos de higiene, eram explicações que se avançavam para o problema que, lia-se na introdução, não se podia «dissociar de outra constatação geralmente desprezada: a sua base ecológica – a degradação da qualidade da água por via de descargas de águas residuais urbanas e industriais não tratadas ou insuficientemente tratadas e a escassez de lençóis subterrâneos». Esta era uma razão que (segundo declarações transcritas do jornal *O Século* para a revista) o engenheiro Lobato Faria apontava como «verdadeira raiz da

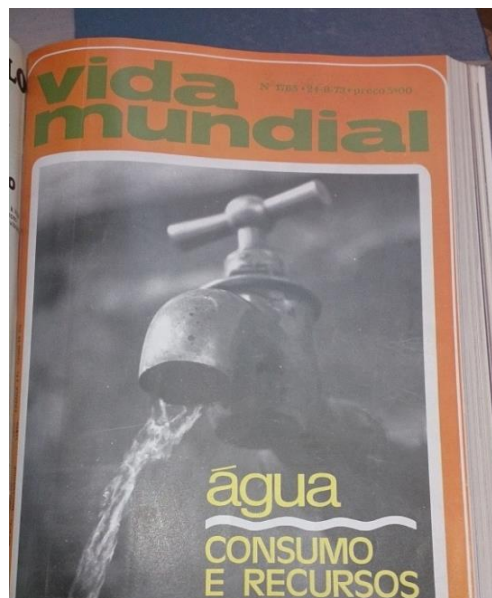


Imagem 1 - *Vida Mundial*, 24 de agosto, 1973: Capa.

¹¹⁶ «“Retornados”. Começou a revolta?», *Vida Mundial*, 13 de maio, 1976, 14-16.

¹¹⁷ McNeil, «Environmental History...», 299.

¹¹⁸ Fernando Antunes, «Água. Consumo e recursos», *Vida Mundial*, 24 de agosto, 1973, Capa e 24-41.

questão, invariavelmente esquecida quando se procura descobrir a origem das crises assinaladas em meios de maior concentração urbana e industrial».

Em outubro de 1973, a *Flama* noticiou «perturbações no serviço público de abastecimento de água à região de Lisboa»¹¹⁹. Uma nota oficiosa justificava o problema com a progressão das «exigências de consumo» no último quinquénio. Entre captações e a chegada, os consumos que, em 1960, «ainda não atingiam o máximo de 15 mil metros cúbicos (m³) por dia, situaram-se em Junho e Agosto do ano em curso quase sempre acima dos 50 mil m³ diários, ultrapassando largamente os 70 mil m³ no dia de maior consumo». Sentiram-se falhas em Sintra, Oeiras e Cascais. No último quinquénio o consumo total de Sintra aumentara 73%, o de Oeiras 61,6% e o de Cascais 61,5% e «a expansão demográfica e urbanística verificada nos últimos anos nos concelhos suburbanos de Lisboa conduziu a um elevadíssimo incremento dos consumos, agravado ainda pelas exigências da indústria», adiantava. Na região os habitantes e os turistas «não tiveram água no Verão agora terminado».

Em agosto de 1974, o *Século Ilustrado* alertou para um problema chegado à capital: «seja qual for o estado de deterioração ambiental a que chegaram os bairros urbanizados ou semiurbanizados», junto à Pedreira Italiana o caso apresentava-se «alarmante quanto a esgotos, lixos e abastecimento de água, exigindo as atenções das entidades governamentais, em acção conjunta com a câmara e a junta de freguesia», escrevia Afonso Cautela na abertura de uma reportagem, com fotos de Eduardo Gageiro, acrescentando que «uma torneira de água para 1.700 pessoas podia ser o resumo da situação» num aglomerado habitacional junto à ribeira de Barcarena, fazendo desta uma «fossa perpétua»¹²⁰.

Em maio de 1974, no Porto, bastou uma semana quente para faltar a água, provocando «alarme e todo um cortejo de reclamações», reportou a *Flama* em junho¹²¹. Dia 19, «um domingo normal», o Grande Porto consumiu 74.040 m³. Mas dia 20, segunda-feira, a urbe consumiu 91.900 m³, recebeu 86.000 e recorreu às reservas. No dia 21, para idêntico abastecimento de 86.000 m³, subiu o consumo a 96.870, recorrendo novamente à reserva, que baixou aos 53.310 m³. No dia 22, uma quarta-feira, o consumo atingiu um “recorde” de 98.690

¹¹⁹ Alexandre Manuel, «Água: fechar as torneiras e abrir as bolsas», *Flama*, 5 de Outubro, 1973, 14.

¹²⁰ Afonso Cautela (texto) e Eduardo Gageiro (fotos), «Uma torneira de água para 1700 pessoas», *O Século Ilustrado*, 10 de agosto, 1974, 16-22.

¹²¹ Pinto Garcia (texto) e Henrique Moreira (fotos), «Água: o Porto vai ter um Verão seco», *Flama*, 14 de junho, 1974, 3 e 6-7.

m³ que não terá sido ainda superior devido a ter sido «estrangulado o abastecimento para evitar uma situação aflitiva». O consumo começou a baixar, mas a reserva chegou no dia 24 ao «número alarmante» de 30.530 m³. O Grande Porto consumira já em 1973 perto de 30 milhões de m³, o que representava em relação a 1972 quase mais 10%.

Um relatório já registara 1973 como «ano difícil», revelava Tito Poção, engenheiro dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, confirmando: «vamos ter um Verão com falta de água». Seria assim também em Gondomar, Maia, Matosinhos e Gaia. Faltavam meios financeiros e, face a dificuldades que «constantemente surgem em instalações, reparações e até mesmo conservação das redes», o público manifestava incompreensões. Os trabalhos «mais difíceis e mais pesados do que os outros serviços municipalizados, que, consideramos ‘ricos’ em relação a estes», a falta de pessoal, que evitava estes ofícios e a ideia de que a «água deve ser barata», eram outras dificuldades, explicava, lembrando que «muitas são as terras onde ainda há necessidade de ir à fonte busca-la para consumo». Havia estruturas em funcionamento já desde 1886, quando a *Compagnie des Eaux* investiu no Porto, sem rentabilidade financeira.

Em janeiro de 1975, as reservas de água encontravam-se «praticamente esgotadas», fazendo reçar pelo abastecimento às populações e a produção dos campos. «O ano hidrológico está já bastante afectado e a situação poderá vir a tornar-se muito grave se as quantidades de precipitação não compensarem a actual escassez de água», avisava o *Expresso*, citando técnicos dos Serviços Hidráulicos¹²². Os anteriores quatro anos «fazem parte de um ciclo que é o mais seco do século por acção cumulativa, com médias de precipitação inferiores ao normal e com particular incidência no sul do país» e já em 1974 tinha sido necessário recorrer a tomadas de água «abaixo dos níveis habituais, para irrigar certas culturas», prosseguia, lembrando ser esta altura do ano que se tomavam medidas relativas «às culturas primaveris e estivais e é agora que deverão ter-se em conta os indícios meteorológicos que as condicionarão. Adiantava que «actualmente há que enquadrar esta questão num plano mais vasto dos meios ambiente e humano». As soluções a prazo passavam pela construção de albufeiras, nomeadamente, entre outras, a do Alqueva. Os mesmos técnicos criticavam, na zona de Évora, a «exploração não racional dos recursos do Divor», com práticas agrícolas «não programadas», como o arroz e «culturas industriais que necessitam até três vezes mais água do que a inicialmente prevista».

¹²² «Ano Hidrológico condiciona recursos agrícolas», *Expresso*, 18 de janeiro, 1975, 19.

Os problemas de abastecimento permaneciam. «Apenas se dá conta da importância que a água tem na vida de cada dia quando se abre a torneira e ela se limita a cuspir ar», começava uma reportagem com o título «O problema da água não se resolve com paliativos. Porto: sede de Verão em pelo Inverno», em fevereiro de 1976, na *Flama*¹²³. O repórter, após lembrar que também para fazer pão era preciso água, citava mapas de consumo referentes a Janeiro, que no dia 5 atingiram os 89.970 m³. Mais: «no ano passado, por esta altura os consumos diários eram inferiores em média, entre 6000 e 10 000 m³» e, recuando no tempo, em Janeiro da 1970 «a ponta do consumo não passava dos 60 000 m³, ou mesmo em Janeiro de 1973, em que só duas vezes o consumo foi superior a 70 000 m³».

Na área urbana da capital, que crescia, no início de junho de 1976, trabalhadores dos serviços municipalizados da Câmara Municipal de Sintra tinham feito greve. Apesar de a «momentânea falta de água ser fruto do movimento grevista», as perspectivas para o próximo Verão «não são as mais animadoras. A EPAL, que durante o Inverno fornece em média cerca de 29 mil m³ de água, terá períodos no Verão, logicamente um período de ponta no consumo de água, em que fornecerá apenas 15 mil m³»¹²⁴.

2.2.2 Agricultura, florestas e pecuária

A agricultura portuguesa debateu-se no ano de 1972 com variações de produção em relação a 1971. Melhorou no azeite (563 mil hectolitros representavam crescimento de 23%), no arroz e no feijão, mas baixaram as colheitas de trigo, centeio, cevada, aveia, fava, grão-de-bico, milho, batata e vinho, noticiou a *Flama*, em fevereiro de 1973¹²⁵. Estimativas provisórias indicavam 585 mil toneladas de trigo e 12 mil toneladas de grão-de-bico, respetivamente, representando quebras de 26 e 45% em relação ao ano anterior. Na aveia e na cevada as quebras eram de 43 e de 45%; milho e centeio baixavam 4 e 6%, respetivamente. No vinho, a produção de 7257 mil hectolitros era a mais baixa desde 1952. Nas bolsas europeias o preço do trigo subiu de 1,8 dólares em agosto de 1972 para 2,8 dólares em Janeiro de 1973. EUA, – Estados Unidos da América, URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Mercado Comum eram considerados os principais beneficiários deste aumento.

¹²³ Pinto Garcia (textos) e José Cruz (fotos), «O problema da água não se resolve com paliativos. Porto: sede de Verão em pelo Inverno», *Flama*, 6 de fevereiro, 1976, 44-45.

¹²⁴ «Água em Sintra dentro de dias», *Expresso*, 5 de junho, 1976, 1.

¹²⁵ «Agricultura: 1972 foi um ano mau», *Flama*, 2 de fevereiro, 1973, 4-5.

A melhoria no azeite não impediu a passagem de país exportador a importador. «Arrancaram-se olivais, ou, simplesmente, abandonaram-se», observou *O Século Ilustrado*, em janeiro de 1973¹²⁶. Citando *L'Oleário* (ano V, n.º 6-7 de 15 de julho de 1972), referia que na tabela mundial de produtores Portugal baixara do quarto ao sétimo lugar, superado por Tunísia, Marrocos e Turquia. «Mudar rapidamente de métodos e de processos» era a proposta do engenheiro Francisco Bourbon, que preconizava a intervenção do Estado, considerando necessária a implantação de viveiros de oliveira. A estação de olivicultura, em Elvas, por ter terreno argiloso, não reunia condições e para comprar plantas teve de ir a Coimbra. Nuno Neves, o proprietário de um olival no Alentejo que se estimava ser o maior do mundo em contínuo, com 1450 hectares (ha) e 140 mil árvores, explicou que em Espanha o Governo financiava em 50% o tratamento fitossanitário e considerava «uma desolação» a falta de apoio em Portugal, pois o setor empregava 100 mil pessoas. No Laboratório de Genética da Estação Agronómica Nacional de Oeiras, o engenheiro Francisco José de Almeida apontava como «grandes males» da olivicultura algarvia as doenças e a dispersão, «porque encontramos uma área muito grande de olival, misturada com figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras».

No início de 1973, o ministro Cotta Dias anunciou um projeto para reconversão de «mais de dois milhões de hectares» de terra cultivada para aproveitamento florestal, noticiou o *Expresso*. O governante considerava «baixo» o crescimento do produto agrícola português que se devia ao uso de área «muito superior» à área do território nacional «susceptível de utilização agrícola», 2 500 000 ha¹²⁷. Ao discursar na cerimónia de tomada de posse de funcionários dos Serviços Florestais e Aquícolas e do Fundo de Fomento Florestal, o ministro referiu a «vocaçãõ exportadora» de indústrias baseadas em produtos silvícolas: corticeira, pasta de papel e celulose, aglomerados de madeira e resinosos, que beneficiariam de acordos aduaneiros com a CEE – Comunidade Económica Europeia. Cotta Dias aludiu à lei da caça, afirmando a necessidade de assegurar «ao maior número da prática efectiva de actividades de recreio, sem perder de vista o equilíbrio biológico» e o rendimento da caça e do turismo «como complemento das explorações agrícolas».

Novidades do fomento florestal tiveram desenvolvimentos em *O Século Ilustrado*, que lembrou ter sido neste setor que o agora ministro da Economia iniciara a carreira e, «já como

¹²⁶ Teresa Mendes (texto) e Fernando Baião (fotos), *O Século Ilustrado*, 20 de janeiro, 1973, 24-33.

¹²⁷ «Dois milhões de hectares a reconverter em floresta», *Expresso*, 6 de janeiro, 1973, 18.

ministro, viria a assinar o diploma que criou o Instituto dos Produtos Florestais»¹²⁸. A revista especificava, quanto à indústria da pasta de papel e celulose, que, conhecendo-se «o ritmo rápido da sua expansão», previa-se que «das actuais 700 mil toneladas actuais de capacidade instalada ou em instalação» atingir «o milhão e meio em prazo pouco mais amplo do que o próximo Plano de Fomento».

O apelo ao «equilíbrio biológico» na caça, em janeiro pelo ministro da Economia, pode interpretar-se com outro olhar ao ler o *Século Ilustrado*, em junho de 1973. Comissões venatórias de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Ourém entregaram ao secretário de Estado da Agricultura uma proposta a solicitar «a proibição da caça às perdizes e lebres na época de 1973-74 e, se posteriormente se reconhecer necessário, na época de 1974-75»¹²⁹.

O pedido sustentava-se num «amplo relatório com cerca de 8 mil palavras» e não deixava de representar «a opinião de milhares de caçadores» do País e o «sinal evidente de que a caça não abunda». Evocava-se a Lei 2132 de 26 de maio de 1967 que regulava a caça e o decreto regulamentar de 14 de agosto do mesmo ano. Segundo o artigo 90 do Regulamento da Caça, «quando a diminuição de qualquer espécie cinegética aconselhar a sua protecção, poderá o secretário de Estado da Agricultura, por meio de portaria e ouvido o Conselho Superior de Caça, estabelecer quaisquer outras limitações aos processos ou meios de exercício da respectiva caça, incluindo a proibição de determinados tipos de armas de fogo», prosseguia. Para Armindo de Silva Fernandes, comerciante de eletrodomésticos de Alcanena e dono de espingardas e cães de caça, que iniciara a proposta entregue ao secretário de Estado, se não se chamasse a atenção os responsáveis não colocariam em movimento as disposições da lei. Segundo o procurador Manso Preto, relator do parecer da Câmara Corporativa sobre o «Projecto de Lei da Caça e do Repovoamento Cinegético», a inteira liberdade de caçar, «em face de uma legião de caçadores que aumenta progressivamente e de uma área com condições de vida para a caça cada vez mais reduzida, equivaleria à redução total das espécies dentro de poucos anos».

A percepção de escassez de recursos e dependência do exterior em bens de primeira necessidade que, segundo a Câmara Corporativa, se deviam à saída de «mais de 400 mil

¹²⁸ «Afirmada pelo ministro Cotta Dias a importância do fomento florestal», *O Século Ilustrado*, 13 de janeiro, 1973, 72.

¹²⁹ Viriato Dias, «Proibir a caça ao caçador», *O Século Ilustrado*, 23 de junho, 1973, 17-22.

trabalhadores» da lavoura, na década 1960-1970 marcava em março de 1973, na *Vida Mundial*, o artigo «Da política do ambiente ao desequilíbrio da oferta»¹³⁰. Referindo o projeto do IV PF e estatísticas de 1972-1973, afirmava a «necessidade urgente de proporcionar à agricultura condições de recuperação que não pode mais tardar», porque «o desenvolvimento económico tem gerado e continuará a gerar procuras acrescidas – e mais exigentes em qualidade – de produtos agrícolas». Revelava o objetivo de aumentar o produto agrícola bruto à taxa anual de 2%. Apontava que a área de produção de trigo quebrou 6% em relação ao ano anterior e 10% em relação à média do último decénio; a área de centeio foi a mais reduzida de sempre, registando menos 23% em relação à média dos 10 anos anteriores; as áreas de aveia e cevada baixaram respetivamente 16 e 14%; a da cultura da fava declinou em 18%; e a de milho continuou a mostrar tendência para se reduzir, com menos 9% do que no ano precedente e menos 20% do que na média dos últimos 10 anos. Os campos estavam a mudar.

Em abril de 1973, o *Expresso*, ao observar a transformação de «cada vez maior número de hectares de terra arável» em ‘coutadas’, apontou Alandroal e Mourão onde se atingia 60% de área coutada, vincando «falta de aproveitamento para a cultura de cereais ou outros produtos alimentares»¹³¹. A concentração da propriedade, acrescentava, tinha entre outros efeitos o abandono dos pequenos e médios proprietários, que saíam para Lisboa e para a Europa.

Em junho, a mecanização de processos agrícolas era proposta no Cortejo da Máquina em Santarém, na X Feira Nacional de Agricultura, e em Braga na Grande Parada da Máquina, da VI Exposição-Feira Agrícola do Norte – Agro 73, informou a *Vida Mundial*¹³². Vale a pena lembrar Cartledge, citado na Introdução, ao realçar a mudança técnica dos utensílios agrícolas básicos e «os impactes do homem sobre o meio ambiente (e vice-versa) podem parecer-nos muitíssimo lentos e quase imperceptíveis num dado momento no tempo»¹³³. Por analogia, aqui com a mecanização na agricultura e mais adiante nas pescas e com a constatação da desqualificação das populações afetadas aos setores primários, registam-se alterações do «impacte do homem sobre o meio ambiente (e vice-versa)».

Na *Vida Mundial* (que citava a *Vértice*) observava-se, assim, o «crescente desprestígio», o êxodo da população ativa e «abandono em larga escala» da atividade, não só por «vastas

¹³⁰ «Da política do ambiente ao desequilíbrio da oferta», *Vida Mundial*, 28 de março, 1973, 5-6.

¹³¹ «A agricultura no país: Aumentam as coutadas no Alentejo», *Expresso*, 21 de abril, 1973, 16.

¹³² Afonso Praça, «A agricultura em Portugal», *Vida Mundial*, 8 de junho, 1973, 5-16.

¹³³ Cartledge, «Que é e história social hoje?», 44-45.

camadas de trabalhadores rurais, mas também por muitos lavradores-proprietários». O “Inquérito às Exportações Agrícolas do Continente”, promovido em 1968 pelo INE e cujos resultados acabavam de ser revelados, indicava «grande concentração da propriedade», sendo no distrito de Beja onde esta prevalecia, seguido de Évora, Portalegre, Castelo Branco Setúbal e Santarém. No oposto posicionavam-se Viana do Castelo, Braga e Porto. A concentração da propriedade era «comum à generalidade dos países capitalistas», mas em Portugal via-se mais correspondência entre propriedade das terras e da produção. O Inquérito revelava na composição da classe dos dirigentes agrícolas peso significativo dos escalões etários elevados. Nas propriedades com 20 ha ou mais, estimava em 27,8% a proporção dos que não sabiam ler nem escrever e nas de área inferior uma taxa de analfabetismo de 43,8 %.

A qualificação das populações agrárias foi prioridade, após abril de 1974, no programa do I GP, em cuja secção «8. Política Educativa, cultural e de Investigação», se previa: «Mobilização de esforços para a erradicação do analfabetismo e promoção da cultura, nomeadamente nos meios rurais»¹³⁴. A desqualificação persistia após a revolução como traço da população afeta à produção agrária. Insuficiências educativas e falta de integração foram razões apontadas como causas para falhas de produção leiteira no Entre Douro e Minho, como podia ler-se na *Flama*, em setembro de 1975¹³⁵.

Todos sabemos que o lavrador português, em especial na região de que estamos a tratar, é pobre, quase analfabeto, vítima de uma política agrária que quase sempre o votou ao abandono. Daí o seu carácter individualista e desconfiado, que nem sempre lhe permitiu adoptar outras formas de exploração agrícola que lhe seriam mais próprias e rentáveis. Assim, não abdica da sua propriedade de pequena dimensão que é por si só um entrave à mecanização e introdução de novas técnicas agrícolas.

Esta zona era a mais produtiva (deduz-se presença significativa de gado bovino), sendo por concelhos em ordem decrescente, Barcelos, Vila do Conde, Viana do Castelo, Caminha, Esposende, Arouca, Vila da Feira, S. João da Madeira, Vale de Cambra, Póvoa de Varzim, Ponte de Lima e Santo Tirso. Cerca de 25 mil explorações abasteciam o mercado por dois circuitos. Um entrava nas cooperativas, por 350 postos de receção, um de concentração em Vila do Conde e uma estação de tratamento que fornecia supermercados, mercearias e leitarias. Outro, por via dos grémios, dispunha de 550 postos de receção e 15 postos de concentração.

¹³⁴ «8. Política Educativa, cultural e de Investigação», *Vida Mundial*, 24 de maio, 1974, 35.

¹³⁵ Pinto Garcia (coord.), «Lactínios. Indústria em recuperação», *Flama*, 19 de setembro, 1975, 23-27.

A baixa produção era atribuída ainda aos contextos ambientais em que se criavam animais, como «condições sanitárias dos estábulos e principalmente dos sítios onde se processa a ordenha das vacas, para garantir uma melhoria de qualidade do leite». A alimentação do animal tinha «grande influência na qualidade e quantidade produzidas de leite», adiantava, explicando que os animais nutriam-se «essencialmente de forragens mantidas em prados naturais», mas estava já em uso a alimentação «com farinhas preparadas com todos os elementos proteicos e nutritivos necessários». Considerava-se melhor a alimentação em prados naturais «mas a exiguidade dos mesmos nem sempre torna possível a sua utilização».

O uso de farinhas para nutrição dos animais derivava de integração internacional no comércio alimentar. Acentuavam-se dependências entre atividades humanas e animais, como se lia, em abril de 1973, no *Expresso*¹³⁶. O semanário relacionava fenómenos de consumo de espécies em Portugal e de escassez de outras na América do Sul, em título a cinco colunas: «Por faltar o peixe no Peru aumentará a carne em Portugal?» A explicação era dada por fontes do Grémio dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais. O Peru era o maior fornecedor de farinha de peixe, cujo preço tinha duplicado devido à escassez de pescado, o que ocorreu quase em simultâneo com a subida de preço à escala mundial de cereais, outra ‘matéria-prima’ da produção animal em Portugal. Para aumentar a produção leiteira no sul do país, Portugal importou da Holanda 600 vacas em finais de 1976¹³⁷.

A falta de proteína animal foi sustentada em estudo sobre nutrição dos portugueses, que a *Vida Mundial* publicou em abril de 1973¹³⁸. O país importava carne de porco. «Principalmente porque a peste suína africana tem afastado da produção grande número de criadores e desencorajado novas iniciativas», a suinicultura não crescia como desejado, observava em junho de 1973 também a *Vida Mundial*¹³⁹. A revista citava um despacho conjunto do ministro da Economia e dos secretários de Estado da Agricultura e do Comércio, «recentemente publicado no *Diário do Governo*», em que se determinava «a criação de um serviço de luta contra as pestes suínas, junto da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários», para que o país «não se veja subitamente privado de carne de porco». Em 1972, o país importara «mais de 14 mil toneladas de carne», peso que equivalia a 230 mil suínos. Lisboa e Porto eram abastecidas com

¹³⁶ «Por faltar o peixe no Peru aumentará a carne em Portugal?», *Expresso*, 7 de abril, 1973, 18.

¹³⁷ «Mais leite no Algarve: 600 vacas chegam de avião», *Expresso*, 30 de dezembro, 1976, 10.

¹³⁸ FMA, «Como se alimentam os portugueses», *Vida Mundial*, 6 de abril, 1973, 18-25.

¹³⁹ «Pecuária. Os problemas da suinicultura», *Vida Mundial*, 1 de junho, 1973, 25-26.

regularidade, mas havia falhas na província. A fim de resolver o problema, chegara um navio com carcaças da Rodésia e aguardavam-se mais de outros países africanos e Brasil.

Em dezembro de 1973, Manuel Boavida, da Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias, avisou na *Flama* que o país atingiria em 1980 um déficit de 800 mil toneladas de carne. O índice de preços no consumidor em Lisboa, referente a setembro, aumentou 15% em relação a igual mês de 1972 e 2,8% em relação a agosto, revelava, citando o INE¹⁴⁰. A procura subia com o poder de compra. Com mais procura, subia o preço, explicava Vaz Portugal, diretor da Escola Superior de Medicina Veterinária, do laboratório da Estação Zootécnica de Santarém, consultor da OCDE e professor dos Altos Estudos Agronómicos em Saragoça. A reportagem citava Silva Martins, autor de *Estruturas agrárias em Portugal Continental*, para quem grandes grupos financeiros estavam a participar «em muita e crescente força na nossa agricultura» e Blasco Fernandes¹⁴¹ que, no seu trabalho *Problemas agrários portugueses*, sustentava que apesar das tecnologias capazes de que aumentar a produtividade da terra «se justificarem economicamente no caso agrícola português», era «devido a factores institucionais» que os maiores benefícios se confinavam nas grandes empresas do setor.

Problemas do abastecimento de carne permaneceram após a revolução. Em janeiro de 1976, no distrito do Porto, talhantes fizeram um boicote junto do matadouro, em protesto contra os preços fixados e «grande parte do distrito já não consome carne desde há dias», noticiou o *Expresso*, em manchete. Na primeira página, identificava-se como «problema de fundo» o facto de a produção nacional de bovinos «nunca ter chegado para o consumo» e «na forma como a pecuária tem sido mal tratada no país»¹⁴². Em maio de 1976, a Junta Nacional de Produtos Pecuários decidiu importar até ao fim do ano «cerca de 30 mil cabeças de gado», das quais tinham já chegado a Lisboa «mais de 600 vitelos»¹⁴³. Aquela organização propunha-se importar para Portugal continental 15 mil bovinos da Irlanda e 15 mil dos Açores, para recria.

¹⁴⁰ Rogério Carapinha (textos), Armando Vidal (fotos) «Falta de produtos. As necessidades não esgotam», *Flama*, 28 de dezembro, 1973, 6-12, para este tema, principalmente 9-12.

¹⁴¹ Blasco Hugo Fernandes (1930-2002), engenheiro agrónomo que esteve preso por motivos políticos em Caxias.

¹⁴² «Talhantes do Porto deixam de vender carne a partir de segunda-feira», *Expresso*, 17 de janeiro, 1976, 1.

¹⁴³ «Gado para recria importado da Irlanda», *Expresso*, 29 de maio, 1976, 10.

2.2.3 Pescas, «granjas de pescado» e conservas

Em 1972, Portugal importara 115 909 e exportara 76 003 toneladas de produtos pesqueiros, revelou a *Flama*, citando o INE¹⁴⁴. Em 1960, a pesca ocupava 40 167 pessoas, mas dez anos depois só 32 510 faziam deste o seu ofício. A quebra, na ordem dos 19%, era explicada pelo «aleatório da profissão, na maior parte dos casos em moldes antiquados», que levava muitos pescadores a emigrar.

Em fevereiro de 1974, a *Vida Mundial* dava conta de uma «quebra brusca das capturas de peixe verificada nos últimos dez anos» e o ministro da Marinha, ao discursar no batismo de um navio congelador, preconizava a renovação da frota pesqueira¹⁴⁵.

Segundo o INE, Portugal era um dos países do mundo com maior consumo de peixe *per capita*, o que contribuía «de uma maneira efectiva para o equilíbrio em proteínas de origem animal dieta portuguesa». Segundo as estatísticas, nos mares portugueses em 1970 tinham sido capturadas 341 760 toneladas de pescado e em 1973 esse número baixava a 314 098 toneladas. Nos Açores, enquanto as atividades ligadas à pesca se «afundavam no marasmo», com barcos em terra e fábricas de conservas fechadas, como noticiava o *Expresso* em maio de 1973, a Embaixada de França em Lisboa procurava em Ponta Delgada apoio para 250 barcos que iriam capturar atum. Os pescadores lusos definhavam em métodos obsoletos. Os franceses usariam métodos científicos e teriam apoio de aviões¹⁴⁶.

Em Janeiro de 1973, saíram em *Diário do Governo* regulamentos da pesca de arrasto costeira e da pesca industrial não agremiada. Segundo o *Expresso*, o primeiro regulamento visava «assegurar que os arrastões de costa não afectem injustificadamente os recursos vivos marinhos», impunha requisitos técnicos e raio máximo de seis milhas da costa. O segundo regulamento fixava regras da prática pesqueira e de comprimento do pescado¹⁴⁷.

O IV PF propunha o aumento de exportações de determinadas espécies, de modo a captar divisas que permitiriam importar outras, ao gosto português, como o bacalhau. Mas também previa controlo de preços, a expansão do consumo, a exploração racional das reservas dos oceanos e coordenação de ações a desenvolver no espaço português no domínio dos

¹⁴⁴ «Pesca: profissão com espinhos», *Flama*, 28 de dezembro, 1973, 17.

¹⁴⁵ «A pesca em Portugal», *Vida Mundial*, 14 de fevereiro, 1974, 18-23.

¹⁴⁶ J.S.B. «Os franceses pescam nos Açores», *Expresso*, 5 de maio, 1973, 4

¹⁴⁷ «Diplomas sobre a pesca», *Expresso*, 27 de janeiro, 1973, 2.

recursos dos oceanos. Estes objetivos seriam prosseguidos com a reorientação da ação da Junta Nacional de Fomento da Pesca, que coordenaria o setor¹⁴⁸.

Num colóquio de bioengenharia, em Coimbra, em Janeiro de 1975, discutiram-se novas fontes de proteína que vários países ensaiavam. Mais uma vez, considerava-se o aumento da população mundial e «escassez notória de alimentos». Calculava-se que as reservas mundiais de cereais davam «apenas para 26 dias», referia J. C. Contreiras na introdução a um artigo enviado por Santiago Grisolia, apresentado como autoridade internacional da bioquímica, que principiava considerando «de uma evidência clara e imediata que as disponibilidades alimentares e energéticas estão em perigo máximo próximo de se tornarem insuficientes num grande número de países». O problema do petróleo tivera «o condão de despertar o mundo» ao revelar «a carência mundial de recursos naturais onde particularmente avulta a de alimentos»¹⁴⁹.

Mesmo admitindo uma distensão na questão, calculava-se que as reservas não dariam para mais do que 20 anos. Grisolia, que aceitava do Clube de Roma a necessidade de controlar produções de energia e alimentos, acrescentava que no Japão já se criavam «granjas de pescado» em aquacultura. Admitia que a quantidade de alimentos necessários para produzir um quilo de carne de bovino tornava este processo «quase proibitivo», mas o peixe e o frango «porque não formam ureia, são produtores muito mais eficientes de proteína».

Países com extensa orla marítima e clima adequado deveriam introduzir «granjas de pescado» como os japoneses e aproveitar progressos da genética, lançando novos híbridos de milho. O autor recomendava juntar «pessoas interessadas» para discutir «de uma forma prática quais as possíveis vias de expandir rapidamente a produção de alimentos».

O Governo português buscava parcerias externas para soluções duradouras. Mário Ruivo, secretário de Estado das Pescas, voltou de Moscovo a anunciar um acordo com a URSS, que contemplava investigação, formação de cientistas e equipamentos para escolas de pescas e a criação de uma comissão para estudar em países tecnicamente evoluídos o desenvolvimento de atividades piscatórias. Pela mesma altura, Guedes Duarte, da Junta Nacional de Frutas, encontrava-se em Moscovo, a negociar com responsáveis da empresa pública soviética Plodoimport a exportação de produtos portugueses, como amêndoa, azeitonas, pinhões e farinha

¹⁴⁸ *Vida Mundial*, 14 de fevereiro, 1974, 18.

¹⁴⁹ Santiago Grisolia, «A escassez de alimentos uma preocupação mundial», *Expresso*, 1 de março, 1975, Artes, letras e ciências, II.

de semente de alfarroba¹⁵⁰. Volvidas duas semanas, o *Expresso* publicou, na primeira página, um desmentido de «rumores insistentes» a dar conta da instalação de uma base pesqueira soviética na Madeira. Segundo fontes da secretaria de Estado, navios soviéticos de pesca e mercantes tinham sido autorizados a abastecer-se de combustível no Funchal. Na ilha de Santa Maria, Açores, funcionava um polígono acústico de deteção de submarinos, que poderia ser adaptado à prospeção de cardumes, para apoio à pesca¹⁵¹.

As atividades pesqueiras variavam, segundo investimentos, condições técnicas e sociais e interdependências internacionais. O desaparecimento «quase total» da sardinha na Bretanha, no último quartel do século XIX, suscitara a deslocação para Setúbal do francês F. Delory, pioneiro da indústria conserveira em Portugal, reportou a *Flama* em maio de 1975, citando um trabalho de finalistas da Faculdade de Economia da Universidade do Porto¹⁵².

Até meados da década de 1960, as conservas foram prosperando, com abundância de peixe e mão-de-obra. Em 1975, observava-se que desde finais dos anos 60, diminuía o volume de pescado, pela subtração de embarcações afectas à actividade pesqueira. Os dados disponíveis indicavam em Janeiro de 1973 um total de 198 899 cabazes de sardinha capturada por 86 barcos e, um ano volvido, 33 008 cabazes por 69 barcos.

Em 1964, considerado o melhor ano de sempre, a sardinha atingira as 140 mil toneladas, das quais foram para a indústria conserveira 85 mil toneladas. Em 1968 as capturas quedavam-se pelas 65 mil toneladas, recuperando em 1972 para as 74 mil, mas prevalecia a tendência de declínio, que tinha como causas identificadas os meios e métodos obsoletos praticados na pesca em Portugal, bem como aspetos de organização do setor, relacionados com perda de competitividade face a concorrentes próximos como Espanha e Marrocos, preços e condições sociais dos trabalhadores.

«Se o peixe aparece, ganhamos muito; mas se não aparece ninguém nos ajuda», dizia, em Setúbal, num barco de pesca artesanal, João Pedro da Cruz, um pescador de 71 anos, garantindo à *Flama* que ia ao mar desde os 10 anos¹⁵³. Descontava para a Caixa de Previdência

¹⁵⁰ «Pescas: cooperação Portugal/URSS», *Expresso*, 15 de março, 1975, 12

¹⁵¹ «Sec. Estado Pescas desmente base pesqueira russa na Madeira», *Expresso*, 28 de março, 1975, 1.

¹⁵² Pinto Garcia (texto) e José Ruiz (fotos), «Conservas: autópsia de uma indústria em crise», *Flama*, 9 de maio, 1975, 23-30.

¹⁵³ Manuel Gonçalves da Silva e Pinto Garcia (texto) e António Xavier e Carlos Gil (fotos), «Pescadores: a crista do abandono», *Flama*, 30 de maio, 1975, 21-32.

havia cinco anos, mas não via vantagens, nem médicos, nem subsídios, nem reforma. Aos 50 anos vendera o barco, julgando que não precisaria de trabalhar mais. Aos 55 voltou à faina, a trabalhar no barco que vendera a Manuel Joaquim Fernandes da Cunha (Manuel Lavrador), agora proprietário e mestre.

Antes de 1974, pescadores foram presos ou referenciados pela PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, por reclamarem descanso ou por se associarem. João dos Santos, nascido em Setúbal em 1906, lembrava conversas do avô e do pai: «nesse tempo os barcos eram à vela e os galeões a remos; peixe não faltava e havia tantas fábricas em Setúbal como dias tem o ano; mas havia mais descanso». Porém, considerava, as condições de trabalho «foram piorando».

Em 1975, em Matosinhos as traineiras deixaram de sair para o mar desde 29 Janeiro. O defeso fora antecipado dois dias, devido a um acidente com um petroleiro (o *Jakob Maersk*, tratado no capítulo sobre poluição) à entrada do Porto de Leixões.

Para o bacalhau, que os portugueses iam capturar ao Canadá ou à Noruega, países que estavam a alargar águas territoriais, uma comissão, formada em 1975 a fim de gerir a importação, até então centrada num grupo restrito que controlava o mercado, garantiu em setembro preços até 1976. A quantidade consumida, sendo importada quase metade – por se tratar de qualidade superior atingir em valor cerca dos dois terços –, das 74,1 mil toneladas em 1971 baixara em 1974 para as 56,8 mil¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Carlos Plantier (texto) e Francisco Ferreira (fotos), «A comissão reguladora interveio. Bacalhau assegurado até 1976», *O Século Ilustrado*, 20 de setembro, 1975, 12-19.

2.3 Recursos energéticos

2.3.1 Portugal à procura de petróleo

Retoma-se Livi Bacci, parafraseando Cippola: «até à Revolução Industrial, para obter energia, o homem continuou a recorrer às plantas para alimento e combustível e aos animais para comida e energia mecânica»¹⁵⁵. No tempo aqui estudado, à entrada no último quartel do século XX, as sociedades avolumavam dependências energéticas nas modalidades de uso particular, industrial ou militar. Cresciam a procura de combustíveis fósseis e os desenvolvimentos de centrais nucleares. Nos periódicos consultados, o tema evoluiu

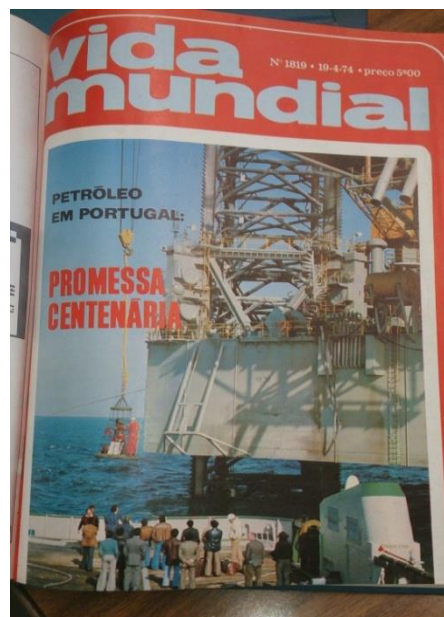


Imagem 2 *Vida Mundial*, 19 de abril, 1974: Capa.

com a guerra israelo-árabe, que levou países produtores a reduzir fornecimentos, acentuando a percepção de escassez de petróleo e suscitando a procura de alternativas de energia para desenvolvimento da economia e da qualidade de vida.

Em junho de 1973 o *Expresso* alertou: dois terços das reservas petrolíferas mundiais encontravam-se no Golfo Pérsico. As necessidades eram «cada vez maiores» e vivia-se uma «crise de energia» no mundo, pois «toda a nossa actual civilização tecnológica foi concebida com base nos derivados do petróleo – desde a gasolina do automóvel ao detergente tira-nódoas»¹⁵⁶.

As nações industrializadas estavam «à mercê dos países do Golfo Pérsico» e, se esses países fechassem as torneiras, criariam «a maior crise económica de toda a história», leu-se na *Flama*, em julho de 1973¹⁵⁷. Em dois anos, o preço duplicou para 100 escudos o barril, adiantava, lembrando «o progressivo esgotamento» de poços norte-americanos e «aumento constante dos consumos», com dois biliões e meio de toneladas em 1972 e cinco biliões em 1980.

Em novembro de 1973, a *Vida Mundial* destacou em capa a manchete «Escassez de combustíveis»¹⁵⁸. No interior, lia-se: «os árabes utilizaram a sua maior arma: o petróleo. O

¹⁵⁵ Bacci, *Breve História da População Mundial...*, 35-36.

¹⁵⁶ A. Martins Lopes, «Poker político e petrolífero no golfo pérsico-arábico», *Expresso*, 16 de junho, 1973, 7.

¹⁵⁷ Livio Caputo, «Os donos do petróleo», *Flama*, 27 de julho, 1973, 32-26.

¹⁵⁸ Fernando Antunes, «Escassez de combustíveis», *Vida Mundial*, 23 de novembro, 1973, capa, 10-16 e 49-56.

resultado foi imediato e espectacular: o pânico generalizado numa Europa indecisa e vulnerável, uma Europa que, segundo a Comissão de Energia, Investigação e Tecnologia do Parlamento Europeu, radica na ausência de uma política comum a causa das dificuldades sobrevindas – medidas draconianas para redução de consumos, as economias e o produto nacional bruto ameaçados por uma crise sem precedentes, diminuição e condicionamento dos voos internacionais, milhões de automóveis parados – uma civilização estagnada»¹⁵⁹.

Em Portugal, para a refinação metropolitana, Angola era fornecedor «insignificante». A prospeção poderia «conduzir a resultados positivos», mas «sem anular a dependência dominante». Um estudo oficial – «O sector energético metropolitano», lembrava que não se produzira petróleo na Metrópole, revelando que o *off-shore* mobilizava três grupos, Shell-Sacor, Esso e Sun-Amerada-Phillips aos quais foram adjudicadas (em agosto) as primeiras concessões para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração, em 11 de 33 áreas em que se dividia a plataforma continental¹⁶⁰. As três primeiras concessionárias investiriam cerca de um milhão de contos. O grupo Shell-Sacor iria prospetar 5 mil km² em áreas do Porto, Figueira da Foz e Peniche. O Esso, que renovara em março o exclusivo para a Guiné (Bissau), teria quase 2400 km² em Aveiro e Peniche. O Sun-Amerada-Phillips teria mais de 1600 km² na zona da Figueira da Foz, segundo os contratos assinados a 31 de agosto. Acreditava-se que podia haver petróleo. Na sessão protocolar de assinatura dos contratos de concessão, Hermes Augusto dos Santos, o secretário de Estado da Indústria declarou:

Quanto fica dito vale inteiramente para o Portugal Europeu que, no ano findo, importou 4 300 000 toneladas de ramas e 1 600 000 de produtos refinados. É certo que alguma parcela dessas importações proveio já de outras zonas do espaço português, e que a recente entrada em exploração comercial de jazidas angolanas, em áreas concedidas a uma empresa portuguesa, autoriza a esperança de vermos acrescido o quinhão que a produção nacional representará na satisfação dos requisitos metropolitanos. De qualquer modo, e ressalvada a possível e acreditamos que provável existência de jazidas com significativo valor comercial na Metrópole, continuaremos primordialmente tributários do mercado mundial e das contingências político-económicas largamente imprevisíveis e por nós incontroláveis, que têm sobressaltado a sua, até há pouco, pacífica evolução.

¹⁵⁹ Antunes, «Escassez...», *Vida Mundial*, 11.

¹⁶⁰ Antunes, «Escassez...», *Vida Mundial*, 15.

A publicação em novembro, num periódico semanal, do discurso proferido em agosto (podendo suscitar interpretações diversas) reforça a relevância do tema¹⁶¹. As 33 áreas da plataforma continental seriam atribuídas em concurso para entrega de propostas para exploração *on-shore* e *off-shore* com prazo limite a 31 de dezembro de 1973, segundo a primeira edição de 1974 do *Expresso*.

A quantidade de candidaturas à exploração *off-shore* (18 para o convencional até 200 metros de profundidade e 9 para o *deep off-shore*, para profundidades superiores), envolvendo capitais americanos, europeus e asiáticos, em alguns casos associados a portugueses, foi superior às *on-shore*, causando «surpresa» as 9 propostas para o *deep off-shore*, pois «só dentro de 1 a 2 anos» haveria suficiente para «exploração do subsolo marítimo a profundidades de mais de 200 metros». Porém, um ano mais tarde, Portugal já tinha capacidade para fornecer à Noruega plataformas de extração a 300 quilómetros de distância da costa¹⁶².

Ainda em janeiro de 1974, o semanário destacou como principal título da capa a iminente subida do preço da gasolina: «Há alguns indícios de que poderia verificar-se entre nós, nas próximas duas semanas e a exemplo do que tem ocorrido no estrangeiro, um aumento do preço da gasolina, supondo este jornal que se situe nos 10\$50»¹⁶³. Ainda na primeira página liam-se as contas: em 1973 o país usara de 6,4 milhões de toneladas de ramas, das quais 500 mil com origem em Cabinda (Angola), tendo adquirido no estrangeiro 6 milhões de toneladas, a 21 dólares por tonelada. Estimava para o ano de 1974 um consumo na ordem dos 8 milhões de toneladas, com um preço a pagar ao estrangeiro já na ordem dos 56 dólares por tonelada.

«O Mundo em 1973. Guerra no Médio Oriente e Ocidente sem energia» foi título na *Flama*, no seu primeiro número de 1974, dedicado a um balanço ao ano anterior¹⁶⁴. Destacando o conflito israelo-árabe, lembrou 6 de outubro, «um ataque súbito e conjunto (em três frentes) do Egipto e da Síria a posições israelitas». Em novembro os contendores aceitaram o plano americano de paz, negociado em dezembro, em Genebra. Ao terminar o ano, o preço do 'ouro negro' atingia cifras de preocupar economias e a quantidade a distribuir era inferior à habitual.

¹⁶¹ «Proposta para a exploração de petróleo em Portugal», *Expresso*, 5 de janeiro, 1974, 18.

¹⁶² «Petróleo: Portugal e o off-shore», *Expresso*, 28 de março, 1975, 13.

¹⁶³ «Subida do preço da gasolina», *Expresso*, 12 de janeiro, 1974, 1.

¹⁶⁴ Fernando Cascais, «O Mundo em 1973: Guerra no médio oriente e ocidente sem energia», *Flama*, 4 de janeiro, 1974, 4.

Em fevereiro de 1974, na primeira página, o *Expresso* revelou a adjudicação de mais 12 blocos, sete no *off-shore* convencional e cinco no mar profundo¹⁶⁵. No convencional, o grupo Shell Prospex/Sacorex obteve blocos a sul do Porto, no paralelo de Leiria e a norte das Caldas da Rainha, obrigando-se em três anos a um mínimo de oito sondagens. A Texaco obteve concessão a sul de Setúbal. Na costa algarvia, foram para o grupo Chevron/Petrosul/Sonap blocos a leste de Portimão e a leste de Faro, dois no convencional e três no *deep off-shore*, com obrigação de efetuar em três anos pelo menos cinco sondagens. Também no Algarve atribuíam-se concessões ao grupo Challenger/Energy Resources, uma no convencional e duas no *deep off-shore*.

A notícia lembrava terem sido celebrados em agosto três contratos para a plataforma continental, devendo em julho iniciar as sondagens, dispondo cada concessionária de uma plataforma de perfuração. Restavam no *off-shore* convencional por atribuir concessões para dez blocos¹⁶⁶. Em nenhuma abordagem à prospeção do petróleo se via qualquer referência a possíveis consequências ambientais.

O *off-shore* português era visto como uma zona «com condições tão boas como as que se encontram no Mar do Norte», embora com uma área menor, «segundo prospecções via satélite». O grupo Shell/Sacor tinha já interesse na sua exploração desde quando o preço ainda estava nos 2 dólares por barril, informava o *Expresso* dia 27 de abril de 1974, em artigo que terá sido escrito pouco antes da revolução. Uma semana (e duas semanas) antes, aquele semanário noticiou não haver em Portugal gasolina para provas de desporto automóvel¹⁶⁷.

A *Vida Mundial* voltou em abril de 1974 à questão da expansão no consumo de combustíveis em Portugal, apontando taxas de crescimento de 8,5% em 1972 e de 10,5% em 1973, segundo dados da Direcção-Geral de Combustíveis¹⁶⁸.

Dia 19 de abril, na capa da *Vida Mundial*, sobre a foto de uma plataforma no mar, lia-se «Petróleo em Portugal. Promessa centenária»¹⁶⁹. No interior desenvolvia-se o discurso do ministro da Indústria e da Energia, Daniel Barbosa, na cerimónia de assinatura de contratos de

¹⁶⁵ L. Correa de Sá, «Portugal e a produção de petróleo do off-shore», *Expresso*, 27 de abril, 1974, 15.

¹⁶⁶ «Mais 12 blocos para a prospecção de petróleo», *Expresso*, 23 de fevereiro, 1974, 1.

¹⁶⁷ «Não há gasolina para provas automobilísticas em Portugal», *Expresso*, 20 de abril, 1974, 13. Ver também «Ameaçado o circuito de Vila Real», *Expresso*, 13 de abril, 1974, 13.

¹⁶⁸ «Combustíveis. Expansão do consumo em 1973», *Vida Mundial*, 5 de abril, 1974, 14-15.

¹⁶⁹ Fernando Antunes, «Petróleo em Portugal. Promessa centenária», *Vida Mundial*, 19 de abril, 1974, capa e 18-31.

adjudicação de mais doze concessões para prospecção e exploração de petróleo na plataforma continental:

Façam-se as mutações que se fizerem, tomem o domínio que tomarem quaisquer novas fontes energéticas que se mostrem potencialmente aproveitáveis, o petróleo há-de continuar a desempenhar, por vários anos ainda, um papel importantíssimo como recurso que se não pode desprezar. E daqui que os países que dele dispuserem se defenderão muito melhor de eventuais crises energéticas generalizadas (...)

A reportagem citava uma obra de Fernando Macieira, *Planificação Histórico-Cronológica das Pesquisas de Petróleo em Portugal*, referindo explorações desde 1844, em Canto de Azeche, de mineração de asfalto, e descobertas de petróleo em 1920, nas imediações de Torres Vedras. No fim, revelava que em março de 1974 o Estado outorgara «mediante 6 novos contratos», a concessão de «mais 11 áreas, das quais 5 para além do limite da batimétrica de 200 metros». Nas obrigações contratuais incluía-se «pela primeira vez em Portugal a execução de sondagens em mar profundo, nas regiões compreendidas entre os 200 e os 2000 metros, superiores, ao que parece, às até agora praticadas na Europa e envolvendo a utilização de tecnologia avançada». Shell Prospex-Sacorex, Petrosul-Sonap Chevron, Scallenger E. Resources e Texaco eram os grupos concessionados.

Na concessão n.º 14, ao largo da Figueira da Foz, foram «novamente encontrados indícios de petróleo», noticiou o *Expresso*, na primeira página, em julho de 1976. O furo, explorado pela Shell Prospex-Sacorex, estava «na fase inicial», pelo que se considerava «cedo para saber da quantidade e da qualidade» da sua exploração¹⁷⁰.

Quando se fizera, em 1975, a primeira perfuração, «chegou-se a tirar 4 barris de petróleo» por dia, mas um furo «só é rentável quando produz mil barris/dia», o que levou à suspensão da prospecção, até nova reinterpretação dos resultados, adiantou, volvidas duas semanas, o *Expresso*, ao noticiar novos ensaios na plataforma, revelando que, na proximidade desta, nas estruturas 11, 12 e 13, «exploradas pela associação Sun-Amerada-Philips, tinham também sido encontrados indícios de petróleo e gás, sem que, contudo, a sua exploração fosse rentável»¹⁷¹. O semanário informava que tiveram nessa semana ocasião de «fazer uma visita à plataforma Sedco 135D, que se encontra ao largo da Figueira e constatar do andamento dos

¹⁷⁰ «Novos indícios de petróleo ao largo da Figueira», *Expresso*, 9 de julho, 1976, 1.

¹⁷¹ «Ensaio ao largo da Figueira para averiguar se há petróleo», *Expresso*, 23 de julho, 1976, 10.

trabalhos em curso, embora as perguntas que fez ao técnico português encarregado da perfuração não tenham obtido resposta». Revelava, no entanto, que os trabalhos de sondagem e perfuração «pararam a cerca de 2000 metros de profundidade», devendo a seguir ser feitos «entre os 1400 e 1500 metros e os 1700 e 1750 metros». Adiantava que esta plataforma iria trabalhar mais a norte, «por conta da Texaco, na estrutura número 2, zona ainda virgem do ponto de vista das sondagens e na qual as prospecções previamente feitas mostram que o subsolo apresenta boas características para que aí se tenha dado a formação de petróleo». Em Agosto, *O Século Ilustrado* retomou o tema, reproduzindo a equação de 4 barris por dia na Figueira da Foz para uma rentabilidade só viável a partir dos 1000 barris/dia¹⁷².

2.3.2 Redução de consumo

Em novembro de 1973, o país devia preparar-se para fins-de-semana sem automóveis, alertou *O Século Ilustrado*, na capa. No interior, lia-se: «o que se passa no estrangeiro (...) é suficientemente esclarecedor para se admitir que em breve deixe de ser pergunta e passe a ser realidade a expressão 'fins-de-semana sem automóveis'»¹⁷³. Uma portaria «alterou (aumentou) o preço dos carburantes em Portugal e surgiu (inesperadamente?) na noite de quarta-feira». Tais restrições deviam-se ao conflito israelo-árabe: «tudo começou, desta vez, em 6 de outubro último, quando árabes e israelitas voltaram a combater». Na segunda página da reportagem, quantificava-se em 93,5% o peso das importações de petróleo que Portugal fizera em 1972 do Médio Oriente, tendo à cabeça Iraque com 39,2% e Arábia Saudita com 25,1%, seguidos de Abu Dhabi com 11,2% e Irão com 6,7%. Angola cobria 11,3 %. No primeiro semestre de 1973, a Arábia Saudita já era o maior fornecedor, com 49,3%, seguido do Iraque, com 37,5%, adiantava. A reportagem referia, em diversos países, medidas para reduzir o consumo.

Em janeiro de 1975, noticiou o *Expresso* na primeira página, equacionava-se a limitação de horários de espetáculos, televisão, iluminação de montras, fachadas, anúncios e monumentos e admitia-se ainda «racionalizar a utilização dos transportes particulares ou do Estado», o que passava por «reduzir os percursos e efectua-los fora das horas de ponta», a par da «intensificação da utilização dos transportes colectivos, manutenção das actuais limitações de velocidade, limitação dos estacionamento nos centros, proibição de circulação em certas vias». Causas económicas impunham medidas, explicava o director-geral dos Combustíveis e Energia,

¹⁷² «Na Figueira, um sonho chamado petróleo», *O Século Ilustrado*, 13 de agosto, 1976, 5.

¹⁷³ Viriato Dias, «Fins-de-semana sem automóveis», *O Século Ilustrado*, 10 de novembro, 1973, 14-19 e 66-72.

Moura Vicente, referindo-se ao plano de poupança nacional aprovado em Conselho de Ministros. Na página 16, sob o título «Poupança de energia: espectáculos até às 23.30 (e sem intervalos)», que dava conta de protestos dos setores de atividade visados, aquele responsável concluía que «é preferível habituarmo-nos gradualmente a certas restrições do que ter de chegar a uma situação em que só as medidas drásticas sejam possíveis e em que a população tenha de sofrer os cortes de abastecimento e uma maior penúria»¹⁷⁴.

Na mesma edição, outro artigo explicava «o plano de poupança de energia que vai ser posto em execução a nível nacional e a curto prazo inscreve as condições determinantes de uma política que prevê uma economia de gastos na ordem de um milhão de contos em 1975»¹⁷⁵. O autor caracterizava no país «uma estrutura de consumo em que 88% são obtidos a partir de combustíveis e apenas 12% têm origem hidroelétrica».

Os setores mais dependentes dos combustíveis eram a indústria (32,7%) e os transportes (23,7%), seguindo-se os consumos domésticos (10,3%), a produção elétrica de origem térmica (9,2%) e lavoura (5,7%). Estimando importações de ramos em 1974 a rondar 12 milhões de contos, mais 3 milhões do que em 1973, notava uma «desproporção suficiente para causar graves perturbações à balança de pagamentos». Assim, restrições voluntárias, pelo consumidor, poderiam «evitar não só o agravamento dos preços mas também o possível recurso a medidas mais drásticas como o racionamento e as sanções de ordem económica».

O panorama tornava-se mais preocupante, observando um ano hidrológico com falta de água nas barragens, aumentando também a dependência dos combustíveis na produção de energia elétrica. «Os preços de compra dos combustíveis passaram em 1974 a sofrer agravamentos: o *fuel* passou de 600\$00 para 1300\$00 a tonelada, a antracite passou de 190\$00 para 548\$00 a tonelada e o aumento reflecte-se no preço da produção de electricidade de origem térmica», prosseguia. A página fechava a informar que «os espectáculos acabarão mais cedo mas podem ser abertas excepções».

¹⁷⁴ «Plano de Poupança de energia prevê que a televisão encerre às 23.00», *Expresso*, 18 de janeiro, 1975, 1 e 16.

¹⁷⁵ Victor Dimas, «A energia que os portugueses consomem», *Expresso*, 18 de janeiro, 1975, 19.

Volvido um ano, o VI GP reconhecia que a campanha «não atingiu totalmente os resultados esperados», se bem que tenha «contribuído para uma diminuição apreciável do consumo de combustíveis»¹⁷⁶.

Persistia a austeridade no consumo de energia. «Racionamento da gasolina por senhas, restrição à circulação ou racionamento na origem, são as hipóteses consideradas pelo Governo para obrigar o consumidor nacional a poupar combustível», noticiou o *Expresso*, em fim de Agosto de 1976. Este racionamento, «caso venha a ser aplicado, incidiria em princípio apenas sobre a gasolina», de uso quase exclusivo de particulares e porque se reconhecia «impraticável» o racionamento de outros combustíveis, dada a sua utilização ser feita «principalmente pela indústria e pela agricultura»¹⁷⁷. Em novembro de 1976, um anúncio, a toda a página 2 da *Vida Mundial*, informava que os técnicos da Direcção-Geral de Combustíveis «estão à sua disposição» e alertava em corpo grande: «Os combustíveis contabilizam-se dia a dia!», e, ainda em destaque, «Portugal não pode gastar tanto, poupe combustível»¹⁷⁸.

2.3.3 Projeto para uma central nuclear

Em Portugal, entre opiniões diluídas em notícias a lembrar a bomba atómica e o início da guerra fria, o nuclear ganhava opositores e adeptos. «Não se pode deixar de concluir que há necessidade de fixar uma data, tão breve quanto possível, para a entrada em exploração de uma central nuclear», lia-se no *Expresso*, em março de 1973, a pretexto de uma nova central térmica, a *fuel*, no Sado¹⁷⁹.

Em abril, o *Expresso* publicou, a três colunas, na secção economia/negócios, um texto com o título «Alteração nos preços do urânio nos EUA pode dificultar central atómica portuguesa», dando conta que a Comissão de Energia Atómica dos EUA propunha alterações às condições de enriquecimento de urânio, com um novo contrato¹⁸⁰.

Submetido a aprovação no Congresso, o novo modelo previa pagamento adiantado, como sinal, de um terço do custo total do enriquecimento da primeira carga. O cliente devia especificar necessidades para os primeiros 10 anos, sem garantia de preços do enriquecimento

¹⁷⁶ «Poupança de energia incide sobre iluminação, espectáculos, transportes, etc.», *Expresso*, 3 de janeiro, 1976, 14.

¹⁷⁷ «Gasolina: senhas de racionamento é a hipótese mais provável», *Expresso*, 27 de agosto, 1976, 10.

¹⁷⁸ Anúncio «Os combustíveis contabilizam-se dia a dia», *Vida Mundial*, 25 de novembro, 1976, 2.

¹⁷⁹ «Nova central térmica no Sado», *Expresso*, 10 de março, 1973, 18.

¹⁸⁰ «Alteração nos preços do urânio nos EUA pode dificultar central atómica portuguesa», *Expresso*, 7 de abril, 1973, 19.

durante o contrato. Isto agravava custos de produção, embora devesse ser considerada a desvalorização do dólar, que atenuava o aumento de preços e subidas do petróleo. Referia-se que o valor do combustível numa central de 600 MW, dimensão considerada para a primeira central nuclear portuguesa, era na ordem dos 450 mil contos.

As novas condições para concretizar uma central no final da década de 1970, conforme decisão do Conselho de Ministros para assuntos económicos, implicariam um contrato de enriquecimento e o pagamento nos três anos imediatos de cerca de 20 mil contos por ano. Assim, considerava-se «lícito duvidar da realização da primeira central portuguesa antes de oito anos, isto é, antes de 1981», sendo a sua construção «diferida enquanto não se assinar o contrato do serviço de enriquecimento». O artigo concluía com um balanço dos esforços europeus para atenuar a dependência energética, face à hegemonia dos americanos no nuclear.

Os governos de Portugal e Espanha, que assinaram em 1971 um acordo de cinco anos «sobre cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos», ratificaram-no em 1973, noticiou em maio o *Expresso*. Previam-se permutas de informação, estudantes, técnicos e cientistas e projetos de investigação, a par do «aproveitamento de recursos minerais, designadamente técnicas de prospecção e exploração mineira; fornecimento de minérios radioactivos e afins e seus concentrados»¹⁸¹.

Importa recuar ao *Expresso*, no seu número 1, dia 6 de Janeiro de 1973 que, em páginas consecutivas, publicou duas referências ao uso militar da energia nuclear. Em «Truman e a bomba atómica», aludia-se às *Memórias* que o Presidente norte-americano Harry Truman, «falecido há pouco», legara à posteridade, considerando que «passagens relativas ao lançamento da bomba negam a apregoada coragem que os seus panegiristas lhe atribuem e constituem um rosário de desculpas lançadas sobre bodes expiatórios: a comissão de cientistas que estudou a questão atómica e o fabrico da arma, Churchill, os colaboradores de Truman no governo e fora dele». O artigo sustentava que o pretexto para lançamento da bomba «era inexistente e, ao ordená-lo, Truman visava não o Japão, acusado de querer prosseguir na guerra, mas a União Soviética, então aliada dos Estados Unidos na Europa». Ainda na edição inaugural, citando o *Washington Monthly*, o *Expresso* divulgou a notícia «Encomendas atómicas», onde se lia que elementos de bombas nucleares «são continuamente transportados numa ponta à outra dos EUA, de avião ou de camião, expedidos como encomendas vulgares». Além disso, adiantava,

¹⁸¹ «Cooperação nuclear luso-espanhola», *Expresso*, 12 de maio, 1973, 23.

«aviões comerciais recentemente desviados para Cuba transportavam elementos suficientes para transportar pelo menos uma bomba atômica»¹⁸².

A questão ganhou proximidade, na página 2 do semanário. O submarino *Marsouin* fizera em Lisboa escala de 24 horas. Consultando «um técnico do Laboratório Nacional de Energia Nuclear», o *Expresso* averiguou que a escala «fora previamente submetida ao parecer da Comissão Nacional para os Navios Nucleares, órgão do Ministério da Marinha, ao qual compete pronunciar-se pela admissão ou não em águas territoriais portuguesas de navios que possam oferecer qualquer risco para a nossa população e que no caso vertente se não opusera ao fundeamento do submarino da NATO»¹⁸³. Aquela presença «fez circular uma torrente de boatos alarmistas relativos à possibilidade que aquela presença representava de uma catástrofe atômica se abater sobre Lisboa», dizia, concluindo que a aprovação «deveu-se à verificação a que os seus elementos terão procedido do remoto da possibilidade de um acidente no *Marsouin* (cujos dispositivos de prevenção são tidos por extremamente seguros) que originasse uma contaminação das nossas águas através do desprendimento de azotos reactivos».

A França explodiu uma bomba atômica no Pacífico, leu-se no *Expresso* em maio de 1973, apesar das diligências da Austrália e da Nova Zelândia e «desaprovação de todos os povos do Pacífico»¹⁸⁴. As cinzas radioativas «não os afectarão», alegavam franceses. Mas «a verdade é que a França fica longe de Muroroa e os técnicos franceses não sonham sequer em deflagrar experimentalmente um engenho nuclear no meio do Atlântico», prosseguia, lembrando que EUA, URSS e Grã-Bretanha comprometeram-se a «não efectuar experiências atômicas na atmosfera» e admitindo que «se um dia a Austrália decidir ser uma potência atômica, a França não lhe poderá recusar o direito de efectuar experiências nucleares no Atlântico». Na capa de 16 de junho, o *Expresso* informou que, em protesto, delegados de vários países à assembleia da Organização Internacional do Trabalho abandonaram em Genebra a sala no momento em que o ministro francês, Georges Gorse, ia usar da palavra¹⁸⁵.

«Sobre o pequeno atol da Muroroa», o engenho «pesava 5 toneladas e provocou uma nuvem, em forma de cogumelos, que subiu a 6000 metros de altura», reportou, em julho de

¹⁸² «Truman e a bomba atômica», *Expresso*, 6 de janeiro, 1973, 6, e «Encomendas atômicas», *Expresso*, 6 de janeiro, 1973, 7.

¹⁸³ «Submarino atômico no Tejo», *Expresso*, 27 de janeiro, 1973, 2.

¹⁸⁴ «Intransigência atômica», *Expresso*, 5 de maio, 1973, 8.

¹⁸⁵ «Protesto na OIT contra as experiências nucleares francesas», *Expresso*, 16 de junho, 1973, 1.

1973, *O Século Ilustrado* ¹⁸⁶. Junto de fotos a cores e impresso em fundo negro, o texto questionava e respondia: «por quanto tempo se manterá esta nuvem radioactiva a alta altitude? Quando se começará a mover? Desde já. Mas quando, sobre que região, arrastadas pelos ventos e pelas chuvas, as poeiras radioactivas começarão a cair sobre as águas, as terras, as gentes? Não o sabemos. Podemos afirmar apenas que isso acontecerá. E dizê-lo significa esperarmos que a Humanidade registará mais mortes, mais doenças, maior sofrimento para quantos habitam a Terra e para aqueles que um dia hão-de nascer, pois os efeitos da radioactividade transmitem-se hereditariamente». Adiantava que inúmeros pacifistas viajaram em barcos para as imediações e «manifestações organizadas nas principais capitais do mundo demonstraram a repulsa das populações pelo deflagrar do engenho».

Em novembro de 1973, *O Século Ilustrado* publicou uma reportagem sobre Bikini. O texto, do italiano Emilio Fede, repórter então muito reputado, lembrava a passagem de 27 anos sobre uma explosão atómica que fizera desaparecer três ilhas. «Trata-se do primeiro testemunho jornalístico de um local que é para sempre símbolo do nosso tempo», lia-se nas linhas iniciais da narrativa de um povo «obrigado há cerca de 30 anos a emigrar de ilha em ilha e ainda hoje à espera de solução»¹⁸⁷.

A França e o Japão concluíram um acordo sobre transações comerciais de urânio enriquecido, noticiou o *Expresso* em Janeiro de 1974¹⁸⁸. Para abastecer a sua «indústria eléctrica», aquele país asiático iria encomendar, de 1980 a 1990, anualmente, «cerca de um milhão ou milhão e meio» de Unidades de Trabalho de Separação que a França iria fornecer, «proveniente da fábrica de difusão gasosa europeia que aquele país vai construir em cooperação com a Espanha, com a Bélgica e com a Itália». Anunciava-se que o Japão «pensa negociar novos contingentes daquele produto, com a Austrália e a URSS».

Também em Janeiro de 1974, a *Vida Mundial* reportou reacções à crise de energia, adiantando que o programa de energia nuclear dos EUA, «orçado em cerca de 3000 milhões de dólares, parece constituir a resposta mais viável, a longo prazo, para o problema»¹⁸⁹. Havia 38 reatores «a produzir mais de 5% da energia eléctrica do país – o quintuplo da sua produção em

¹⁸⁶ «A explosão do terror», *O Século Ilustrado*, 28 de julho, 1973, 8-9.

¹⁸⁷ Emilio Fede, «27 anos depois: O regresso à ilha de Bikini», *O Século Ilustrado*, 17 de novembro, 1973, 50-56.

¹⁸⁸ «Urânio francês para o Japão a partir de 1980», *Expresso*, 19 de janeiro, 1974, 12.

¹⁸⁹ «Energia. Corrida aos reactores nucleares», *Vida Mundial*, 4 de janeiro, 1974, 38-40.

1970» e estimava-se que por 1980 já «cerca de 140 reactores produzirão mais de 20% das necessidades eléctricas americanas». Ecologistas, que se preocupavam «com a perspectiva de transporte e armazenamento de grandes quantidades de plutónio 239 fissível», opunham-se. Eram «ataques indirectos e inexactidões», segundo técnicos, que garantiam tratar-se de sistemas seguros.

Em fevereiro de 1974, noticiou o *Expresso*, o Conselho de Ministros para os assuntos económicos, sob a presidência de Marcelo Caetano, «ocupou-se dos vários problemas relativos ao abastecimento energético do país a longo prazo, tendo definido algumas orientações tendentes a assegurar a adequada segurança e economicidade desse abastecimento, designadamente por via nuclear»¹⁹⁰. Em março, o mesmo semanário, citando imprensa local, deu notícia de que «foi autorizada a celebração de um contrato entre a JEN – Junta de Energia Nuclear e uma sociedade moçambicana para a exploração, por parte desta empresa, dos jazigos de minérios radioactivos recentemente descobertos no distrito da Zambézia»¹⁹¹. A notícia concluía que «o Estado de Moçambique, através da JEN, reserva a preferência na compra da produção dos referidos jazigos, segundo as cotações praticadas no mercado».

Abril de 1974 abriu à energia novos enfoques. Em agosto de 1975, a *Vida Mundial* transcreveu uma comunicação sobre «Independência Nacional e Cooperação» que devia ter sido apresentada no Encontro Nacional sobre Política Energética, em julho, mas estava a sofrer adiamentos¹⁹². «A dependência energética do nosso país em relação ao imperialismo ocidental é um facto e, contrariamente ao que se pretende fazer crer, não é fundamentalmente motivada pela circunstância de sermos um país pobre em termos energéticos», principiava o artigo, que se desenvolvia em conceitos como divisão internacional do trabalho, mais-valias, «posição privilegiada dos EUA» e «gradação de dependências», alegando haver na Europa «uma zona central onde todos os indicadores ilustram o desenvolvimento e uma zona periférica».

A revista, que citava uma comunicação de Melino Mendes (erro: era Melim Mendes), Henrique Pereira, Emílio Rosa e Armando Parada, adiantava que em Portugal o desenvolvimento surgiu «associado a uma dependência directa do centro europeu». Argumentava que «em 1972 produziu apenas 26% da energia consumida no país, tendo esta situação vindo a deteriorar-se». Acrescentando que «em 1974, 79% da energia teve origem no petróleo», alegava uma

¹⁹⁰ «A longo prazo: energia por via nuclear», *Expresso*, 2 de fevereiro, 1974, 12.

¹⁹¹ «Moçambique: exploração de minérios radioactivos», *Expresso*, 30 de março, 1974, 14

¹⁹² «Portugal. A energia e a independência nacional», *Vida Mundial*, 14 de agosto, 1975, 25-29.

«dependência tecnológica quase total na energia térmica, tanto convencional como nuclear», que existia «também, mas atenuada no que respeita à energia hídrica».

A comunicação recusava o «modelo capitalista» e fazia a apologia da «transição para o socialismo», pela «transformação das relações e do modo de produção» e pela recuperação da posição de periferia do imperialismo. Defendia a «diversificação das origens de abastecimento (de matérias-primas e de tecnologias) mediante acordos internacionais» e a diversificação das fontes energéticas, já que «a polarização em torno de uma fonte (petróleo hoje, átomo amanhã) para satisfação das necessidades na sua expansão é uma aposta, baseada numa concepção idealista da realidade (a fonte óptima)», concluindo que «uma planificação global das actividades sociais, seja no sector industrial, agrícola ou a nível de consumo, tem de ter em conta as disponibilidades de energia, a qual se torna (deve tornar-se urgentemente!) um bem de valor social importante».

Dois dos autores apresentaram, após adiamentos, a comunicação e terão inspirado o ministro da Indústria, Walter Rosa que, em janeiro de 1976, salientou «a necessidade urgente que o nosso país tem, dado que as perspectivas de encontrar petróleo em solo nacional são mínimas, de se voltar para o desenvolvimento dos aproveitamentos hidroeléctricos e caminhar rapidamente para o recurso à energia nuclear», reportou a *Flama*, citando uma «recente entrevista» e explicando que tal ponto de vista «tinha sido defendido há semanas num curioso trabalho elaborado por dois técnicos, Melim Mendes (Junta da Energia Nuclear) e Emílio Rosa (Companhia Portuguesa de Electricidade)»¹⁹³.

A *Flama* referia haver em Portugal «indústria mineira de urânio com capacidade excedentária face às necessidades nacionais» e *stocks* que atingiam «no fim do último ano um valor à roda dos 750 mil contos». Projetava-se um futuro que, «entre nós, como já sucede em muitos países, irá passar pelo aproveitamento da energia nuclear, não obstante o risco que isso representa tanto no que diz respeito à eliminação dos resíduos das centrais como o dos riscos de acidentes», alegando que «a não implantação de centrais em Portugal não significa que fiquemos totalmente isentos de riscos a ela inerentes, atendendo à localização de centrais espanholas junto aos rios que atravessam o nosso território e, em certos casos, muito próximo da fronteira». Segundo o estudo de Emílio Rosa, Melim Mendes e Claudino Vicente, o recurso ao

¹⁹³ Pinto Garcia (coord.), «Portugal vai recorrer à energia nuclear: o risco calculado?», *Flama*, 23 de janeiro, 1976, 38-42.

nuclear «afigura-se actualmente como quase inevitável para fazer face ao acréscimo previsível dos consumos de electricidade». Porém, a reportagem concluía alertando que «ao fazer-se em Portugal a opção pela energia nuclear será bom pensar seriamente nos riscos das radiações e na alta periculosidade das energias hiperpoluentes».

«Central nuclear dentro de 7 anos», tituló o *Expresso*, em fevereiro de 1976, uma notícia. Revelava ser «possível que para a semana o assunto vá a Conselho de Ministros»¹⁹⁴. Proposta pela Companhia Portuguesa de Electricidade, a energia nuclear em território luso era explicada pela «exaustação dos nossos recursos hídricos» que afetava «gravemente a produção de energia eléctrica» e pela «insuficiência das centrais térmicas existentes». A central, que iria utilizar «urânio dos jazigos portugueses», tratado nos EUA, na Alemanha Federal e na URSS, seria situada «a norte de Peniche» ou «perto do complexo industrial de Sines».

Aquele semanário chamou o título «Projecto de central nuclear provoca contestação» à capa em março. Em Peniche ocorreram «reacções» que puseram em causa aspetos técnicos e económicos, começava o texto de dez parágrafos, que remetia à página 5. O projeto da CPE, que «já solicitou às autoridades competentes a autorização preliminar de sítio para a central, que deveria vir a ser construída em Peniche», previa investimentos de 20 milhões de contos, para começar a funcionar em 1982, com potência que podia atingir 1000 megawatts (MW)¹⁹⁵.

A ideia da central foi «ventilada pela primeira vez em termos concretos em 1966, ainda durante a vigência da SPIN (Sociedade Portuguesa de Investigação Nuclear)», lia-se na primeira página. Era um projeto com Espanha, para uma potência entre 150 e 200 MW. Constituída a JEN, tiveram-se em conta «necessidades de desenvolvimento económico». Em 1968, a JEN fez para o Governo 23 estudos para uma central de 400 MW.

«Pouco tempo antes do 25 de Abril, este projecto não passara ainda do papel, embora se previsse que uma decisão governamental poderia vir a ser tomada em breve, com vista a pôr a central em funcionamento a partir de 1980», prosseguia. Explicava que «o actual projecto» foi alvo de «sucessivas revisões, desde o tempo do III Governo Provisório».

Ainda na capa, o *Expresso* citava «fontes ligadas à Junta de Energia Nuclear» para revelar que a decisão «esteve iminente» durante o IV GP (26/3/1975 a 8/8/1975), prevendo-se

¹⁹⁴ «Central nuclear dentro de 7 anos», *Expresso*, 21 de fevereiro, 1976, 10.

¹⁹⁵ «Projecto de central nuclear provoca contestação», *Expresso*, 6 de março, 1976, 1 e 5.

que o Conselho de Ministros «se pronunciasse sobre ele durante o mês de Agosto, o que não veio a acontecer por entretanto se ter desencadeado a crise política no último Verão».

Citando o engenheiro Campos Rodrigues, da JEN, esclarecia que o parecer da Junta dependia «de alterações a introduzir no decreto-lei sobre licenciamento que actualmente rege a matéria» e que a comissão desejava que a autorização preliminar de sítio «fosse obrigatoriamente fundamentada também no parecer da Secretaria de Estado do Ambiente». Questionava a urgência das pressões do consumo de energia tendo como «única solução» urânio enriquecido e o projeto que «não encara de forma suficiente as repercussões ecológicas», pois, alertava, «se o risco de contaminação directa parece praticamente afastado (só podendo verificar-se em caso de acidente), o mesmo não se pode dizer dos resíduos altamente radioactivos transportados pelas águas a serem descarregadas no mar». Na página 5, lia-se que a ativação do urânio seria com água fervente e descargas de «milhares de metros cúbicos de água radioactivada por hora». Questionava-se ainda como desmantelar a central no termo da sua validade, pois podia permanecer atividade «por dois ou três mil anos» e não se conhecia «solução satisfatória para o problema». Também alertava que a costa de Peniche podia ser «violentamente afectada por estas descargas, em termos de contaminar o peixe que aí é pescado e que constitui uma grande parte do abastecimento total daquele alimento a Lisboa»¹⁹⁶. Na mesma página, Benjamim Formigo sustentava em termos técnicos aqueles receios: «A água do reactor será despejada no mar, não constando dos planos – segundo a nossa fonte – torres de arrefecimento da água». Assim, prosseguia, o complexo ia atirar ao mar água a temperaturas bastante elevadas, «o que matará e alterará toda a fauna e flora marítima com desastrosas consequências imediatas e futuras para os pescadores da região»¹⁹⁷.

Dia 15 de março de 1976, em Ferrel, Peniche, a população saiu à rua e recusou a central. «No princípio foi apenas o não de um povo. Depois, outros povos se juntaram, dispostos a impedir que, ao norte de Ferrel, seja construída a central nuclear, prevista já no tempo em que a canção “O Povo é quem mais ordena” não era cantada», segundo principiava, em abril de 1976, em *O Século Ilustrado*, um texto de Joaquim Gaio¹⁹⁸.

¹⁹⁶ «Programa nuclear português. Cientistas exigem debate», *Expresso*, 6 de março, 1976, 5.

¹⁹⁷ Benjamim Formigo, «Sim às centrais nucleares, mas», *Expresso*, 6 de março, 1976, 5.

¹⁹⁸ Joaquim Gaio (texto) e Alfredo Cunha (fotos), «Centrais nucleares – e o povo disse não em Ferrel», *O Século Ilustrado*, 16 de abril, 1976, 20-23.

A reportagem prosseguia: «o pequeno povoado, que o Governo de Caetano marginalizou, para mais depressa apressar a sua morte no “silêncio da resignação pacífica”, (...) saiu para a rua ao badalar decidido e compacto dos sinos. Só quando o povo começou a saber dos males que a nuclear trazia é que se organizou e foi lá mandar parar os trabalhos, esclareceu o Sr. Loureiro». Mais à frente, lia-se: «não houve cenas violentas, nem foram mandados militares ou polícias para cá. A prevista central nuclear do velho e, não menos famigerado, IV Plano de Fomento – herança do passado – iria ser levantada a 3 km a norte de Ferrel, bem juntinha ao mar, em terrenos pertencentes à câmara e conhecidos pela zona do Moinho Velho».

Esta reportagem, sobre acontecimentos que iriam inspirar uma canção¹⁹⁹, era ilustrada com fotos de Alfredo Cunha (autor de conhecidas imagens do 25 de abril de 1974), explicadas em legendas como «um aspecto do casario da povoação de Ferrel, que no dia 15 de março, se opôs de uma forma decidida à nuclear», «sob pressão das gentes de Ferrel e das povoações próximas, cessaram os trabalhos já adiantados para a instalação da central nuclear», ou «quando iniciaram os furos até pensávamos que eram sondagens de petróleo».

2.3.4 Em busca de alternativas

«Energia do Sol, da fusão nuclear e das fontes geotérmicas, nas profundezas da Terra, todas têm vindo a ser pormenorizadamente estudadas pelos cientistas em busca de uma solução para a crise mundial de energia. Todas elas apresentam certas possibilidades para o futuro, mas nenhuma conseguiu ainda constituir um substituto directo para a gasolina, como combustível de automóveis». Principiava em janeiro de 1974, na *Vida Mundial*, o artigo «Hidrogénio. O combustível do futuro?»²⁰⁰. Técnicos em centros de investigação dos EUA conseguiram «sólidos progressos com a utilização de um combustível que pode ser fabricado em quantidades ilimitadas, que é livre de impurezas e eficiente e cuja tecnologia pode vir a ser pouco mais cara do que a do vulgar motor de combustão interna», acrescentava. O hidrogénio já era usado nas aplicações espaciais, mas o seu uso em motores de combustão interna era considerado novidade. Um responsável do *Jet Propulsion Laboratory* (Laboratório da Propulsão a Jacto), cujos engenheiros testavam o motor alemão Wankel, admitia introduzir «pequenas alterações internas» nos motores, «de tal modo insignificantes que Detroit (leia-se: a indústria automóvel) poderá compará-las às modificações que cada modelo sofre de ano para ano».

¹⁹⁹ Fausto Bordalo Dias compôs e gravou a canção “Se tu fores ver o mar (Rosalinda)”.

²⁰⁰ «Hidrogénio. O combustível do futuro?», *Vida Mundial*, 11 de janeiro, 1974, 38.

A Daimler-Benz apresentou em 1975 o primeiro automóvel propulsionado a hidrogénio, na Exposição Internacional de Automóveis em Frankfurt. Segundo noticiou a *Flama* em janeiro de 1976, em notícia que, por lapso, tinha por título «Primeiro automóvel propulsionado a oxigénio». O *minibus*, da série L 307, tinha depósito para 65 litros mas absorvia 50 000 litros de hidrogénio. À velocidade de 60km/h, dispunha de um raio de ação entre os 100 e os 120 km. Comparado com a propulsão, a bateria apresentava vantagens e os peritos acreditavam que a «médio prazo se poderão utilizar motores a hidrogénio para a propulsão de camiões»²⁰¹.

Em setembro de 1973, Eurico Fonseca assinou, na *Vida Mundial*, o artigo «O mito do automóvel eléctrico». Observando a «tendência inevitável» para supor que, como na eletrónica a miniaturização poderia ocorrer no armazenamento de energia elétrica, considerou que (em 1973), «não se está hoje muito melhor nesse capítulo do que se estava em 1881, quando surgiram os primeiros automóveis eléctricos»²⁰². Em novembro, leu-se em *O Século Ilustrado* que «tem sido ultimamente a grande estrela da informação em França» um engenheiro de 56 anos, Jean Chambrin, que «há bem poucos dias fez a viagem de Rouen a Perigueux, no seu carro, utilizando a sua “miraculosa” invenção do motor a água»²⁰³. Tratava-se de uma mistura de água com 45% de álcool, uma solução que Chambrin exibia para os repórteres fotográficos, enquanto esperava respostas do Instituto Francês do Petróleo.

Na Suíça, que contava três centrais nucleares, uma comuna opôs-se à instalação da quarta. «Mais uma vitória da ecologia que Piccard comenta com um sorriso de satisfação», lia-se em *O Século Ilustrado*, numa entrevista a Jacques Piccard, presidente do Instituto Internacional de Ecologia (por ele fundado em 1972), presente em Portugal, a convite da Campanha de Conservação da Natureza, em 1973²⁰⁴. Aquele especialista, vindo de Malta, de uma conferência *Pacem in Maribus*²⁰⁵, fazia a apologia das energias do vento e do sol. Embora reconhecendo que esta se baseava em tecnologia cara, sustentava que podia tornar-se competitiva e lembrou a potencialidade do mar. Na sua intervenção, criticou o projeto, elaborado por americanos e russos, para a barragem de Assuão, no Egipto, pois «não previram o que iria passar-se. Os peixes emigraram do delta do Nilo, toda a vida desapareceu do rio e essa não foi a mais grave

²⁰¹ «Primeiro automóvel propulsionado a oxigénio», *Flama*, 2 de janeiro, 1976, 49.

²⁰² Eurico Fonseca, «O mito do automóvel eléctrico», *Vida Mundial*, 21 de setembro, 1973, 10-13.

²⁰³ «Motor a água: uma realidade», *O Século Ilustrado*, 9 de novembro, 1974, 16.

²⁰⁴ Afonso Cautela, «Obter energia a partir do vento, do sol, do mar. Os antigos tinham razão», *O Século Ilustrado*, 7 de julho, 1973, 17-18.

²⁰⁵ Sobre estas conferências, conferir em «International Ocean Institute», <http://www.ioinst.org/about-1/oi-story/pacem-in-maribus-pim-conferences/>.

consequência. Alterações climáticas, alterações geológicas, são outros dos muitos imprevistos a que podem dar as grandes barragens».

«Energia solar. Mito ou solução» foi artigo que Eurico Fonseca escreveu para *O Século Ilustrado*, em dezembro de 1973. «Agora que os chamados combustíveis fósseis vão faltando, não apenas em consequência do bloqueio árabe, mas também porque as suas próprias reservas naturais se vão esgotando, o uso da energia solar começa a ser apontado não só como inteiramente possível mas como um remédio para todos os males do mundo – no que existe não pouco exagero», principiava ²⁰⁶. Referia experiências de Arquimedes, Lavoisier e padre Himalaia e apontava a obra *Les Raisons des Forces Mouvantes*, de Salomon de Caus, 1615, como primeira descrição de um motor solar e tentativas conhecidas até ao século XX, geradores solares americanos e esquentadores «a ser usados em todo o mundo – desde a Florida até Braga». As experiências do padre Himalaia, como era conhecido Manuel António Gomes, sacerdote português que, com apoios norte-americanos, no início do século XX, dedicou-se à captação de energia solar, foram reportadas em *O Século Ilustrado*, em dezembro de 1976²⁰⁷. «A multidão apinhava-se à entrada da exposição de St. Louis, Missouri, Estados Unidos da América. Mil novecentos e quatro era o ano da técnica», principiava o texto, ilustrado com imagens de máquinas desenvolvidas pelo padre», e fotos, entre as quais a do próprio padre, junto ao pirelióforo, a máquina que apresentou em 1904 nos EUA, descrita como «uma enorme estrutura de aço com milhares de pequenos espelhos» que obteve «3500 graus de temperatura, no forno fixo ao cimo da estrutura metálica».

Em maio de 1975, no *Expresso*, Rui Namorado Rosa, apresentado como físico do Laboratório de Física e Energia Nucleares, doutorado por Oxford e professor «na nossa Faculdade de Ciências», referindo-se à energia solar, antevia que «o desenvolvimento de novas técnicas de fabrico irá certamente permitir a redução substancial do preço das células fotovoltaicas, já que o custo do material é muito barato»²⁰⁸. Adiantava que o preço da geração de energia elétrica podia ser «desde já reduzido, mediante o recurso a reflectores que concentrem e foquem a radiação na célula». Aquele especialista apresentava o caso de uma aplicação na

²⁰⁶ Eurico Fonseca, «Energia solar. Mito ou solução», *O Século Ilustrado*, 25 de dezembro, 1973, 28-19 e 72.

²⁰⁷ A. Jacinto Rodrigues, «No aniversário da morte do padre Himalaia. Um estranho sábio português», *O Século Ilustrado*, 24 de dezembro, 1976, 20-23.

²⁰⁸ Rui Namorado Rosa, «A actualidade da energia solar», *Expresso*, 3 de maio, 1975, Artes, letras e ciências, II.

Turkménia (URSS), onde uma estação foi instalada com potência suficiente para «accionar uma bomba de água para elevação, de uma profundidade de 20 metros, da água necessária ao abastecimento de um rebanho de 20 cabeças». Em países africanos usava-se para irrigação.

3. Poluição e atividades económicas

Em Vilamoura discutia-se a contaminação do ar causada por uma fábrica de cimento, informou em janeiro de 1973 um (novo) semanário, o *Expresso*, explicando que o tema chegara à imprensa regional e a deputados²⁰⁹. No mês seguinte, alertou para um caso em Venda Nova, onde fábricas lançavam «ares poluidores» perto de uma empresa embaladora de alimentos²¹⁰.

Em Portugal, nos últimos meses do Estado Novo, jornais e revistas – por sua iniciativa ou seguindo ações de agentes públicos ou privados, empresas, autoridades ou cidadãos – deram em espaços editoriais relevantes visibilidade à poluição. Em contraponto ao crescimento de setores como navegação, automóvel, indústria química, construção ou celulose, populares, médicos e engenheiros, autarcas e deputados testemunharam problemas e protestaram doenças, atribuídas a descargas nas águas ou a gases lançados para o ar que respiravam, inspirando títulos com vigor, documentados com fotografias, textos breves e incisivos ou longos e impressionantes, aprofundados com testemunhos, estudos técnicos, acompanhamentos continuados e *cartoons* humorísticos.

Nos periódicos em análise nota-se, entre o início e o fim dos anos estudados, uma diminuição quantitativa de artigos publicados referentes a poluição. Como indicam o Quadro 2 e a leitura de excertos de notícias, reportagens, entrevistas e artigos de opinião, no ano de 1973 a poluição era, nas agendas dos órgãos estudados, tema com relevância. Nos anos seguintes, ocorre uma redução de frequência do assunto.

	Expresso	Flama	O Século Ilustrado	Vida Mundial	Total
1973	14	12	6	11	43
1974	7	2	5	1	15
1975	–	2	–	–	2
1976	1	–	–	1	2

Quadro 2: Frequência de notícias de ocorrências e opiniões referentes a poluição (1973-1976). Elaboração própria.

A docagem de navios nos estaleiros atingiu em 1972 um aumento recorde, para 22,6 milhões de toneladas, informou a Lisnave, que aumentou de 6500 para 7200 o número de trabalhadores, leu-se em *O Século Ilustrado*, numa notícia que destacava a colaboração com a sua associada Gaslimpo, iniciada «com o objectivo de manutenção da natureza e do meio

²⁰⁹ Manuel Sequeira Afonso, «Algarve a contas com a poluição», *Expresso*, 27 de janeiro, 1973, 4.

²¹⁰ D.B.P., «Poluição na Venda Nova», *Expresso*, 10 de fevereiro, 1973, 3.

ambiente»²¹¹. O Governo de Caetano, que preparava (1974-1979) o IV PF, previa, em articulação com parceiros internacionais, o combate à contaminação da atmosfera e das águas²¹².

«E a poluição?» foi subtítulo, em *O Século Ilustrado*, em março de 1973, no final de uma reportagem sobre investimentos que se anunciavam para Sines²¹³. «Outro dos aspectos que, bem firmado na ordem do dia das actuais preocupações, assusta muita gente, é o da poluição motivada pela implantação do poderoso complexo industrial», podia ler-se no texto, não assinado, e ilustrado por fotos de Eduardo Gageiro. Desde 1970, o Governo estudava a implantação de um complexo industrial e em 1971 tinha sido criado o Gabinete da Área de Sines, dependente do Presidente do Conselho.

3.1 Marés negras

Em janeiro de 1973, o navio *Sea Star* naufragou no Cabo Raso e a Comissão Nacional contra a Poluição do Mar entrou em ação: era preciso retirar 60 mil litros de carburante, noticiou *O Século Ilustrado*²¹⁴. Em março de 1973, o *Expresso* publicou «Visita a praias com sinais de poluição», título de texto com foto e a legenda: «resíduos do petróleo perdido no mar pelos navios petroleiros que continuamente cruzam as águas territoriais do nosso país conferem às praias de Portugal o aspecto que esta imagem, colhida na Lagoa de Melides, documenta: a nafta desenhando junto ao mar uma tarja preta como o pez»²¹⁵. A ação, em Santa Rita e Melides (litoral de Grândola), visou alertar, através da imprensa, para a «gravidade da situação criada ao litoral do país pela poluição que nas nossas águas provoca o contínuo trânsito de navios petroleiros». Os jornalistas foram acompanhados por José Soares, da Campanha de Conservação da Natureza e Defesa do Meio Ambiente, e por Arhens Teixeira e Castelo Branco, relações públicas da Lisnave e da Gaslimpo.

Em 1975, na *Flama*, a explosão de um petroleiro dinamarquês à entrada de Leixões foi tratada em duas páginas sob o título «800 mil contos transformados em archote». Sobre uma foto do *Jakob Maersk* a arder, resumia-se, quantificado em letras maiúsculas, o prejuízo. Adiante, revelava que perderam-se «meia dúzia de vidas sem preço» e, na segunda página, que

²¹¹ «Lisnave em expansão a passos mais largos», *O Século Ilustrado*, 13 de janeiro, 1973, 72.

²¹² «Documentos. O IV Plano de Fomento», *Vida Mundial*, 27 de julho, 1973: 9-15, principalmente para este tema, ver «Base VII», 13-14

²¹³ «O colosso de Sines», *O Século Ilustrado*, 31 de março, 1973, 37.

²¹⁴ «Sea Star naufragou no Cabo Raso», *O Século Ilustrado*, 6 de janeiro, 1973, 25-26.

²¹⁵ «Visita a praias com sinais de poluição», *Expresso*, 3 de março, 1973, 3.

o barco trazia 85 mil toneladas de crude²¹⁶. Volvidas duas semanas, a revista informava que a nafta começou a poluir praias do Porto e Matosinhos. Uma maré negra «mudou a cor da areia e a dos rochedos» e «encheu as praias de detritos»²¹⁷. Um reconhecimento aéreo assinalou uma mancha até 25 milhas da costa – lia-se na legenda de uma foto, onde se via a proa do navio²¹⁸.

O texto principal, sob o título «Operação limpeza provoca romaria», informava que técnicos, sobretudo nórdicos, ligados a seguradoras ou a organismos internacionais viajaram para o Porto, para «uma ajuda num combate que não diz respeito apenas a uma cidade ou a um país». A campanha de despoluição era encabeçada por «um perito português, do Ministério da Marinha, o eng. Comandante Casquinho». A população do Porto foi convidada a levar roupa velha e a passar um domingo a retirar detritos das areias, um apelo lançado através dos jornais, da rádio e da televisão. Apareceram milhares «muitos de automóvel, para ver os outros trabalhar». Este acidente teve efeitos nas pescas, como se evidencia no capítulo População, Crescimento e Recursos.

«Os problemas do meio ambiente conheceram rapidamente uma notável audiência internacional e polarizam as atenções de cientistas, de políticos, de técnicos, de sociólogos, de governantes», avisou, ainda em janeiro de 1973, a *Vida Mundial*, acrescentando que o rio Leça estava praticamente morto²¹⁹. No lançamento da Campanha de Conservação da Natureza e Defesa do Meio Ambiente, patrocinada pela Lisnave e pela Gaslimpo, à qual foi chamada a imprensa, o presidente da Liga da Protecção da Natureza, Baeta das Neves, afirmou: «O Tejo está tão poluído que já é um rio que em grande parte passou a ser um canal de esgoto».

Havia receios de derrames no mar, causados por acidentes ou lavagens dos petroleiros que transitavam junto à costa. O Governo aderira à Convenção Internacional para Prevenção das Águas do Mar por Óleos em 1967. Nesse ano foi criada para lavar tanques a navios no porto de Lisboa a Gaslimpo que, até 1973, recolhera 450 navios e quatro milhões de toneladas de águas contaminadas, prosseguia, na segunda de oito páginas, a *Vida Mundial*. Sob o título «Poluição em Portugal. Geografia do problema», o texto desenvolvia-se em secções como «Tejo: um canal

²¹⁶ Pinto Garcia (textos) e Américo Diegues (fotos), «800 mil contos transformados em archote», *Flama*, 7 de fevereiro, 1975, 46-47.

²¹⁷ Pinto Garcia (textos) e José Ruiz (fotos), «Operação limpeza provoca romaria», *Flama*, 21 de fevereiro, 1975, 28-29.

²¹⁸ Junto ao Castelo do Queijo, como é popularmente conhecido o Castelo de São Francisco Xavier. Testemunhei a presença da proa do navio nesta localização, restringindo no Verão seguinte banhos na praia.

²¹⁹ «Poluição em Portugal. Geografia do Problema», *Vida Mundial*, 19 de janeiro, 1973, 9-16.

de esgoto»; «Poluição de Norte a Sul»; «Poluição: problema político»; «Barreiro: vila mártir»; «Um inquérito em 1956»; «Previsões confirmadas»; «A visita do deputado»; e «Unidade antipoluidora». Em «Poluição: problema político» lia-se que Correia da Cunha, presidente da CNA, admitia que tais questões «só agora começam a ganhar dimensão inquietante».

3.2 Barreiro: situação desigual?

Na secção «Barreiro: vila mártir» focava-se um território de pescadores que, ao longo do século XX, sofreu intensa industrialização e urbanização²²⁰. «Um inquérito em 1956» reportava um trabalho publicado, naquele ano, no jornal *O Século*, sobre a expansão demográfica no Barreiro: na Baixa da Banheira viviam 10 mil pessoas «nas piores condições de higiene e salubridade». Em «A visita do deputado», a *Vida Mundial* informou que Conceição Pereira discursou na Assembleia Nacional sobre inundações e gases lançados pela CUF – Companhia União Fabril. «Este ano passaram pelo hospital centenas de empregados daquela empresa, vítimas de intoxicações mais ou menos graves», afirmou, acrescentando que em dadas condições atmosféricas «toda a vila aparece submersa numa camada impenetrável de fumos e gases que torna o ar irrespirável». Na última das oito páginas, lê-se a intenção dos industriais do Barreiro reduzirem a poluição, investindo numa unidade antipoluidora²²¹.

A 16 de março de 1973, na abertura da reportagem da *Flama* «Poluição: a gangrena moderna», lia-se que países pobres olharam, em 1972, propostas da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano «como processos organizados que pouco mais pretendiam do que travar o seu urgente desenvolvimento». Com orçamentos reduzidos às necessidades de sobrevivência, não podiam comportar «enormes encargos de protecção do ambiente»²²². Em Portugal, a documentação preparada para a cimeira que iria ter lugar na capital sueca sugeria que «o problema não revestia ainda carácter de dramatismo ou de sobrevivência. Não pela virtude de termos sabido evitar ou resolver problemas, mas apenas pelo estágio de desenvolvimento em que nos encontramos ainda», adiantava nas linhas iniciais.

Porém, em contraste com a despreocupação sugerida pela documentação para Estocolmo, a *Flama* referia uma “situação desigual”. O Relatório Nacional sobre Problemas Relativos ao Ambiente apontava problemas em Lisboa e na área Barreiro-Seixal. Nesta zona, um

²²⁰ «Poluição em Portugal. Geografia do Problema...», 13.

²²¹ «Poluição em Portugal. Geografia do Problema...», 15.

²²² Alexandre Manuel, «Poluição. A gangrena moderna», *Flama*, 16 de março, 1973, 42-46.

grupo de trabalho do INS – Instituto Nacional de Saúde concluíra que a poluição, «essencialmente industrial», atingia «níveis excessivamente elevados» e agravava-se. O grupo de trabalho considerava falsa a ideia de que a poluição era o preço da industrialização e sugeria às autoridades medidas para «dominarem imediatamente a situação, mantendo um controlo laboratorial adequado e permanente».

Ouvido o diretor da CUF, engenheiro Faria e Santos, este garantiu: mantinham-se para abril previsões de arranque de um sistema de depuração de gases, com que se esperava assegurar o bom funcionamento da unidade. Uma vez atingida a eficiência prevista, a instalação ficaria sem problemas de emissões, excepto em períodos limitados de paragens; até dezembro de 1972, as pausas – contavam-se 302 – constituíam «períodos bastante limitados de emissão». Além disso, seriam efetuadas com condições atmosféricas favoráveis, com base em dados dos Serviços Meteorológicos do Aeroporto da Portela. Sobre o Contacto 5 – fábrica do complexo referenciada pela carga poluidora, o engenheiro Leal da Silva, diretor de produtos químicos e metais, lembrava que arrancara, em 1966, «com os mais recentes avanços tecnológicos mundiais então conhecidos» e que a sua dimensão (500 toneladas/dia de ácido sulfúrico «permitiu o encerramento de todas as fábricas de câmara, o que no balanço geral foi positivo». Em 1970, «iniciaram-se os projectos de novas unidades» e o Contacto 6, «mesmo à custa de um maior investimento», tornou-se «uma instalação limpa». Referindo-se às paragens do Contacto 5, em meados de 1972, alegava que «não atingiram o risco que então se lhes pretendeu atribuir» e estava «esboçada desde Abril uma nova instalação de lavagem de gases de cauda que melhoraria consideravelmente a pluma da chaminé».

A 24 de março, no *Expresso*, foi publicada no correio de leitores uma carta assinada por M. J. – Lavradio. O remetente, «comprador e leitor do vosso jornal desde o primeiro número», elogiava a «arrojada coragem demonstrada a todos os títulos excepcional» e sugeria que o semanário «viesse ver» nas ruas detritos nauseabundos que corriam como sendo águas pluviais, poluição atmosférica e das águas – «é raro o dia e a noite que não estejamos a sofrer os efeitos da anormal quantidade de gases lançados pelas fábricas, mesmo em condições normais de funcionamento». Mas, prosseguia, «como são tantas, há sempre umas avariadas, o que vem agravar a situação assustadoramente». A agravar esta situação, todos os dias a CUF mandava

queimar fibras acrílicas das fábricas de tecidos, provocando um cheiro incomodativo e um ar tão sujo que manchava a roupa quando posta a secar²²³.

Este iria ser, em edições seguintes, tema de reportagens e de novas publicações de cartas remetidas pelos leitores. Em abril, no *Expresso*, «A poluição no concelho do Barreiro» foi título de um artigo, a oito das dez colunas da página. A população manifestara «com certa insistência uma crescente preocupação quanto à contaminação ambiental da vila»²²⁴. Um grupo entregou ao ministro da Saúde e Corporações uma exposição com 4581 assinaturas, a pedir «termo ao grave problema da poluição atmosférica e do rio causada pelas unidades fabris instaladas na região». Foram enviadas cópias à Presidência do Conselho, Assembleia Nacional, governador civil de Setúbal, presidente da Câmara do Barreiro, à administração da CUF, órgãos de informação, à OMS – Organização Mundial de Saúde e ao subdelegado regional de saúde do Barreiro. O artigo, fazendo referência ao princípio do «poluidor pagador», proposto em 1966 por peritos japoneses, que Faria dos Santos debateu em organismos internacionais, transcreveu parte do documento:

Há longos anos que as populações do Barreiro e zonas limítrofes vêm sendo submetidas à violência da poluição provocada pelo sistemático lançamento, pelas fábricas da CUF, de resíduos industriais para a atmosfera e para o rio. Não obstante a exposição, subscrita por mais de dois mil habitantes, em 1971, ao presidente da Câmara Municipal sobre este grave problema, nada ainda foi feito, permanecendo o Barreiro submerso por espessas nuvens de gases tóxicos e corrosivos, que causam cada vez maior número de vítimas.

Os subscritores reivindicavam medidas: proibir o lançamento de gases que ponham em perigo a saúde da população; tratamento dos resíduos industriais lançados para a atmosfera ou para o rio e amplas zonas verdes. A CUF considerou suspeito tal movimento da população. Segundo Chagas dos Santos, do grupo de trabalho sobre poluição que funcionava desde 1964, «grande parte das assinaturas» teriam sido recolhidas a alunos do liceu, a quem disseram que se ia «pedir à Câmara para fazer espaços verdes» e muitos dos que reclamavam, vindos de Lisboa, encontraram no Barreiro «certa incomodidade».

Segundo os responsáveis da CUF, os valores registados desde 1964, aquando da instalação dos primeiros postos de controlo da poluição, «não constituem um perigo». Alegando

²²³ M. J., «Poluição, poluição!», *Expresso*, 24 de março, 1973, 9.

²²⁴ «A poluição no concelho do Barreiro», *Expresso*, 21 de abril, 1973, 12.

que (mais recentemente) os níveis eram comparáveis aos de Alemanha ou França, comparou valores de anidrido sulfuroso libertados com os preconizados pela OMS, 60 microgramas por m³, considerando estes «utópicos», num limiar «incompatível com as realidades industriais e com o tipo de combustíveis de que dispomos, de altos valores residuais».

Noutros postos, 80 mg/m³ enquadravam-se nos valores propostos pelo Department Protection Agency – que, era «um pouco responsável por aquilo a que já hoje se chama a história ecológica e que tem sido um bocadinho exportada para todos os outros países».

Ainda nesta reportagem, Faria e Santos aludiu à conferência de 1972 em Estocolmo, na qual países pouco industrializados «puseram grandes entraves às limitações, quanto aos níveis de poluição que os países industrializados queriam aprovar, acusando-os de tentarem travar o desenvolvimento dos países sem indústrias». Em numerosos países, prosseguia, o Estado «está a dar incentivos à indústria» para proteger o ambiente com o equipamento necessário, financiando-as. Por outro lado, Chagas dos Santos argumentava que surgiam reações ao movimento ecológico ‘super zeloso’ em países como os EUA, onde técnicos afirmavam que eliminar poluição a todo o custo seria desastroso para povos que veriam assim o crescimento económico inibido.

A 12 de maio, o *Expresso* publicou uma carta de Júlia Vilar, do Departamento de Higiene e Saneamento do Meio Ambiente do INS. Reagindo ao artigo de 12 de abril, contestava a comparação feita por Chagas dos Santos em níveis de poluição e métodos de medição, com médias de três e quatro dias, que forneciam uma estimativa «grosseira e pouco adequada para estabelecer comparações». Mesmo assim, muitas médias mensais «ultrapassavam os limiares». Vilar rebatia o responsável da CUF quando este considerara «utópico» o limiar de 60 g/m³ proposto pela OMS para o anidrido sulfuroso, esclarecendo que também a EPA – Environment Protection Agency propunha aquele valor médio anual «para prevenção os efeitos no solo, água, flora, materiais, fauna, clima, visibilidade e conforto e bem-estar das populações». Concluía, dizendo acreditar que a CUF já iniciara estudos antipoluição e que, com reconversões em curso, teria em breve o problema solucionado no Barreiro²²⁵. Chagas dos Santos, em carta de 26 de maio, respondeu que se referia a «uma situação que evoluiu» e não à de 1972, a que Vilar aludia. Explicou ter sido espontâneo ao comparar com Alemanha e França, realçando que podia ter exemplificado com a Suíça ou a Itália, onde os níveis de poluição tolerados eram mais altos.

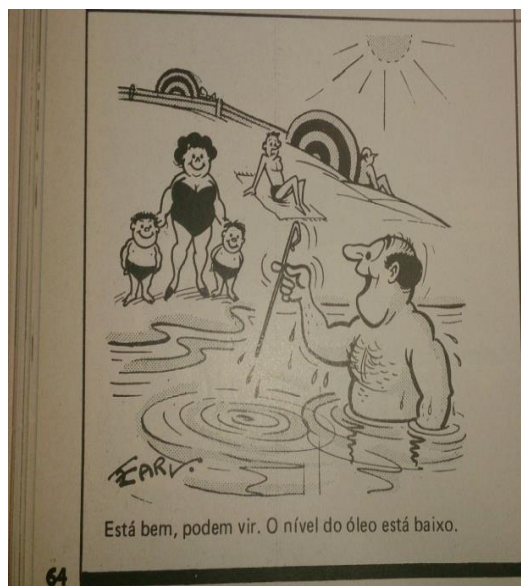
²²⁵ «Cartas / A poluição no Barreiro», *Expresso*, 12 de maio, 1973: 11.

Após expor números recentes das emissões, Chagas dos Santos assumiu que «não pretendi, com esta carta, demonstrar que as fábricas de ácido sulfúrico da CUF no Barreiro não poluem, nem defender uma poluição incontrolada como situação normal ou aceitável»²²⁶.

No último dia de junho, o *Expresso* deu à questão do Barreiro novas evoluções: elementos da população reagiram aos responsáveis da CUF, questionando se era apenas uma «certa incomodidade?» uma mulher que abortou, ou um gato que apareceu morto em espaço fabril durante uma descarga²²⁷. No segundo semestre de 1973, nota-se no semanário menos notícias sobre ocorrências de poluição. Ainda se lia em julho a aprovação pela Câmara Municipal do Barreiro de uma zona desportiva e de lazer, livre de poluição²²⁸. Em 1976, referiu perigos de contaminação de uma central nuclear, mas ainda em projeto. No âmbito das ocorrências concretas, o *Expresso* noticiou no último ano em análise a constituição de uma comissão para combater a poluição «devida ao despejo de produtos químicos provenientes de fábricas situadas em Alcanena, Monsanto e Vila Moreira» no rio Alviela, afluente do Tejo²²⁹.

3.3 O Tejo e outras águas

A pesca deveria ser «beneficiada com obras de regularização do leito e medidas contra a poluição absolutamente necessárias para o fomento piscícola», com a execução do Plano Geral de Regularização do Rio Tejo, iniciado em 1970 pela Hidrotécnica Portuguesa. O esquema, a concluir em julho, seria concretizado no IV PF. Em agosto de 1973, a *Flama* informou que daí a quatro anos o estuário do Tejo estaria despoluído.



Era essa a expectativa dos responsáveis pela [Campanha de Estudos sobre a Poluição](#) que, desde julho de 1971, analisava de Alhandra a Cascais as águas, cuja pureza se propunha melhorar, com emissários de fibrocimento: do rio

²²⁶ «Cartas / Ainda a poluição no concelho do Barreiro», *Expresso*, 26 de maio, 1973: 11.

²²⁷ «A população do Barreiro e a poluição», *Expresso*, 30 de junho, 1973: 15.

²²⁸ «Barreiro: projecto de criação duma zona não poluída», *Expresso*, 7 de julho, 1973: 4.

²²⁹ «Comissão anuncia luta contra poluição no Alviela», *Expresso*, 27 de março, 1976: 5.

Jamor, da ribeira de Laveiras, em Caxias, e de Santo Amaro de Oeiras e com a Estação de Tratamento de Esgotos de Lisboa, em Cabo Ruivo²³⁰.

Técnicos chefiados pelo comandante José Emídio de Ataíde, do Ministério da Marinha, percorriam praias e canais do Montijo, Barreiro, Moita, Alhandra e Vila Franca de Xira, recolhiam amostras para «formar uma ideia exacta da concentração dos poluentes considerados perigosos para a saúde pública e prejudiciais à vida marinha». Tinham sido feitas observações à preia-mar, baixa-mar, meio de enchente e de vazante. O Laboratório do Instituto Hidrográfico ocupou-se da química, o Laboratório Dr. Ricardo Jorge das bactérias; o Laboratório Fito-Farmacológico dos Serviços Agrícolas os pesticidas; o Instituto Português das Conservas de Peixe analisava o mercúrio e o Laboratório de Química do Instituto Superior Técnico outros materiais pesados²³¹.

O Leça estava sem oxigénio, efeito de esgotos das indústrias químicas, farinhas e curtumes, indicava um estudo do engenheiro silvicultor Serafim Ribeiro, em 1970, no I Simpósio Nacional sobre Poluição das Águas Interiores, sobre os rios Vouga, Mondego, Douro, Tejo, Guadiana, Leça, Almonda, Sado, Nabão, Cértoma, Ave, Cávado e Alviela²³². Neste afluente do Tejo, o Alviela, a população de Filhós, vizinha de Pernes, viu espumas a enchera ruas e impedir a entrada nas casas, abandonadas e a perder valor, pois ninguém as queria, mas também animais mortos, pessoas com olhos inflamados e outras a serem internadas. «Não fosse o médico obrigar-nos a sair, tínhamos morrido todos» – declarou, em agosto, na *Flama*, Maria dos Santos Pereira, 57 anos após passar seis meses num sanatório²³³.

«Tivemos que abandonar a casa há quase quatro anos. Mas há muito que o moinho estava parado: a farinha ficava toda estragada», acrescentou. Por diversas vezes tinham sido chamados de Santarém os bombeiros para diluir, com jatos de agulheta, uma camada espumosa de metros de altura. Joaquim Baptista, ajudante de farmácia, garantia que a única solução estava numa estação de tratamento e na divisão de esgotos industriais e domésticos. Industriais da moagem de Pernes apelavam frequentemente para a Junta de Freguesia por a farinha apresentar paladar sulfuroso.

²³⁰ «Tejo: um aval de esperança», *Flama*, 27 de abril, 1973, 16-22.

²³¹ «Tejo: Barragem à Poluição», *Flama*, 10 de agosto, 1973: 14.

²³² «Poluição em Portugal. Geografia do Problema...», 10.

²³³ Alexandre Manuel (textos) e Armando Vidal (fotos) «Pernes: a morte cobre-se de espuma branca», *Flama*, 10 de agosto, 1973, 46-49.

Manuel Ferreira da Silva, médico que seguia o problema, afirmava que produtos químicos, «provenientes das várias fábricas de curtumes, são lançados ao rio e poluem progressivamente as suas águas com a elevadíssima concentração de várias substâncias tóxicas (sulfuretos solúveis)». Uma análise no Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge classificou a água como salobra, cloretada, dura, muito poluída e imprópria para consumo. Roberto Paz, provedor da Misericórdia, testemunhava: «no ano findo a espuma chegou a tapar o portão duma fábrica de farinha com cerca de quatro metros de altura. Noutro local, uma casa de primeiro andar chegou a ficar com as janelas tapadas».

Em julho de 1973, citando o capitão do porto de Setúbal em relatório apresentado à autarquia, o semanário noticiou que fábricas lançavam ao Sado afluentes nocivos à vida animal e vegetal, tornando «elevada a mortalidade de seres que vivem na água e são utilizados em alimentação humana»²³⁴. Fizeram-se análises perto de esgotos das fábricas Sapec e Propam. Ostreicultores reclamavam prejuízos.

O mesmo periódico, em agosto, noticiou que a Câmara de Loures revelava-se preocupada com a poluição da ribeira de Odivelas que provocava maus cheiros. Um boletim municipal informava que 90% do esgoto que ali corria provinha de concelhos vizinhos; que esgotos de Loures ligavam à estação de tratamento na Cruz de Pedra, em Frielas, e que quanto à fábrica de celulose no local o assunto estava no Ministério da Economia²³⁵. No mesmo jornal, em fevereiro de 1974, «Rui Sanches preocupa-se com água e esgotos no Algarve», foi, na página 3, título, a dar conta de uma visita do ministro. Em Portimão os esgotos eram directamente descarregados no estuário do Arade. Situações semelhantes viam-se em Albufeira, Armação de Pera, Quarteira e Montegordo. A água era de má qualidade e falhava. Para reduzir inconvenientes, o Estado estava a investir cerca de 300 mil contos em 48 obras²³⁶.

3.4 Celuloses em expansão

Em janeiro de 1973, quando reportou o ato em que o ministro das Finanças e da Economia, Cotta Dias, deu posse aos responsáveis pelos serviços oficiais do setor florestal, ao citar a intervenção do governante, *O Século Ilustrado* referiu que, quanto à indústria de pasta de papel e de celulose, «conhece-se o ritmo rápido da sua expansão, a qual faz prever que das 700

²³⁴ «Poluição no Sado», *Expresso*, 14 de julho, 1973, 3.

²³⁵ «Poluição em Odivelas», *Expresso*, 11 de agosto, 1973, 3.

²³⁶ «Rui Sanches preocupa-se com água e esgotos no Algarve», *Expresso*, 23 de fevereiro, 1974, 3.

mil toneladas actuais de capacidade instalada ou em instalação atinja o milhão e meio em prazo pouco mais amplo do que o do próximo Plano de Fomento»²³⁷.

Em abril de 1973, o *Expresso* deu a notícia «Eucaliptos, celuloses e poluição», citando o Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, onde, a 4 de abril, se divulgava um despacho autorizando a Celulose do Tejo a usar eucalipto na produção de pasta de celulose na fábrica de Vila Velha de Rodão. As condições a observar incluíam um plano de arborização, a obrigação de apresentar consumos reais de madeiras, e caução de 5000 contos que poderia ser acionada se o plano de florestação não se cumprisse²³⁸.

Em junho 1973, o semanário deu o título «Douro poluído agravará abastecimento de água ao Porto» a uma notícia sobre a possível instalação de indústrias de celulose e «risco de poluição» do rio. Carlos Loureiro, arquiteto, vereador e vogal da administração dos Serviços de Águas, manifestou preocupações com acidentes. A notícia, de capa, logo sob o título do *Expresso*, prosseguia na página 3, uma das mais valorizadas e lidas²³⁹. A 7 de julho, na primeira página, o mesmo semanário noticiava uma organização diferente dos espaços editoriais, que justificava com a falta de papel em todo o mundo²⁴⁰.

Em março de 1974, o *Expresso* dedicou a página 5 a vozes contestatárias de uma fábrica de celulose perto da foz do Lima. «Celulose ameaça Viana do Castelo» era o título, seguido de subtítulos como «o nariz e os olhos sacodem as pessoas» e «é possível o turismo com cheiro?»²⁴¹. O texto continha um libelo contra a Celnorte, referindo pessoas doentes e outras que vomitavam, poços inquinados e efluentes a desaguar na praia do Cabedelo testemunhados por João Matos, agricultor, e Agostinho Sousa, advogado. Este declarava: «estamos atentos à poluição do ar e das águas do rio e do mar; às deficiências verificadas no efluente; aos efeitos detectáveis nas pessoas, plantas e animais. Iremos colher elementos quanto a métodos e aparelhos de medida da poluição, obtenção de amostras, medidas de gases». O jurista frisava que as autoridades «estarão dispostas a intervir». Adiante, o artigo citava o engenheiro químico J. L. Sousa Dias, também diretor-adjunto do *Notícias de Viana*.

²³⁷ «Afirmada pelo ministro Cotta Dias a importância do fomento florestal», *O Século Ilustrado*, 13 de janeiro, 1973, 72.

²³⁸ «Eucaliptos, celuloses e poluição», *Expresso*, 7 de abril, 1973, 18.

²³⁹ «Douro poluído agravará abastecimento de água ao Porto», *Expresso*, 23 de junho, 1973, 1 e 3.

²⁴⁰ «Ordenação diferente», *Expresso*, 7 de julho, 1973, 1.

²⁴¹ «Celulose ameaça Viana do Castelo», *Expresso*, 30 de março, 1974, 5.

Precisamos de uma industrialização que não prejudique, de forma alguma, por meio da poluição dela decorrente, além das condições sanitárias do meio ambiente, a possibilidade de instalação de outras indústrias, como as de turismo que, apesar de intermitentes e incertas, se impõem perante as inegáveis belezas da região. Foi por isso que acolhemos com grande satisfação a certeza renovada pela Celnorte de que seriam devidamente acautelados, por meio de tratamentos apropriados e eficazes, os perniciosos efeitos da indústria de celulose que, como é do conhecimento geral (Cacia e Pontevedra) é dos mais susceptíveis de poluição atmosférica e das águas do rio e do mar.

Em janeiro de 1975, na *Flama*, «Celulose: horizontes para o ano 2005» foi tema de capa, remetendo para um inquérito em que constava a questão «não haveria vantagem, principalmente no aspecto da redução da poluição em certas zonas geográficas, numa concentração mais acentuada das unidades de produção?»²⁴². A importância das exportações nacionais de papel, a escassez deste no mercado e eventuais dificuldades do setor com a revolução de 1974, o plano de reforestamento e a abertura de concurso público para construção de uma fábrica de papel de jornal e expectativas de manutenção de procura internacional sobre a pasta de papel portuguesa foram outras questões colocadas.

Responderam Sara Cabral, secretária-geral da secção de Celulose e Aglomerados de Madeira da Associação Industrial Portuguesa, Luís Bernardo Rolo, diretor-geral da Companhia Portuguesa de Celulose desde 1968, Joaquim Von Haffe de Almeida Cunha, ex-subdiretor do Instituto Nacional de Investigação Industrial e consultor para a indústria de papel e pasta, funções que trocou para ingressar na Celnorte em 1970, onde (em 1975) era administrador e Manuel Ferreirinha, presidente do Instituto dos Produtos Florestais. O inquérito era acompanhado de gráficos a projetar um incremento de solo afetado à floresta.

À questão da poluição, Sara Cabral respondeu que «não se julga que o problema seja agravado pela dispersão existente», considerando que a localização dispersa pode «permitir uma acção mais eficiente de tratamento dos efluentes». Explicou que as empresas delegaram técnicos para um grupo de trabalho que estava a estudar a legislação antipoluição dos países mais avançados, bem como de soluções técnicas para tratamento de efluentes.

Bernardo Rolo respondeu na perspetiva de uma nova indústria com ponderação de fatores: água (qualidade e quantidade), matéria-prima, energia, mão-de-obra, desenvolvimento

²⁴² António Amorim e Carlos Moreira, «Celulose: horizontes para o ano 2005», *Flama*, 3 de janeiro, 1975, capa, 29-40.

regional e proteção do meio ambiente – propondo «um justo e não demagógico equilíbrio que permite, a quem dirige, orientar o sector de modo a conduzir um desenvolvimento industrial adequado, simultaneamente polarizador do desenvolvimento regional e não esquecendo a qualidade de vida que todos desejamos ter».

Almeida Cunha, do ponto de vista da poluição, respondeu que «qualquer das unidades existentes tem capacidade para resolver os seus problemas». Manuel Ferreirinha respondeu que os problemas da poluição «terão de ser encarados pelo Estado e pelas empresas, procurando reduzir-se os seus perigos pela adopção de soluções que o progresso tecnológico vai colocando ao nosso dispor ainda que essa defesa da comunidade implique investimentos importantes e aumento dos custos de produção».

Na mesma edição, a revista publicava um anúncio da Celnorte, com os elementos seguintes: «Produção de 400 T/dia de papel para embalagem; Abastecimento prioritário do mercado nacional; Exportação de Viana para toda a Europa em navios exclusivamente fretados ao ritmo de três saídas por dia; Obtenção de matéria-prima através de aquisição de madeiras (cortadas ou em pé); ordenamento de matas; arrendamento de matas ou terrenos para florestar»²⁴³.

Na semana seguinte, a *Flama* publicou a reportagem «Cacia: só lhe falta morrer» – título a letras vermelhas sobre fundo negro e cinzento em composição com chaminés a exalar fumos, fotos de José Ruiz, com texto de Pinto Garcia²⁴⁴:

Cacia vive um drama. O da poluição. Da dupla poluição: a atmosférica e a das águas. Cacia era, dezenas de anos atrás, uma freguesia rural. Depois veio instalar-se lá a celulose. Sem protecção para o meio ambiente mas com protectores, do que se queixam os habitantes. E eles sabem que há técnicas para depurar o ar e para revitalizar o rio. Mas essas técnicas não foram aplicadas em Cacia, paredes meias com Aveiro, a cidade dos canais, a Veneza portuguesa.

Uma foto tem a legenda «O Vouga não é mais um rio vivo. É um canal de líquido que os peixes há muito deixaram de percorrer». Outra com campos de arroz «cada vez a produzirem menos e a asfixiarem as economias de pequenos lavradores». Joaquim Lopes da Cunha, lavrador, que já tivera marcado em agenda o compromisso de ir dia 28 de abril de 1974 prestar

²⁴³ Anúncio «Celnorte», *Flama*, 3 de janeiro, 1975, 41.

²⁴⁴ Pinto Garcia (texto) e José Ruiz (fotos), «Cacia: só lhe falta morrer», *Flama*, 10 de janeiro, 1975, 40-45.

contas na PIDE, por protestos, não se calou. Presidente da comissão administrativa da Junta de Cacia desde Agosto de 1974, lamentava: «Esta terra produzia mais de cem vagões de arroz por ano. Pois este ano não devemos ultrapassar os quatro vagões». O repórter Pinto Garcia reforçava o tom impressionante: «Um fumo espesso faz cortina no ar de chumbo. Um cheiro irritante fere as narinas. O monstro da poluição está na nossa frente, lá ao fundo. O rio Vouga corre lentamente, pesado, de cor escura, repelente». Lopes da Cunha acrescentava:

Nós não queremos correr com a Celulose. Queremos que a Celulose não dê cabo de nós. A continuar assim a parte ribeirinha do Vouga morrerá totalmente. A Celulose disse o ano passado, depois de uma crise provocada por fuga de produtos tóxicos, que fez desmaiar muita gente nos campos, que tinha 100 mil contos para gastar no combate à poluição. Começou mesmo a construir uma chaminé grande, mas não passou daí, pois o fumo e o cheiro continuam a sair pelas chaminés pequenas. Já fui mesmo abordado por um enviado da Celulose que se propunha pagar os meus prejuízos. Mas eu respondi que a Celulose não me deve a mim, mas à freguesia de Cacia. Se quiser pagar à freguesia, sabe que os prejuízos do arroz, em 1973, foram de 459 600\$00. Se pagar à freguesia, paga-me também, se não pagar à freguesia eu não recebo nada. A poluição corrói tudo.

4. Comunidades e territórios

O Estado Novo, nos seus últimos anos, projetou e executou medidas que relacionaram em sentidos diversos as comunidades locais com as terras. Estudos e implementação do PNPG – Parque Nacional da Peneda-Gerês e do Complexo de Sines evoluíram nos primeiros anos da década de 1970, em sincronia, casos opostos, porventura complementares.

Num processo prevaleceu o designio de preservação da biodiversidade, em função da qual se condicionaram atividades humanas, gradativamente, até à interdição total em reserva integral. No outro, a industrialização foi razão para sacrificar a qualidade das águas e da fauna marinha, da pesca, dos solos, da agricultura, ou do turismo. Nos dois casos, os periódicos consultados evidenciam a integração em correntes internacionais. Em outros, como Lisboa e Porto, a expansão imobiliária, mobilidade e escassez de zonas verdes foram, mesmo antes de 1974, motivos de protesto.

4.1 Peneda-Gerês em busca de um paraíso

«Peneda-Gerês. Vai nascer um paraíso na Europa». Este foi título de uma reportagem, na *Flama*, em fevereiro de 1973. Aquela área protegida, com fundação oficial datada de 1971, pelo Decreto n.º 187/71, de 8 de maio, tangente à fronteira, de Melgaço a Montalegre, podia transformar-se no «mais importante paraíso europeu»²⁴⁵.

Segundo o autor da reportagem, que datava a inauguração em 1970, «ano que a Europa dedicou à protecção da Natureza», o primeiro parque nacional no país era um centro de riqueza turística e científica, e poderia, pelas suas condições naturais, tornar-se «o único parque da Europa aberto todo o ano».



Imagem 4 – *Flama*, 16 de fevereiro, 1973: 30.

²⁴⁵ Pinto Garcia, «Peneda-Gerês. Vai nascer um paraíso na Europa», *Flama*, 16 de fevereiro, 1973, 30-34.

Ainda nas linhas introdutórias, lia-se que o PNPG «dispõe de fauna e de flora originais, de importantes vestígios históricos, de paisagens variadas e atraentes, de uma área que o coloca na situação de vir a ser o maior parque nacional europeu, e oferece todas as condições para servir de refúgio aos famintos de ar puro, águas cristalinas e de tranquilidade».

O PNPG, que teve a sua localização escolhida após estudos prévios que identificaram a necessidade de proteção da fauna e da flora, beleza paisagística, fatores históricos, etnográficos e científicos, estava filiado na União Internacional de Conservação da Natureza. Previa-se, porém, uma presença de atividades humanas com a construção de uma estrada entre Castro Laboreiro e Tourém, «meio de promoção» para os residentes e «indispensável» para visitantes. «Sem estradas não se poderá esperar muito do turismo. O turista aprecia cada vez mais as suas comodidades e já está cada vez menos disposto a sacrifícios».

Considerava-se urgente a eletrificação dos 114 aldeamentos existentes, contando-se então 75 que ainda não eram servidos de energia elétrica. Nenhum dispunha ainda de rede de saneamento nem de abastecimento de água. Aquelas medidas, que manifestavam o intuito de fixar populações, eram complementadas com outras, em zonas de reserva onde apenas seria permitida a visita a pé, a cavalo ou em carros de tração animal. «Aí procura-se a proteção da natureza, a divulgação dos conhecimentos biológicos, um refúgio pacífico para o homem da cidade. Nas reservas integrais o visitante normal nem sequer terá acesso».

As barragens existentes deveriam propiciar práticas desportivas. Previa-se a fundação de clubes. O uso de barcos motorizados estaria interdito em Paradela e Vilarinho da Furna, onde seria possível a pesca. Mas na Caniçada seriam permitidos todos os desportos náuticos. O corço, o lobo, o javali, o gato bravo e a águia-real, como prosseguia a reportagem, resistiam. Com proteção eficaz poderiam ampliar as suas reservas.

Estavam identificadas plantas espontâneas que não se conheciam em outros pontos do país. Num território que contava quatro albufeiras e uma estância termal, em campos agrícolas e pastoreio sustentavam-se 11 348 residentes, para os quais se esperava que o parque criasse condições de promoção socioeconómica.

Ao lado de fotos coloridas com garranos selvagens na Mata de Albergaria e o castelo de Castro Laboreiro, lia-se que o plano diretor para a área protegida estava elaborado e aguardava

aprovação. Lagrifa Mendes, o primeiro diretor do PNPG, explicava os motivos que levaram à criação do primeiro parque nacional:

Uma análise simplista mostra-nos na verdade que entre 3000 milhões de homens que estão crescendo ao ritmo de mais de 150 mil cada dia que passa há uma imensidade deles vivendo na chamada civilização tecnológica e de consumo, que os leva à necessidade premente de encontrar locais de desintoxicação. Numa panorâmica desta civilização, vemos que o homem foi absorvido para os grandes centros, as fábricas, ambientes antinaturais, respirando ar poluído, dormindo em espaços acanhados, vivendo em prédios superlotados, e tanta vez comendo e bebendo deficientemente, segundo informam as fontes ligadas aos problemas das dietas. Também parece indiscutível que este homem dos nossos dias ganha mais dinheiro, tem mais tempo livre, mais férias pagas, mais facilidades de deslocação e mais desejo de viajar para locais onde não haja aglomerados humanos. Foi como fruto desta análise que o Conselho da Europa solicitou de todos os países a necessidade de encararem a criação de parques nacionais e reservas, não pensando somente nos seus compatriotas mas, sim, pensando desde já nas populações de toda a Europa.

«Deixámos, enfim, de ser o único país europeu que não possuía um parque nacional», principiava assim uma reportagem, em junho de 1973, que *O Século Ilustrado* dedicou ao PNPG em quinze páginas, amplamente ilustradas²⁴⁶. Lembrando ter sido «principalmente a partir de 1970 – Ano Europeu de Conservação da Natureza – que a poluição concretizada em números e factos apareceu como a grande ameaça para a humanidade», acrescentava que o combate à poluição foi *slogan* em todos os países e que a ecologia, o equilíbrio entre os seres vivos e ambiente, «mobilizou as atenções dos homens ainda não contaminados pelos objectivos imediatos e utilitários da nossa civilização tecnológica».

Assim, proteger a natureza surgiu como «o caminho mais indicado para ser evitado o envenenamento do planeta». A procura de locais de desintoxicação, a fuga a grandes centros populacionais e o encontro com espaços verdes começaram a ser carências sentidas, «por vezes drasticamente, pelos humanos obrigados a viverem diariamente em ambientes tóxicos», prosseguia, adiantando que, a par «desta necessidade de fuga que a nossa civilização criou, e de todas as campanhas antipoluição, continuamos a verificar que dia a dia se ocupam mais terrenos com blocos de cimento, se cortam mais árvores, se abatem mais animais, se cobrem de asfalto as zonas verdes». Factos como estes levaram o Conselho da Europa a incrementar a

²⁴⁶ Joaquim Gaio (texto) e Fernando Baião (fotos), «O PNPG. Foi sobretudo a partir de 1970 – Ano Europeu da Natureza», *O Século Ilustrado*, 9 de junho, 1973, 33-48.

criação de parques nacionais e de reservas e o PNPG, lia-se na introdução. «Riqueza animal», «riqueza vegetal» e «riqueza arqueológica» eram subtítulos de secções ao longo das quais se desenvolvia o texto, que concluía:

Proporcionar aos humanos – a todos os humanos – um encontro científico, educativo e turístico, longe das cidades poluídas e das fábricas intoxicantes, é a missão do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Esperemos que não falte à Comissão Administrativa, com sede em Braga, a quem compete a gestão, administração e ordenamento do parque, o necessário apoio financeiro (tanto mais que as entradas no parque são gratuitas) para que 71 mil hectares de terra portuguesa se transformem no mais aliciante e compensador paraíso terrestre.

«O Parque Nacional da Peneda-Gerês/ Museu-vivo a acarinhar» foi subtítulo, da *Flama* em outubro de 1973, inserido na secção de informação comercial. Esta opção editorial pode ser entendida pela parte em que se noticia: «o que é o Parque Nacional da Peneda-Gerês, quais as riquezas que alberga e a sua definição científica através de depoimentos dos mais esclarecidos especialistas é a reportagem principal do número 182 da 'Gazeta Mobil', agora em distribuição». Acrescentava: «na primeira reportagem, o Dr. João Paula Bessa, médico veterinário que presta serviço no Parque, fala-nos de um exemplar raro da fauna portuguesa: o corço (*Capreolus capreolus canus Miller*), hoje o animal mais representativo da riquíssima fauna do Parque Nacional da Peneda-Gerês»²⁴⁷.

4.2 Sines: «destruição das melhores terras»

Desde 1971, Sines e a região faziam lembrar Vilarinho da Furna, «quando as águas que encheram uma barragem destruíram um povoado». A rádio falava de «expropriação sistemática» das terras que o decreto 270/71 de 19 de junho autorizara o GAS – Gabinete da Área de Sines a executar. Agricultores vizinhos da Lagoa de Santo André «entraram em pânico», reportava em dezembro de 1976 a *Vida Mundial*²⁴⁸. Um projeto ferroviário implicava «destruição das melhores terras que ali há – 61 courelas». A linha Poceirão-Sines ia «transformar terras produtivas em baldios, pomares em terras de mato», alegavam residentes, reclamando o desvio do traçado. «Bastava que fossem transferidos mil metros a poente para se pouparem terras férteis e se tornarem desnecessárias expropriações».

²⁴⁷ «PNPG. Museu vivo a acarinhar», *Flama*, 19 de outubro, 1973, 10.

²⁴⁸ Francisco de Sequeira, «Sines: Expropriação sistemática de toda a terra», *Vida Mundial*, 16 de dezembro, 1976, 19-24.

A questão levou proprietários e agricultores de Santo André, por onde iria passar a linha, a escrever ao Presidente da República, Ramalho Eanes, para que fosse ao local ver os terrenos, «dos melhores do Baixo Alentejo». Carlos Soares, porta-voz dos residentes, admitia «benefícios para o país» com a instalação de refinarias, mas reconhecia que nem todos partilhavam dessa posição e lamentava falta de comunicação das autoridades. Uma das questões era a qualidade «puríssima» da água da Lagoa de Santo André, que abastecia a população e iria ser misturada com outras águas. Um representante do GAS teria afirmado que «ou o povo da Lagoa consente na mistura das águas ou não poderá contar com mais apoio por parte do gabinete».

Em novembro de 1976, o complexo de Sines tinha sido retratado em *O Século Ilustrado* como o maior empreendimento jamais realizado em Portugal e um dos maiores do mundo, capaz por si só, de «arrancar o País da crise que ele atravessa, projectando-o na senda de um promissor desenvolvimento económico»²⁴⁹. Segundo estimava o autor da reportagem, a economia portuguesa sofria um atraso de 50 anos em relação ao nível médio europeu. Junto ao cabo de Sines, encontraram-se condições ideais para um porto de águas profundas «numa situação geográfica privilegiada em relação às rotas internacionais de navegação dos grandes petroleiros e mineraleiros que servem toda a Europa».

A unidade chave seria a refinaria, «a maior do mundo», capaz de corresponder às necessidades internas em derivados do petróleo, para combustível mas também de fornecer matérias-primas para a petroquímica, adubos e produção de energia elétrica. O complexo projetava-se em articulação com as «maiores reservas de toda a Europa» de pirite, cobre e zinco de Aljustrel e a futura barragem do Alqueva. Assim, a refinaria e o complexo petroquímico representavam «não só o impacto de uma alteração estrutural da nossa indústria mas a garantia de uma certa segurança e independência em termos de fornecimento de matérias-primas».

O projeto avançara, prevalecendo a expectativa de desenvolvimento económico, embora tenha havido momentos em que foi dada visibilidade a preocupações, expressas pelos residentes, em ordem a preservar naquele território elementos naturais.

«Sines: progredir sem destruir» foi tema na *Flama*, em abril de 1973. «Pode-se entrar decididamente no caminho do desenvolvimento e do progresso sem incorrer em injustiças e em arbitrariedades e sem descurar a defesa do meio ambiente», concluía o autor, A. Amorim,

²⁴⁹ Rui Cartaxana, «Sines: um balanço. O futuro já começou», *O Século Ilustrado*, 12 de novembro, 1976, 12-16.

informando que, dois anos após o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos ter decidido criar uma área concentrada de indústria em Sines, tinham sido abertas as propostas apresentadas por seis empresas, para construção do molhe oeste do porto, três postos de acostagem para petroleiros, um terminal para produtos refinados, uma doca de apoio ao equipamento flutuante e um porto de pesca²⁵⁰.

Em março de 1973, *O Século Ilustrado* reportara a «necessidade de criar uma área de implantação concentrada de indústrias de base que, acelerando a tão urgente industrialização do país, tem sido levado a cabo em diversos outros países»²⁵¹. A opção por Sines era justificada por critérios de economia de custos dos terrenos necessários e condições naturais da profundidade das águas, «além de os fundos serem particularmente estáveis, as consequências da poluição seriam menos graves, afectando áreas litorais onde não existem, embora estivessem programados, grandes empreendimentos turísticos». Porém, as costas algarvias e alentejanas constituíam uma «frente-reserva de costa virgem» segundo a Direcção-Geral de Turismo que alertava para a «rápida destruição de Sines como vila piscatória» e «a poluição das águas e de todos os areais e praias que constituem esta frente». Júlio Gomes da Silva, então com 76 anos, comerciante que já tinha sido jornalista, encabeçara uma exposição enviada à Presidência do Conselho, acusando o GAS de estar «agindo discricionariamente» e que «nem sempre os interesses de Sines – implicitamente dos munícipes – são acautelados». Ouvidos pescadores, estes receavam efeitos poluidores da refinaria e da petroquímica. Os sinienses contestavam os «preços irrisórios» por que tinham de entregar as suas terras e cercear o «lógico prolongamento da vila» para criar em Vila Nova de Santo André uma cidade com 80 mil pessoas.

4.3 Esporões, canais e barragens

Em Almada, a urbe alargava-se na Costa da Caparica, onde, desde a década de 1950, estava identificada a erosão costeira, que conflituava com investimentos no turismo. O mar «comia a praia», diziam. José Marcelino, 72 anos, 40 dos quais nesta costa, garantiu a *O Século Ilustrado* que o «que faz que agora haja areal são os dois espigões compridos», mas lamentava que os «espigões» tivessem 170 metros, quando «deviam ter 300 e 600» e protestava que devia haver uma intervenção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

²⁵⁰ António Amorim, «Sines: progredir sem destruir», *Flama*, 27 de abril, 1973, 4.

²⁵¹ Eduardo Gageiro (fotos), «80 mil pessoas em 1980. O colosso de Sines», *O Século Ilustrado*, 31 de março, 1973, 30-37.

A Direcção-Geral de Portos procurava travar a ação do oceano sobre o areal implantando esporões. O Projeto de Defesa e Valorização Turística das Praias a Sul da Embocadura do Tejo tinha sido dado por concluído em 1966 e no seu âmbito inseria-se o Projeto das Obras de Defesa e Valorização Turística das Praias da Costa da Caparica. A segunda fase deste, lançada em 1970, correspondia às obras que estavam em curso, numa extensão de 2300 metros, cobrindo a frente já urbanizada da Caparica²⁵².

A autoridades consideravam alcançado o objetivo de defesa do aglomerado urbano da Caparica. A recuperação das praias, previa-se, ocorreria à mercê dos condicionalismos naturais e a aceleração do processo recorrendo a «alimentação aluvionar artificial», prosseguia a reportagem, acrescentando que a ampliação das obras dependia da ocupação turístico-balnear. Adiante, questionava-se, de modo inverso, se tal expansão não estaria condicionada pelas obras de defesa e valorização litoral. Correia Tomé, engenheiro da Direcção-Geral de Portos, explicava: «considerou-se a protecção do aglomerado urbano da Costa da Caparica, sem prejuízo de se terem orientado as intervenções no sentido de possibilitar uma reconstituição das praias».

Interrogado se recorreu ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, respondeu que aquele organismo tinha em execução estudos sobre o estuário do Tejo e que se considerou «aconselhável aguardar a evolução» de análises de conjunto para fundamentar melhor uma decisão em modelo reduzido aos fenómenos que afetavam o litoral da Costa da Caparica. Garantia que os esporões eram de eficiência «já comprovada». Questionado sobre para onde ia a areia, o engenheiro reconhecia um problema «extraordinariamente complexo», mas refutava que as areias fossem assorear canais de navegação.

O assoreamento dos canais da ria de Aveiro era devido ao excesso de moliços, avisava a *Flama* em outubro de 1973. Nas férias do Verão de 1972, um grupo de jovens voluntários do Instituto D. Ernesto Sena de Oliveira, com apoio logístico da administração do Porto de Aveiro, pesquisara os canais, registando temperaturas e medindo plantas e voltou em 1973. Concluíram que a ria corria o risco de se «transformar num pântano, de consequências terríveis para a cidade e o porto de Aveiro»²⁵³.

²⁵² Teresa Mendes (texto) e Fernando Baião (fotos), «Há cerca de 20 anos. O mar 'come' as praias da Costa da Caparica», *O Século Ilustrado*, 10 de fevereiro, 1973, 2-5.

²⁵³ Pinto Garcia (texto) e Henrique Moreira (fotos), «Ria de Aveiro: um pântano ameaça a cidade», *Flama*, 12 de outubro, 1973, 36-40.

O problema devia-se ao declínio da recolha do moliço como fertilizante. «Há cem anos, os barcos que andavam na faina da laguna eram 1342. Pois agora o número de embarcações é apenas na ordem das dezenas», explicava a reportagem, acrescentando: «Há um quarto de século, a produção de moliço atingia cerca de 300 mil toneladas anuais. Agora, nas terras de cultura, o moliço cede lugar aos adubos químicos». A reportagem, de quatro páginas, lembrava que este grupo de jovens apenas trabalhava no Verão, pelo que no resto do ano aquele estudo era interrompido e propunha que a universidade se interessasse pelo problema.

Em 1976, na Foz do Dão ia ser implantada uma barragem. «Uma população morre pela vida de uma região», titulóu *O Século Ilustrado*. «Exemplos da factura apresentada pelo progresso encontram-se a cada passo, desde o extermínio de elementos naturais ou resultantes da acção continuada do Homem para implantação de vias de comunicação até às agressões praticadas contra a natureza, que se deveria manter inviolável, pela edificação de imóveis de interesse mais do que discutível ou que poucos favoreceram», lia-se nas linhas introdutórias²⁵⁴.

O repórter evocava a «celeuma levantada» no Egipto com a barragem de Assuão, e em Portugal o caso então recente de Vilarinho da Furna, para evidenciar situações de povoados submersos. O mesmo iria acontecer em Foz do Dão, pequeno núcleo na confluência do Dão e Mondego. Antecipavam-se no Alqueva «futuros desalojados da Luz».

Em Foz do Dão faziam-se contas aos habitantes, às cabeças de gado e às habitações. Para o «aproveitamento da Bacia do Mondego» havia estudos desde 1781 que culminaram em 1957 com um decreto que considerou «reunidas as condições para se iniciarem os respectivos trabalhos». Percorrera-se «um longo caminho», pois os aproveitamentos hídricos do país nos tempos do Estado Novo submetiam-se a «vectores políticos que superavam os interesses da comunidade», prosseguia o repórter, apontando um caso no Douro onde as autoridades públicas recusaram como financiador um privado para impedir que este, concluído o empreendimento, ficasse a deter «um poder difícil de controlar». O caso do Mondego implicava a ocupação pelas águas de «alguns dos terrenos mais férteis do país».

O Plano Geral do Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Mondego previa a regularização diária dos caudais a utilizar na rega, segundo um sistema em que, considerando que a água é um bem «que não pode (deve) ser destruído quando não faz falta imediatamente» a barragem a

²⁵⁴ Viriato Dias (texto) e Alfredo Cunha (fotos), «O preço do progresso. Uma população morre pela vida de uma região», *O Século Ilustrado*, 24 de janeiro, 1976, 38-43.

construir recuperaria águas turbinadas, que ficariam retidas num dique a jusante. Uma das vantagens daquele aproveitamento seria «permitir regular o caudal do Mondego em Coimbra», de onde desapareceria o areal, substituído por um dique na zona do Choupal que constituiria um espelho de água, produzindo «condições naturais indispensáveis». O repórter, que se deslocou à Foz do Dão, ouviu «o desespero na voz da mulher» que não poderia continuar a ir ali comprar peixe para vender noutras localidades, aproveitando no caminho para «trazer umas lenhitas». Adiantava que seria criada para a cultura de beterraba sacarina uma zona de 15 mil ha que, em fase posterior, poderia atingir os 30 mil ha.

Em fevereiro de 1976, a *Flama* revelou o projeto de um «parque natural às portas do Porto». Iria ser implantada uma barragem, 12 mil ha, entre Crestuma, em Entre-os-Rios, confinando com os concelhos de Valongo, Paredes e Penafiel, para onde se previam usos de recreio, campismo, desporto, floresta e agricultura, a par da preservação da fauna e da flora e uma biblioteca especializada onde teriam lugar «lições complementares sobre a Natureza»²⁵⁵.

4.4 Cidades a pedir espaços verdes

Pessoas comuns, urbanistas e cientistas expressaram preocupações pelos desequilíbrios que observavam nas cidades, com ênfase para excessos de construção e escassez de espaços verdes, revelam as fontes consultadas. O coronel Silva Sebastião, presidente da CML – Câmara Municipal de Lisboa (1972-1974), anunciou a intenção de inscrever no Plano Diretor de Urbanização, entre outras medidas, o aumento de áreas arborizadas e valorizar as existentes, como o Parque de Monsanto, noticiou o *Expresso*, em Janeiro de 1973. Procurava-se também controlar a tendência de concentração urbana em zonas que se consideravam de «excessiva densidade populacional» e orientar potencialidades de um «grande complexo de transportes»²⁵⁶.

No primeiro mês de 1973, a *Vida Mundial* chamava à capa uma entrevista, desenvolvida em cinco páginas, com Burle Marx, arquiteto paisagista brasileiro rotulado como «jardineiro de cidades», que oferecia ao homem urbano no seu *habitat* a convivência com a selva. Burle Marx, a quem Gonçalo Ribeiro Telles, que viria a desempenhar o papel de secretário de Estado do Ambiente, identificou um «interesse quase místico pela natureza», lamentou no Brasil o corte e queima de árvores para plantar milho, ou nos EUA a substituição de áreas arborizadas por

²⁵⁵ Pinto Garcia (texto) e José Ruiz (fotos), «Um parque natural às portas do Porto», *Flama*, 17 de fevereiro, 1976, 36-37.

²⁵⁶ «Mais zonas verdes para Lisboa», *Expresso*, 20 de janeiro, 1973, 2.

lugares de estacionamento. «O parque hoje não é luxo; é necessidade. A praça pública ajardinada teve o seu apogeu com os problemas urbanísticos do século XIX. Aparecem os logradouros arborizados como o Hyde Park, em Londres; Bois de Boulogne, em Paris; o Central Park e outros realizados pelo paisagista Olmsted, em Chicago, Boston e Filadélfia», considerou, acrescentando que «é necessário estabelecer uma relação entre o homem e a paisagem» e dar ao homem, «no meio em que vive, os elementos da natureza»²⁵⁷.

Em março de 1973, o *Expresso* publicou na primeira página duas fotos de zonas arborizadas, com a legenda «Os lisboetas vão passar a dispor de mais parques para os seus fins-de-semana». Sobre as Quintas das Conchas e dos Lilases, junto da Alameda das Linhas de Torres, revelava: «o Município vai adquirir aquelas duas quintas e transformá-las em parques, esperando-se que, tal como em Monsanto, surjam jardins para crianças em Lisboa»²⁵⁸.

Aquelas quintas, contíguas, que até à revolução permaneceram na posse de privados, seriam, em 1975, objeto de ocupação, assinalada numa tabuleta onde se podia ler «Parque Popular 25 de Abril», reportou a *Vida Mundial*. Os moradores da Musgueira, no dia 4 de abril de 1975, assumiram a iniciativa da ocupação, não para benefício próprio, mas para «tomar posse de um bem que aproveita a toda a gente», avançava a reportagem nas linhas iniciais. Mais abaixo, podia ler-se, em foto com legenda: «Este parque é para todos». Manuel Simão, 30 anos, estucador na Companhia dos Telefones, explicava: «o que a gente quer é poder gozar o sol no Inverno e o fresco no Verão, dormir uma sesta debaixo de uma árvore, deixar os miúdos correr em liberdade». Adiante, lia-se que a ocupação das quintas, embora «respondendo a uma necessidade imediata das populações dos bairros limítrofes», levantava problemas²⁵⁹.

José Teixeira e Galvão Roxo, arquitetos que haviam elaborado um plano de recuperação e urbanização das quintas, apelavam: «o povo não pode vir a perder dentro de meses aquilo que conquistou», vincando: «é necessário que o parque não se estrague». Eram espaços envolventes a casas do século XIX, com solos húmidos, propícios à cultura de legumes, flores, árvores e arbustos. A Quinta das Conchas, ligada à dos Lilases era constituída «pela parte agrícola e por

²⁵⁷ Fernando Dil, «Burle Marx. Ordenar a paisagem para salvar o homem», *Vida Mundial*, 26 de janeiro, 1973, capa e 10-14.

²⁵⁸ Foto-legenda, *Expresso*, 31 de março, 1973, 1.

²⁵⁹ Maria Antónia Palla, «A população da Musgueira ocupa espaço verde»: *Vida Mundial*, 1 de maio, 1975, 34-37.

uma mata de vegetação muito densa e árvores frondosas». O conjunto ocupava 30 ha, onde chegara a ser considerada a instalação da Feira Popular, num “boom” da construção, adiantava.

«Teria sido a morte de tudo isto», comentavam os arquitetos. A reportagem evocava a história recente daquele espaço. Santos e Castro, engenheiro agrónomo que presidiu à CML (1970-1972), «deixou-se conquistar pela beleza do local e, reconhecendo o valor inestimável da propriedade no conjunto de uma cidade muito pobre em espaços verdes», criou o ‘Gabinete das Conchas’, para recuperação das quintas. O plano visava na parte agrícola um prado «onde as pessoas podiam estender-se no chão à vontade, piquenicar, jogar à bola, dormir». A zona da mata «conservaria a sua função de ‘bosque de passeio’ com caminhos». A de jardim seria transformada em jardim público. Calculava-se que o espaço poderia acolher em simultâneo 3044 visitantes na mata, 2740 no prado e 1700 no jardim. Aumentar os números «significaria pôr em risco a utilização do recinto, entendido como uma aproximação da natureza, um convite ao passeio, um estímulo ao convívio entre o homem e a árvore. Facto importante, se pensarmos numa cidade como Lisboa, onde os espaços verdes são raríssimos».

No início de 1973, a *Vida Mundial* deu oito páginas ao texto «Humanizar as cidades», destacado na capa²⁶⁰. Questionando se a «magia desenvolvimentista» do homem era «incompatível com o seu meio natural» e se o homem «continuará a confundir progresso com destruição», Fernando Dil citava o urbanista Constantin Doxiadis, que preconizava a interligação de unidades urbanas em «rede natural» de bosques, campos e jardins, «que penetre até o coração dos centros urbanos e, neste quadro, deixar aos homens a escolha do seu habitat e do seu género de vida». Fazia apologia da «reintrodução dos homens ‘verdes’ na cidade», deixando que «os campos e as florestas se infiltrem nos bairros habitados», concluindo que «criar e preservar ‘cinturas verdes’ à volta das aglomerações segundo a moda do momento, era uma solução absurda», pois equivalia a «impor um colete de aço a um adolescente em pleno crescimento» e a natureza deve «estar ao alcance da mão» e «irrigar o sistema urbano na sua totalidade».

Enfoque original foi proposto em setembro de 1973, na *Flama*, as condições de vida dos seres vegetais na cidade: «Viver numa grande cidade e ter de enfrentar quotidianamente uma barreira de fumos e outros elementos de poluição é penoso para qualquer pessoa. Para uma

²⁶⁰ Fernando Dil, «Humanizar as cidades», *Vida Mundial*, 12 de janeiro, 1973, Capa e 9-16.

árvore, a luta pela sobrevivência numa floresta de cimento é ainda mais difícil»²⁶¹. Continuava: «Viver na cidade não só é difícil para as pessoas, como é mortal para as árvores. Cuidadosamente plantadas, a fim de compensar o labirinto de cimento e aço das zonas industriais ou de ornar os passeios das zonas residenciais, as árvores das cidades americanas têm vindo a perder a batalha contra a poluição e as doenças».

Um geneticista, Frank Santamour Jr., desenvolvia espécies imunes a doenças, parasitas e ao *city stress*. «É muito provável que o resultado do excelente trabalho que realizou com a sua equipa não possa vir a ser apreciado por ele próprio nem pelos seus colaboradores, atendendo à lenta evolução e crescimento de uma árvore. Todavia, se as gerações futuras puderem gozar de um pouco de sombra e de natureza em plena floresta de cimento, será graças ao esforço destes peritos, que tão pacientemente criaram novas espécies capazes de se adaptarem à vida na cidade», prosseguia. Identificando insetos e moléstias «como «principais inimigos» das árvores das cidades, também o sal usado no Inverno para descongelar ruas «alterava a estrutura dos solos e dos veios de drenagem», afetando raízes. Os peritos estavam convencidos «de que o *environnement* irá mudar bastante até que as suas espécies híbridas venham a pegar», continuava, vincando que contavam «também com uma maior consciencialização dos problemas por parte do público para uma melhoria das actuais condições».

O envolvimento da comunidade científica observava-se também no Jardim Botânico de Lisboa, um lugar classificado por despacho do Ministério da Educação Nacional como monumento nacional, que estava encerrado²⁶². A proibição de entrada ao público relacionava-se com escassez de pessoal a trabalhar na manutenção e segurança, lixo estranho, falta de rega, de cuidados de conservação, ramos partidos suspensos perigosamente das árvores. Ao longo de cinco páginas, a repórter, que teve como interlocutor um professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, rotulou o lugar como «peça ambiental de relevante importância», que permitia o desenvolvimento de plantas da Nova Zelândia e do México, Ásia e África do Sul, em vários casos representando floras desaparecidas. As condições microclimáticas eram ameaçadas por projetos imobiliários na sua envolvente. «São imprevisíveis as alterações resultantes da construção de grandes imóveis, pelas alterações que podem introduzir neste microclima nos regimes de

²⁶¹ «Defesa da natureza: árvores em floresta de cimento», *Flama*, 28 de setembro, 1973, 14.

²⁶² Teresa Mendes (texto) e Fernando Baião (fotos), «Encerrado ao público o Jardim Botânico de Lisboa», *O Século Ilustrado*, 17 de março, 1973, 10-13 e 74-75.

ventos, de insolação», afirmava o dr. Catarino. Concluía com uma história breve do jardim botânico, desde a instituição da Escola Politécnica, no século XIX.

O Século Ilustrado iniciou em junho de 1973 uma sequência de reportagens sobre vilas elevadas a cidades. Em Almada, lia-se, «não temos zonas verdes». Um profissional de seguros que regressava, de Lisboa, a casa em Cacilhas, lamentou: «o único jardim que tínhamos foi amputado pela construção de uma igreja». Um homem de 53 anos, os 28 últimos em Almada, referiu «as zonas verdes que não temos». Anunciava-se um plano para absorver na nova cidade 200 mil pessoas²⁶³. A ausência «quase absoluta» de zonas verdes em Almada que, após um significativo surto demográfico era em população a terceira urbe nacional, foi também abordada pela *Vida Mundial*, numa reportagem sobre a elevação das vilas a cidades²⁶⁴.

Na *Flama*, em Janeiro de 1974, lia-se que Lisboa, considerada «uma das cidades europeias mais ‘empenhadas’ na destruição dos espaços verdes, vai ser dotada com mais um ‘pulmão’»²⁶⁵. Continuava que «algo se modificou na mentalidade de algumas pessoas», desde que outras, «dispostas a lutar contra a autêntica destruição que se verificava na capital decidiram esclarecer e alertar do perigo em que se estava a colocar a população num futuro muito próximo». Em dois anos a população iria «dispor do Parque de Chelas». Previa-se um parque arborizado de 80 ha, «muito menos grandioso que o Parque de Monsanto (seis mil ha)». Mas, prosseguia, «espera-se que em dez anos seja possível ampliar extraordinariamente essa área com ligação à mata de Alvalade». O presidente da CML plantara a primeira árvore do novo parque, onde as espécies seriam sobreiros, pinheiros mansos, freixos, ulmeiros, azinheiras, carvalhos, «as que as condições ecológicas do terreno aconselham».

Na Avenida da Boavista, passa um elétrico e uma mulher trata uma horta: esta imagem do Porto, a ocupar uma página, abria em novembro de 1973 uma reportagem da *Flama*, onde se lia: «não fosse o pisca-pisca nocturno dos néons, o barulho ensurdecido do tráfego cada vez mais denso e as enormes florestas de cimento armado a emergir por toda a parte, junto à linha de cintura da cidade, para onde esta agora se alarga, ao olharmos uma junta de bois apascentando tranquilamente num prado verde ou vendo um homem agarrado à rabiça de um

²⁶³ Joaquim Gaio (texto) e Fernando Baião (fotos), «As novas cidades – 1. Almada», *O Século Ilustrado*, 23 de junho, 1973, 2-7.

²⁶⁴ Miguel Serras Pereira, «Criação de novas cidades. Promessa de que soluções?», *Vida Mundial*, 13 de julho, 1973, 26-31.

²⁶⁵ «Lisboa terá um novo pulmão verde», *Flama*, 1 de fevereiro, 1974, 14-15.

arado abrindo sulcos profundos na terra fértil, julgar-nos-íamos perdidos aí em qualquer aldeia minhota, já que dentro do Porto podemos encontrar também esse bucolismo»²⁶⁶.

O autor do texto, Germano Silva, que procurava demonstrar a permanência, mas em declínio, do carácter agrário da urbe, recorreu à toponímia, citando o Monte do Olival, Campo das Hortas ou o Laranjal, lugares que «outrora identificaram zonas de culturas agrícolas dentro da cidade» e que foram «absorvidas pela urbanização».

No Grémio da Lavoura do Porto, contavam-se 936 lavradores inscritos, dos quais 391 caseiros e os restantes proprietários. A área da cidade era de 4065 ha e no ano de 1969 estavam identificados 1809 ha como zona de culturas. A cultura do milho ocupava 762 ha, o centeio 187 e a batata 138, acrescentava, citando dados de 1970. Na última secção do texto, podia ler-se: «o agricultor da cidade tem os dias contados» e «a urbanização está a invadir cada vez mais as zonas de cultivo».

«O Porto quer mais zonas verdes» foi título, em 26 de abril de 1974, na *Flama*. No 140.º aniversário do jardim de S. Lázaro, o mais antigo da cidade, inaugurado em 1834, mas terminado em 1841 – «acontecimento para o Porto de então, que vivia a sua época do Romantismo» – lembrava que D. Pedro IV, no cerco do Porto, encarregara João Baptista Ribeiro de dirigir o ajardinamento de um antigo campo²⁶⁷. «O jardim começou por ser um local obrigatório de reunião dos elegantes da cidade», prosseguia. O potencial dos jardins, como factor de afectos entre os habitantes da cidade é captado no trecho da reportagem em que cita Camilo, em verso: «Tudo vai do céu formoso, Que derrama ondas de gozo/ nestas almas de alfenim/ Quem não viu anjos de saia,/ Serafim de alva cambraia/ No fantástico jardim?». Este jardim «baixou de categoria», pois ajardinou-se a Praça da Cordoaria e a seguir o Palácio de Cristal e o Passeio Alegre, na Foz. O da Cordoaria passou a ser dos patrões e o de S. Lázaro de criadas e soldados.

«Os jardins passaram a ser encarados como pulmões verdes, oásis necessários numa cidade de pedra, cimento e asfalto, saturada de ruídos, de movimento, de ar viciado», prosseguia, acrescentando que no século XX já não tinham o mesmo significado dos do século XVIII. «São um refúgio contra a poluição, mas refúgio insuficiente, deficiente, numa cidade como

²⁶⁶ Germano Silva (texto) e Américo Diégues (fotos), «Agricultura: o bucolismo da cidade», *Flama*, 16 de novembro, 1973, 64-66.

²⁶⁷ Pinto Garcia (texto) e Henrique Moreira (fotos), «O Porto quer zonas verdes», *Flama*, 26 de abril, 1974, 40-41.

o Porto, como provam os números». Citando especialistas, o repórter indicava que a área verde não deveria ser menos do que 20 metros quadrados por habitante, mas no Porto «não ultrapassava os quatro metros quadrados».

4.5 Automóvel: «problema maior»

As fontes revelam desde o limite inicial dos anos em análise uma percepção de excesso de veículos motorizados em Portugal. O parque automóvel aumentava, podia ler-se na *Flama* em fevereiro de 1973. A Direção-Geral de Viação concedera, em 1972, mais 66 681 dísticos “90” (então de uso obrigatório pelos condutores com pouco tempo de carta de condução) a pessoas que iam entrar num «inferno de trânsito», que já causava nas estradas e nas cidades «uma saturação crónica»²⁶⁸.

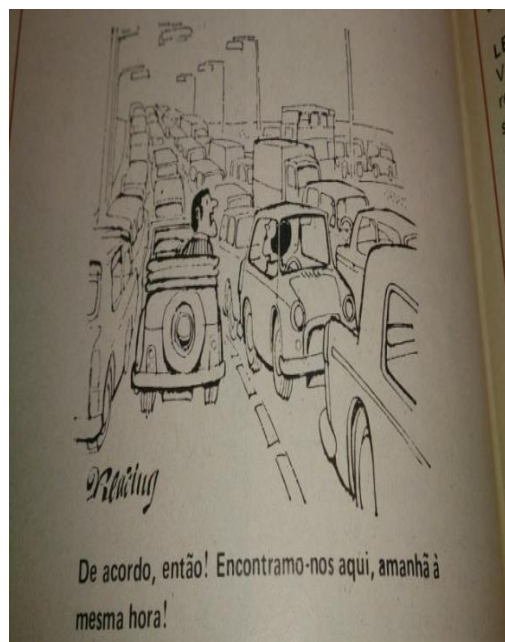


Imagem 5 - *O Século Ilustrado*, 16 de fevereiro, 1974: 4.

No Porto, as proximidades da Ponte de D. Luís eram ponto diário de passagem de milhares de pessoas que transitavam de Vila Nova de Gaia, e paragem e estacionamento, produzindo «tremendos engarrafamentos», como podia ler-se em Janeiro de 1973, nas páginas de *O Século Ilustrado*. A autarquia operou alterações no trânsito, «de forma a tentar resolver o problema, cada vez maior, do congestionamento». Passou aquele tráfego para a Praça da Batalha e em várias artérias introduziu-se sentido único. A Rua de Santo António, que antes se subia, passou a funcionar em sentido descendente. «Esta é talvez uma das melhores medidas (...) consegue evitar a poluição por parte dos transportes camarários, que, quando subiam largavam verdadeiras nuvens de fumos do escape»²⁶⁹.

Em Lisboa, e arredores, adiantou mesma a revista em fevereiro de 1973, a «subida em flecha» do parque automóvel atribuía-se à utilização de transportes individuais por todos os que se precisam de deslocar» e não encontravam nos transportes coletivos «os meios indispensáveis

²⁶⁸ «Automóveis: aumentam os '90'», *Flama*, 16 de fevereiro, 1973, 5.

²⁶⁹ Adriano Nazareth Jr., «Também no Porto... Guerra ao 'problema' do trânsito», *O Século Ilustrado*, 27 de janeiro, 1973, 36-37.

para o fazer»²⁷⁰. A reportagem, não assinada, referia a «quantidade enorme de veículos em circulação», uma malha de arruamentos que «não estava planeada nem preparada» para aquele movimento, acentuado na zona central como nas entradas e saídas da capital». O anonimato do texto, que, em última análise responsabilizava o diretor da publicação – José Rodrigues Redondo Júnior²⁷¹ – podia, no ano de 1973, justificar-se com o tom crítico que o autor dirigia às autoridades, ao escrever que a CML «não acompanhou a evolução por circunstâncias que de momento não interessa apontar» e adiante apontar «o perfil da cidade, o traçado dos seus arruamentos, o elevado número de veículos em circulação, a falta (ou o mau) planeamento, a insuficiência da rede de transportes colectivos, a indisciplina dos condutores e peões, a ausência de agentes de autoridade» como «causas remotas da situação caótica a que se chegou».

O crescimento do uso de veículos continuou em 1974. A Ford Lusitana anunciou «o melhor mês de sempre em vendas» em comerciais ligeiros, revelou a *Flama*²⁷². Nesse ano, a Direção do Meio Ambiente da OCDE divulgou um relatório sobre o peso do automóvel no fenómeno da poluição. A *Vida Mundial* referiu-se àquele documento em maio de 1975, considerando que «a actual crise energética não pode prolongar-se indefinidamente» mas reconhecendo que não se viam perspectivas de um «regresso à normalidade». No total do petróleo consumido, o automóvel tinha um peso de 13% na Europa e 29% nos EUA, representando, respetivamente, 44% e 54% das necessidades dos transportes²⁷³.

A reportagem, que concluía sugerindo a evolução tecnológica nas telecomunicações, com teletransmissão de documentos impressos, videofone e televisão por cabo, em ordem a «reduzir consideravelmente as necessidades de deslocação nos meios urbanos», desenvolvia alternativas para mitigar efeitos económicos e ambientais do automóvel. A primeira era a «restrição selectiva». A proibição de circular ao domingo já tinha sido posta em prática na Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Noruega e Dinamarca. Com poucos custos para a atividade industrial, prejudicava o turismo. A segunda consistia em limites de fornecimento de carburante, o que causaria problemas de equidade e de julgamento de «difícil aplicação».

²⁷⁰ «Trânsito em Lisboa: à espera de poder andar», *O Século Ilustrado*, 17 de fevereiro, 1973, 12-15.

²⁷¹ Nascido na Figueira da Foz, fez formação académica em Matemática e Engenharia Geográfica, enveredou pelo jornalismo, tendo-se dedicado também ao teatro, como encenador, ensaísta, tradutor e crítico.

²⁷² «Janeiro representou record nas vendas da Ford», *Flama*, 15 de março, 1974, 64.

²⁷³ «O automóvel em questão», *Vida Mundial*, 8 de maio, 1975, 57-63.

No Porto o problema do automóvel persistia. Em 1975 atravessaram a Ponte de D. Luís 17 milhões de veículos, «quase o dobro do tráfego de 1965», informou em fevereiro de 1976 a *Flama*. Na reportagem, documentada com fotos, começava por ler-se que todas as manhãs uma «serpente gigantesca de veículos estende-se ao longo da Avenida da República, em Gaia, de Santo Ovídio, do terminal da auto-estrada, até à Ponte de D. Luís»²⁷⁴. Sem nunca referir explicitamente o impacto ambiental, o artigo focava problemas de circulação na perspetiva da relação com alojamentos, transportes públicos, saúde, horários de trabalho, comércio e indústria e apresentava cálculos do Grupo de Estudo do Plano de Transportes da Região do Porto (organismo da Direção-Geral de Transportes Terrestres) em busca de alternativas, visando soluções de «descongestionamento», com economia de custos em termos financeiros e de tempo despendido.

Em Janeiro de 1976, Gonçalo Ribeiro Telles, secretário de Estado do Ambiente, numa entrevista que concedeu à *Flama* (cujas incidências estritamente políticas e legislativas se desenvolvem noutra secção), considerou que o maior problema de ambiente em Lisboa era «a elevada concentração de automóveis»²⁷⁵. Acrescentava que se os lisboetas «insistem em andar de automóvel e não exigem uma rede de transportes públicos capaz; se os comerciantes continuam a julgar que o progresso é ter o automóvel do freguês à porta da loja e se levantam sempre problemas quando se quer alterar estes esquemas, verificamos que há muito a fazer, de facto, com as camadas mais desprotegidas da sociedade para fazer um país novo». No mesmo ano, em novembro, Rui Vilar, ministro dos Transportes, recusava a ideia de uma auto-estrada entre Lisboa e Porto, argumentando que tal investimento iria estimular o uso do transporte individual, quando o que se pretendia era favorecer o uso do transporte coletivo²⁷⁶.

Em dezembro de 1976, *O Século Ilustrado* alertava: «A poluição atmosférica nos centros urbanos, onde se intensificam os transportes públicos, conduz para a saturação física e psicológica das populações». Adiante fazia as contas possíveis: «no final de 1974, o parque automóvel engavetava 843 500 veículos, dos quais 263 000 entupiam Lisboa. De 1976 não

²⁷⁴ Pinto Garcia (texto) e José Ruiz (fotos), «Luz verde aos transportes colectivos», *Flama*, 24 de fevereiro, 1976, 34-37.

²⁷⁵ Dionísio Domingos, «Ouvindo o secretário de Estado do Ambiente...», *Flama*, 9 de janeiro, 1976, 41.

²⁷⁶ «Rui Vilar: prioridade aos transportes colectivos», *Expresso*, 22 de outubro, 1976: 10 e também «Rui Vilar diz 'não' à auto-estrada Lisboa Porto», *Expresso*, 12 de novembro, 1976, 10.

constam números, mas serão muito mais» e a seguir revelava medidas previstas do programa do Governo, como zonas interditas a automóveis particulares e melhores transportes públicos²⁷⁷.

²⁷⁷ «Uma função ambiental», em «Lisboa hoje. Grandezas e misérias nos transportes públicos», *O Século Ilustrado*, 10 de dezembro, 1976, 54.

5. Expressões de culto ambiental

5.1 Livros, crónicas e *cartoons* de inspiração ecológica

Os periódicos consultados divulgaram novidades do mercado livreiro, dando visibilidade, entre outras, a obras focadas em questões ambientais, em forma de publicidade, ou em secções coordenadas por figuras da literatura²⁷⁸. Também se puderam ler crónicas assinadas por escritores reconhecidos ou apreender em *cartoons*, de autores mais ou menos incógnitos, mensagens alusivas ao ambiente.

O texto «Os devotos da poluição» saiu em maio de 1973, na *Flama*, com assinatura de David Mourão-Ferreira²⁷⁹. Principiava assim:

Quem não os conhece? Quem não os tem visto nos fins-de-semana, sobretudo aos domingos, piquenicando à beira das estradas mais concorridas. Desdobram toalhas, desembulham farnéis, há mesmo os que fazem faiscar os talheres, os que se repimpam em cadeiras articuladas, e ali ficam horas e horas, quase mordendo o alcatrão, a sorverem deliciados, de mistura com o vinho tinto e os pastéis de bacalhau, o rasto inebriante dos mais variados tubos de escape, as fortes emanações das gordas camionetes de excursionistas, os odores mais familiares dos automóveis utilitários, os requintados eflúvios dos velozes carros de sport, ou de “grande turismo”... Para eles, numa altura em que tanto se fala de ecologia e defesa do ambiente, vê-se bem que tais espantalhos não têm razão de ser.

A 5 de junho, como a *Vida Mundial* lembrou dia 8 daquele mês, em 1973, na página 1 (não era capa), celebrou-se o Dia Mundial do Ambiente, «destinado a chamar a atenção da humanidade para os cada vez mais graves problemas da poluição e da destruição da natureza, que ameaçam tornar inabitável o planeta que é (deveria ser) a “casa do homem” (de todos os homens) no pleno sentido da expressão»²⁸⁰.

Acrescentava: «Se as manifestações que assinalaram esse dia (inclusivamente em Portugal) podem servir para alertar a consciência universal para o complexo problema, este não terá solução enquanto não se tomarem a nível nacional e internacional, medidas concretas e

²⁷⁸ Sobre o panorama editorial, cf. Flamarion Maues Pelucio Silva, «Livros que tomam partido: a edição política em Portugal (1968-1980)» (tese de doutorado, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013).

²⁷⁹ David Mourão-Ferreira, «Os devotos da poluição», *Flama*, 11 de maio, 1973, 134.

²⁸⁰ «Dia Mundial do Ambiente», *Vida Mundial*, 8 de junho, 1973, 1.

eficazes que ultrapassem o plano da teoria e das declarações mais ou menos românticas e estéreis». Depois o artigo referiu-se a uma visita de Willy Brandt a Israel.

A *Flama* publicava «O crocodilo», uma página satírica. Dia 15 junho de 1973 propôs o uso de fatos «para o cidadão ir à rua», sob o título «Os dias nacionais do (mau) ambiente»²⁸¹.

A comemoração do Dia Mundial do Ambiente teve em 1975 em Lisboa visibilidade durante quatro horas, das 20 às 24, período durante o qual estiveram sem trânsito a Avenida da Liberdade e outras das artérias centrais da capital. «Sol de pouca dura que, por outro lado, provocou enormes engarrafamentos nas zonas limítrofes, a demonstrar



Imagem 6 - *Flama*, 15 de junho, 1973: 64.

que a humanização do espaço urbano não é obra de um dia simbólico e muito menos de algumas horas», leu-se no *Expresso*, que registou «diversas comemorações oficiais através do país» e uma «pequena manifestação» do Movimento Ecológico Português a que aderiram «elementos do nosso folclore anarquista»²⁸². No domingo seguinte, estava em agenda um passeio ao Parque de Monsanto, organizado pela secretaria de Estado do Ambiente, para inaugurar um caminho de peões que ligaria o centro da cidade ao parque florestal.

As empresas livresiras traduziram para língua portuguesa obras sobre questões ambientais, produzindo publicações que tiveram repercussão nas páginas dedicadas às notícias do foro literário. A editora Dom Quixote fez sair no *Expresso* de 30 de junho de 1973 um anúncio com novos livros publicados, tendo à cabeça como maior novidade *Os Limites do Crescimento*, uma obra que, em 1972, no seu primeiro ano, esgotou nos EUA várias edições. «Agora também o leitor português poderá avaliar o grito de alarme que este relatório do superavançado Massachusetts Institute of Technology lançou ao mundo. Uma obra perturbante sobre o problema maior da nossa época. Best-seller na Inglaterra, França, Espanha Itália, Japão e Brasil», dizia o anúncio, apontando 95\$00 como preço de capa²⁸³.

²⁸¹ «Actualidades. Os dias nacionais do (mau) ambiente», *Flama*, 15 de junho, 1976: 64.

²⁸² «Dia Mundial do Ambiente: apenas umas horas», *Expresso*, 7 de junho, 1975: 2.

²⁸³ «Um novo lançamento Dom Quixote» (anúncio), *Expresso*, 30 de junho, 1973, Europa, XI.

A escritora Maria Teresa Horta, que organizava na *Flama* a página «Livros, autores, leituras», fez referência a este título em agosto, em destaque a livros recomendados, na categoria de ensaio²⁸⁴. Na mesma página, fazia um breve comentário de recensão, explicando:

Uma equipa internacional, sob a direcção do prof. Dennis Meadows e com apoio financeiro da Volkswagen, durante bastante tempo examinou cinco dos factores básicos que determinam, e, portanto, limitam, o crescimento do planeta: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição. A investigação já terminou o livro, agora publicado pela Dom Quixote, é o primeiro relato das suas conclusões. E qual foi, pois, a sua principal conclusão? «Se as actuais tendências de crescimento da população mundial, da industrialização, da poluição, da produção alimentar e do desperdício de recursos permanecerem sem alteração, os limites do crescimento no nosso planeta serão alcançados dentro dos próximos cem anos».

O primeiro de uma série de três volumes com o título genérico «Dossier Zero» estava à venda nas livrarias com o título *A Conferência do Terror*, como podia ler-se em anúncio que as Novas Coleções Arcádia publicaram em *O Século Ilustrado* em julho de 1973²⁸⁵. O segundo volume e o terceiro seriam intitulados *Os Últimos Dias da Terra* e *A Indústria do Ruído*, respetivamente.

As publicações em análise também iam reproduzindo nas suas páginas desenhos com notas humorísticas. Por vezes, tratava-se de obras elaboradas no estrangeiro. «Que cheiro estranho é este? – Isto é ar puro!» era o diálogo de dois homens, numa cidade sem automóveis, um *cartoon* de autor germânico, alusivo à crise do petróleo, publicado em Janeiro de 1974, em *O Século Ilustrado*²⁸⁶.



Imagem 7 - *O Século Ilustrado*, 5 de janeiro, 1974: 57.

Na *Flama*, de 10 de Agosto, M. T. Horta destacou na sua secção o livro de S. Manshot, H. Marcuse e E. Morin, entre outros, *Ecologia. Caso de vida ou de morte*, edição Moraes²⁸⁷,

²⁸⁴ Maria Teresa Horta, recensão de *Os Limites do Crescimento*, de Donella e Dennis Meadows *et al.*, (Lisboa: Dom Quixote, 1973), *Flama*, 3 de agosto, 1973: 64.

²⁸⁵ «Novas colecções Arcádia», (anúncio), *O Século Ilustrado*, 28 de julho, 1973: 39.

²⁸⁶ Lutz Backes (cartoon) *Der Tagesspiegel/O Século Ilustrado*, 5 de janeiro, 1974, 57.

transcrevendo da contracapa: «Estes textos não se destinam às pessoas que voluntariamente tapam os olhos para serem felizes. Pretendiam, pelo contrário, abri-los bem às desgraças que nos esperam e assentar a nossa felicidade num combate».

Em março de 1974, M. T. Horta selecionou *Pequena Enciclopédia da Energia Nuclear*, de R. Gladkov, preço de 50\$00, com o comentário «na sua colecção Biblioteca Básica de Cultura, editou a Estampa uma pequena enciclopédia da energia nuclear, livro cuja leitura recomendamos a quem se debruça sobre o assunto». Dia 26 de abril de 1974, M. T. Horta referia na sua página *A Crise da Energia*, com preço de 30\$00, e o comentário: «“A crise da energia” é o título de mais um caderno Dom Quixote que desta vez toca um problema que a todos interessa sobremaneira. Entre os colaboradores contam-se nomes como os de Barbara Ward, René Dubois, Anthony Lewis e Nigel Hawkes»²⁸⁸.

Em maio de 1974, a escritora divulgou a publicação de um volume com preço de 35\$00, acrescentando o comentário «o petróleo é hoje um dos temas preferidos e fundamentais do nosso diálogo quotidiano... Afonso Cautela não foge à regra e publica “Depois do Petróleo, o Dilúvio”, ecologia e dialéctica da crise»²⁸⁹. O autor já foi referido nesta dissertação nos papéis de jornalista e de fundador do Movimento Ecologista Português.

Em agosto de 1974, no *Expresso*, Pedro Tamen escolheu para a sua «selecção crítica da quinzena» o livro, *Crescimento Zero?*, edição Europa-América, com autoria de Alfred Sauvy, apresentado como «grande especialista de economia e demografia» que se interrogou «sobre a situação do homem actual num mundo de recursos reconhecidamente limitados» e ainda outra obra, com edição do Instituto Universitário de Évora, *O Homem e a Poluição*, de Manuel Gomes Guerreiro ²⁹⁰. Este autor iria (sucendo a Gonçalo Ribeiro Telles) desempenhar no I Governo Constitucional (1976-1978) o papel de secretário de Estado do Ambiente²⁹¹.

²⁸⁷ Maria Teresa Horta, recensão de *Ecologia, Caso de Vida ou de Morte*, de S. Manshot, H. Marcuse, E. Morin *et. al.*, (Lisboa: Moraes, 1973) *Flama*, 10 de agosto, 1973, 64.

²⁸⁸ Maria Teresa Horta, recensão de *A Crise da Energia*, de AAVV (Lisboa: Dom Quixote, 1974), *Flama*, 26 de abril, 1974, 40.

²⁸⁹ Maria Teresa Horta, recensão de *Depois do Petróleo, o Dilúvio*, de Afonso Cautela (Lisboa: Estúdios Cor, 1974), *Flama*, 3 de agosto, 1974, 40.

²⁹⁰ Pedro Tamen, recensão de *Crescimento Zero*, de Alfred Sauvy (Lisboa: Europa-América, 1974) e recensão de *O Homem e a Poluição*, de Manuel Gomes Guerreiro (Évora: Instituto Universitário, 1974), *Expresso*, 31 de agosto, 1974, 23.

²⁹¹ Cf. Fernando Santos Pessoa, *Manuel Gomes Guerreiro: um esboço biográfico* (Faro: Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, 2001).

5.2 Artigos e entrevistas com especialistas

«Uma conspiração universal e convergente das almas para uma consciência ecológica? A situação tóxica geral em que vive o homem exige-o». Esta era a introdução de uma entrevista que o jornalista Fernando Antunes fez a Almerindo Lessa, com o título «Salvar o Homem. Conspiração Universal para uma consciência ecológica», publicada em fevereiro de 1973, na *Vida Mundial*.

O entrevistado era apresentado como membro do Comité Executivo da Associação Médica Internacional para o Estudo das Condições de Vida e Saúde²⁹², que reuniu em outubro de 1972, em Varna (Bulgária) representantes de 72 nações e que depois participou em Bucareste (Roménia), na III Conferência Mundial sobre a Qualidade do Futuro.

«Ali vimos, eu e o Roger Garaudy, meu companheiro de trabalho, como em matéria de prospectiva, hoje já é amanhã», começavam as declarações de Almerindo Lessa²⁹³. Aquela entrevista iria ser distinguida com menção honrosa pelo júri do Prémio Imprensa, em iniciativa da Campanha de Conservação da Natureza e Defesa do Meio Ambiente, patrocinada pela Lisnave e Gaslimpo. Outra menção honrosa foi atribuída a entrevista do jornalista Nuno Rocha ao engenheiro Pedro Martins da Silva, com o título «Lisboa com um aeroporto de portas adentro tem logo aí problemas no que diz respeito ao ruído», no *Diário Popular* de 28 de fevereiro de 1973. O Prémio Lisnave-Gaslimpo foi atribuído ao artigo do jornalista Maia Cadete «Mares poluídos: pescas em perigo», publicado no *República*, de 6 de fevereiro de 1973²⁹⁴.

«Da protecção da natureza à conservação da natureza», a toda a largura da página, foi título que o *Expresso* publicou em julho de 1973, de um texto encomendado, como se lê nas linhas introdutórias: «A conservação da natureza constitui um dos grandes problemas da vida actual. Interessados no esclarecimento e debate de questões relacionadas com este assunto

²⁹² Almerindo Lessa (1909-1995) foi conselheiro de Ecologia Humana da Organização Mundial de Saúde, tendo participado em organizações nacionais e internacionais, no âmbito da ONU. Conferir em IDGLAB, «Biografia», <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9228>.

²⁹³ Fernando Antunes, «Entrevista com Almerindo Lessa. Salvar o homem: conspiração universal para uma consciência ecológica», *Vida Mundial*, 16 de fevereiro de 1973, 9-16 e 49-50.

²⁹⁴ «Menção Honrosa para uma entrevista concedida à 'Vida Mundial'», *Vida Mundial*, 20 de abril, 1973, 59.

contactámos o dr. Carlos Almaça, professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, que, a nosso pedido, redigiu o artigo que hoje publicamos»²⁹⁵.

No seio do movimento conservacionista, que contava adeptos desde o século XIX, o autor, regente de uma disciplina «destinada a alunos da licenciatura em Biologia, sobre Ecologia e Conservação», distinguia três fases – «Protecção da Natureza», «Conservação dos Recursos Naturais» e «Conservação do Ambiente» – cujos princípios «inspiram, hoje, o ideário dos defensores da Natureza». Almaça explicava que tais fases, «em épocas diferentes mas consecutivas», refletiam qualquer delas «o que a humanidade exige da Natureza e a forma como a contempla em cada época».

A primeira fase, a «Protecção da Natureza», tendo como questão central «as espécies ameaçadas de extinção ou grave redução», era uma «consequência do massacre de animais e da destruição rápida de habitats que se processaram no solo americano após a chegada dos europeus». O caso mais conhecido era o do bisonte. Na Rússia o bisonte era protegido desde o século XVI, mas foi extinto em território selvagem, apesar dos esforços de o conservar, já no século XX, em jardins zoológicos. Na Polónia do século X as reservas de caça cumpriam a função de preservar espécies cinegéticas, lembrava Almaça. A segunda fase, conservação dos recursos naturais, impôs-se no século XX, consequência da explosão demográfica e talvez devido às duas guerras. «É nesta fase do movimento conservacionista que se torna evidente a indissolubilidade da Ecologia e da Conservação». A terceira fase, Conservação do Ambiente, «está em plena e constante afirmação nos nossos dias», prosseguia. «Após a segunda guerra mundial, e talvez como consequência imediata dos efeitos das explosões atómicas, a humanidade começou a aperceber-se dos riscos que adviriam do envenenamento da atmosfera, dos mares, do solo, dos seres vivos, enfim, de tudo o que a rodeia». O autor concluía indicando ao leitor interessado referências para aprofundamento da questão²⁹⁶.

«A Índia fez explodir o seu primeiro engenho nuclear», foi título de um artigo de Eurico Fonseca na *Vida Mundial* em 31 de maio de 1974. A 100 metros de profundidade,

²⁹⁵ Carlos Almaça, «Da protecção da natureza à conservação do ambiente», *Expresso*, 7 de julho, 1973, 14.

²⁹⁶ Almaça começou por referir o seu próprio trabalho «A poluição térmica. Efeitos sobre os peixes e outros animais aquáticos» (então em fase de publicação), acrescentando, entre outros, R. F. Dasman, *Environmental Conservation* (New York, John Wiley: 1968); J. Dorst, *Avant que Nature Meure* (Neuchatel: Delachaux et Niestlé, 1965); R. Portal, *Os Eslavos. Povos e nações* (Lisboa: Cosmos, 1968); A. G. Banikov, «La conservation de la nature et la chasse en URSS», *Naturepe*, n° 10 (1971)); C. M. Baeta-Neves, *A Natureza e a Humanidade em Perigo* (Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1970).

«legalmente», explicava, porque o Tratado Internacional de Proibição Parcial de Experiências Nucleares, assinado em 1963, «apenas proíbe os ensaios realizados na atmosfera, no espaço cósmico e no fundo do mar». Nova Deli garantia que o ensaio tivera o fim de «estudar a utilização das explosões nucleares em fins pacíficos». Porém, a interpretação que se fazia era que «desde há muito, na União Indiana, se sentia a autoridade crescente de cientistas (e políticos) que afirmavam a necessidade absoluta da produção de engenhos nucleares, como resposta ao poderio atômico chinês». Esse grupo era chefiado pelo físico Bahaba, desaparecido na queda de um avião. «Acreditou-se então que alguém decidira eliminar o chefe da facção pró-bomba atômica indiana, como único meio para impedir uma alteração demasiado perigosa no xadrez nuclear», prosseguia.

«Tudo quanto se pode desejar é que os historiadores – se os houver – não tenham de escrever que a terceira guerra mundial teve a sua origem numa explosão nuclear “para fins pacíficos”, realizada na região desértica do Rajastão, a oeste da Índia, no dia 16 de maio de 1974, às 8 e 37 locais...». Assim concluía Eurico Fonseca o texto. Aquela abordagem, por um autor reconhecido na divulgação de ciência, transmitia em suma os receios que – também em Portugal em revolução – um conflito com armas atômicas suscitava.

O *Expresso* transcreveu, em março de 1976, uma entrevista que Bernard-Henri Lévy fez a Edgar Morin, sobre o seu *L'Esprit du Temps*, em reedição²⁹⁷. Eis um trecho:

A problemática ecológica passou do neo-anarquismo dos anos 60, da vontade de alternância entre vida urbana e laboriosa, por um lado, regresso à natureza e entretenimentos por outro, e uma vontade de alternativa bem mais consequente: mudar a vida, mudar de vida e já não apenas alternar a vida boa e a vida má. Por isso, o que me toca, o que me importa é, em primeiro lugar, a noção central de “ecossistema”. Fascinante este universo onde tudo se comunica e se entrededora, fascinantes, a delicadeza e requintes destes sistemas ao mesmo tempo integralmente solidários e constantemente no limiar da decomposição. E é isso que é interessante nas teses do Clube de Roma: o facto de o desenvolvimento exponencial da economia ameaçar quebrar essa fronteira invisível e frágil para cá da qual se mantém o equilíbrio do ecossistema. O que me importa também é a fecundidade desta noção de ecossistema na explicação do que é a nossa natureza própria – a natureza humana. A ideia de que nós somos ecossistemas abertos; que a natureza faz parte da nossa definição; que o que está no exterior de nós nos é no entanto interior.

²⁹⁷ «Edgar Morin: estamos na era bárbara das ideias», *Expresso*, 6 de março, 1976, 18.

5.2 MEP – Movimento Ecológico Português

Perto de Almoester, em abril de 1973, a cooperativa UNIMAVE – União Macrobiótica Vegetariana, comprou terrenos para cultivo biológico de arroz. «A primeira agricultura biológica que, na era apocalíptica do adubo químico e do pesticida, vai ser feita em Portugal, por iniciativa de uma cooperativa de alimentação». Isto podia ler-se em *O Século Ilustrado*²⁹⁸. A UNIMAVE, que orientava «sem fins lucrativos», a sua ação segundo a crença «na agrobiologia, na harmonia das coisas vivas e naturais, na ecologia da saúde, na humanização deste ambiente alimentar» iria dar origem ao MEP – Movimento Ecológico Português, tendo como um dos rostos visíveis o autor daquela reportagem, Afonso Cautela²⁹⁹.

Os terrenos eram irrigados por um subafluente do Tejo. «Não se podia encontrar melhor sítio para inaugurar a grande experiência do século XXI, que é uma antiga tradição anterior ao século XIX... para abrir uma nesga de esperança no panorama pouco animador da terra queimada, dos cereais adubados com químicas e violentados por toda a espécie de DDT, pouco respeitadores da genética e suas leis, das virtudes vivas do produto alimentar», escrevia Cautela, que citava um colóquio da FAO, no qual «peritos foram unânimes em reconhecer os perigos genéticos da ‘revolução verde’³⁰⁰, que começa a revelar-se, até entre os peritos, pouco menos que reaccionária», pois, «a médio prazo o esforço anormal exigido às sementes e aos terrenos (pela predominância das químicas) acaba por fazer degenerar umas e por queimar outros».

Cautela assinou em junho de 1974 uma reportagem sobre o MEP. «Dão-se em Portugal os primeiros passos para a estruturação do Movimento Ecológico, tendência irreversível verificada hoje em todo o mundo industrializado que, em cada ano – a cada momento – se torna uma corrente de importância e força cada vez maiores», principiava³⁰¹.

Após referir, nas linhas introdutórias, que o movimento «está enraizado na história, nos factos, na necessidade e na angústia das novas gerações que querem sobreviver mas que, ao

²⁹⁸ Afonso Cautela (texto) e Alfredo Cunha (fotos), «Um ‘não’ à agricultura química», *O Século Ilustrado*, 28 de abril de 1973, 24-27.

²⁹⁹ José Correia Contreras, «Apresentando uma voz do Movimento Ecológico Português», e Afonso Cautela, «Alternativas para a sobrevivência planetária», *Expresso*, 28 de março, 1975, caderno, I. Também sobre este assunto, cf. Instituto Hipócrates de Ensino e Ciência, <http://institutohipocratesonline.com/index.php/medicinas-nao-convencionais/historia/103-unimave-html>.

³⁰⁰ Sobre o conceito de revolução verde, conferir em Carolina Octaviano, «Muito além da tecnologia: os impactos da revolução verde», disponível em <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n120/a06n120.pdf>, ou em PME.PT, «As consequências da revolução verde», disponível em <http://pme.pt/revolucao-verde/>.

³⁰¹ Afonso Cautela, «Movimento Ecológico: descolonizar a natureza», *O Século Ilustrado*, 20 de junho, 1974, 25-40.

despertar da responsabilidade de adultos, vão encontrar seriamente comprometida a vida e a qualidade de vida que as anteriores gerações lhes deixaram», o repórter aludia às contradições e ao «beco sem saída» para onde «o capitalismo internacional, o consumismo desenfreado e a tecnoburocracia vão lançando a maior parte dos países industrializados, precisa no entanto de se estruturar e organizar para intervir eficazmente em toda essa crise ambiental».

À organização em Portugal, prosseguia, não foram alheios os acontecimentos e o movimento político que no país se desencadearam após 25 de abril. O MEP, que se inseria «na irresistível corrente de reconstrução nacional (de Salvação Nacional) e que os portugueses se encontram empenhados», difundira o primeiro manifesto, posicionando-se «numa perspectiva contracultural para enfocar os problemas do ambiente e da crise ambiental». Na ponta final a reportagem incluía uma mensagem ao subsecretário de Estado do Ambiente, propondo uma «crítica que entende necessária e urgente à política do ambiente, a nível de organismos e de elites vigentes, herdada do anterior regime e ainda subsistente sem alterações substanciais». Continuava considerando que «essa política de cúpula é não só insuficiente como dilatária, reformista e comandada por interesses industriais que, em parte, lhe competiria hostilizar».

Em agosto de 1974, o MEP, constituído por rapazes e raparigas dos 16 aos 25 anos, que aproveitaram «estruturas da extinta Mocidade Portuguesa e uma verba de 100 contos», contava cerca de 250 associados, informou a *Flama*. Organizado em núcleos – técnico, ação local, propaganda e protecção imediata – o grupo desenvolveria atividades «em torno de todas as zonas sujeitas a poluição, como sejam as praias, bairros de lata e matas»³⁰².

Segundo esta notícia, o MEP considerava a conservação da natureza «uma luta contra qualquer sistema produtivo em que a exploração dos recursos naturais, em vez de se dirigir à satisfação das necessidades da sociedade, se orienta pela obtenção do lucro». Adiantava que a ação de esclarecimento e de consciencialização «das populações mais directamente afectadas pela degradação da natureza quanto a toda a problemática que envolve essas mesmas questões naturais, é uma das principais formas de levar à sua resolução. Cabe em especial à juventude, quando prepara o seu mundo de amanhã, tomar posição perante estes problemas (...)».

³⁰² «Movimento Ecológico Português: a necessidade de proteger a natureza», *Flama*, 9 de agosto, 1974: 12-13.

Esta notícia foi contestada e corrigida, em carta ao director da *Flama*, enviada por Afonso Cautela. Para este jornalista de *O Século Ilustrado* e fundador do MEP, a notícia da *Flama* misturava numa só duas organizações distintas e quiçá opostas³⁰³.

Cautela esclarecia: no texto da *Flama* juntava-se o MEP, «o mais politicamente à esquerda em que é lícito um movimento ecológico colocar-se» e a Associação Juvenil de Protecção à Natureza, «o mais neutralmente escutista que pode ser uma associação de jovens que querem regaladamente passar as suas férias à sombra e com subsídios substanciais».

Considerava ainda «cómico» dizer que o MEP «(pobre como Job e sempre à rasca de massas) beneficiava de um subsídio de 100 contos de de 250 associados». Afonso Cautela desmentia que o movimento fosse formado por jovens dos 16 aos 25 anos: «rondamos (quase todos) os quarenta para cima», prosseguia, apontando que «o mais jovem de todos os nossos entusiastas é neste momento, o Prof. Agostinho da Silva, cuja lucidez e ritmo de trabalho muitos de nós nos vemos aflitos para poder acompanhar».

Acrescentava que o MEP naquele momento tinha «apenas dívidas, uma belíssima vontade de trabalhar para sanear ecologicamente o País, um manifesto editado em *stencyl*, uma sede de empréstimo na Rua da Boavista, 55-2.º, para reuniões às quintas-feiras, pelas 21 horas».

5.3 No teatro e no cinema

A temática ambiental inspirou também artes de palco.

Em Cascais, a atriz e produtora brasileira Ruth Escobar apresentou *Cemitério de Automóveis*, uma criação do espanhol Fernando Arrabal. «Nós estamos enterrados até ao pescoço na sucata e na poluição. Parece ser esta a mensagem que Ruth Escobar nos traz do Brasil com o seu espectáculo truculento Cemitério de Automóveis», lia-se em *O Século Ilustrado*, em Agosto de 1973³⁰⁴.

Em dezembro de 1973, teve lugar em Milão (Itália) o «II Festival Cinematográfico Internacional A Natureza, o Homem e o seu Ambiente». A notícia, avançada em novembro, em *O*

³⁰³ «Cartas ao director. Nada de comum entre Movimento Ecológico Português e a JPN a não ser a paisagem que uns e outros admiram», *Flama*, 30 de agosto, 1974, 4.

³⁰⁴ «Cemitério de automóveis. Festival da sucata e da poluição», *O Século Ilustrado*, 3 de agosto, 1973, 10-13.

Século Ilustrado, explicava que o evento iria ocorrer «sob a égide do Ministério do Turismo e do Espectáculo de Itália». Seriam apresentadas obras cinematográficas «que contribuam para a salvaguarda da natureza, a protecção do ambiente onde se desenvolve a vida do homem, a preservação dos caracteres históricos e artísticos das cidades e a conservação de uma civilização de dimensão humana»³⁰⁵.

O festival propunha-se «encorajar os encontros, a recíproca troca de estudos, de experiências e de relações, entre homens de ciência, sociólogos, etnólogos e ecologistas de todas as escolas e países e todos os que desejam a adopção de medidas visando a defesa do ambiente, de modo a impedir que a possibilidade de sobrevivência humana seja ulteriormente comprometida». Procurava-se ainda «favorecer a difusão e circulação dos filmes apresentados ao festival, nomeadamente nas escolas de todos os níveis, com o fim de sensibilizar a juventude aos valores ecológicos e aos da conservação do meio natural». Exposições de fotografia, de cartazes, de livros e de selos sobre os «perigos derivados da agressão quotidiana contra a natureza e o ambiente», e «alusivos a temas ecológicos» completavam o evento, a «mais completa manifestação que sobre ambiente se efectua, depois da Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, o ano passado».

³⁰⁵ «'A Natureza, o homem e o seu ambiente'. Encontro internacional de ecologistas a realizar em Milão. II Festival Cinematográfico», *O Século Ilustrado*, 3 de novembro, 1973, 70.

6. Ação política e legislativa

6.1 Ambiente nos processos políticos

As fontes consultadas revelam evidências da ação política e legislativa tendo como racionalidade maior a prioridade dada à perspetiva ambiental. Em maio de 1974, Adelino da Palma Carlos chamou Manuel Rocha (engenheiro e professor catedrático, com funções no Laboratório Nacional de Engenharia Civil) para o Ministério do Equipamento Social e Ambiente e Gonçalo Ribeiro Telles (arquiteto paisagista) para integrar o I GP como subsecretário de Estado do Ambiente³⁰⁶. É uma novidade na orgânica do executivo, que os periódicos estudados expressaram, sem destaque, ao reproduzir a composição do Governo.

Em julho, quando chamado a chefiar o II GP, Vasco Gonçalves manteve o Ministério do Equipamento Social e Ambiente, embora com outro ministro, o coronel de Engenharia, José Augusto Fernandes, continuando Ribeiro Telles como subsecretário de Estado. Naquela posição e depois secretário de Estado do Ambiente até ao IV GP, resistindo a cinco remodelações sucessivas, o arquiteto paisagista e dirigente do PPM – Partido Popular Monárquico conferiu a esta pasta governamental uma notoriedade que antes não tinha e que não se manteve com o seu sucessor, Manuel Gomes Guerreiro, menos visível na esfera mediática.

Pode questionar-se se aquela evolução formal na orgânica do Governo, criando gabinetes para o ambiente, transmite da parte do poder uma perspetiva diferente da anterior ao 25 de abril no que concerne a políticas ambientais. Antes da revolução, questões ambientais eram tratadas por gabinetes diversos, sendo exemplo disso a criação do PNPG pela Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, da Secretaria de Estado da Agricultura, integrada no Ministério da Economia³⁰⁷. Tal orgânica manifestava, contudo, uma racionalidade predominantemente económica. Não havendo no executivo deposto, de Marcelo Caetano, um gabinete específico do Ambiente, temas deste campo podiam ser tutelados por Cotta Dias³⁰⁸ – ministro desde 1972 ns Finanças, passando em 1973 a acumular com a Coordenação

³⁰⁶ «A constituição do governo provisório», *Vida Mundial*, 24 de maio, 1974, 8 e 43; «O governo provisório», *O Século Ilustrado*, 1 de maio, 1974, XIV.

³⁰⁷ Decreto n.º 187/71 de 8 de maio.

³⁰⁸ Parlamento, «Manuel Artur Cota Agostinho Dias. Legislaturas: X, XI»
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/d/dias_manuel_artur_cota_agostinho.pdf

Económica³⁰⁹. Sob o ponto de vista da mediatização, a política de ambiente no Governo de Marcelo Caetano teve marca visível na *Vida Mundial*, em março de 1973 com o artigo «Da política do ambiente ao desequilíbrio da oferta»³¹⁰. Eis as primeiras linhas:

A problemática da preservação do ambiente continua no pensamento do Governo como se documenta através da proposta de lei, ultimamente enviada à Assembleia Nacional. Com a aceleração de um processo de crescimento dos seus factores dominantes ganham com efeito relevo as preocupações suscitadas pela sua continuada degradação, induzidas por ampla sensibilização da opinião pública a problemas que afectam fortemente a vida quotidiana de vastos sectores da população, em especial os adstritos aos centros urbanos e industriais. Mas se os problemas do ambiente e das fontes poluidoras geram atenção permanente (a Assembleia Nacional dará a seu tempo o esperado assentimento à política que for fixada) isso não significa que se atenuem outros indicadores sensíveis da conjuntura presente como a política anti inflacionista.

Aquele artigo, com a expressão «política do ambiente» em título, evoluía para questões como a inflação e a política agrícola, o aumento do preço do leite, a falta de açúcar e de óleo, ou a dependência do exterior em bens de primeira necessidade, que, segundo parecer da Câmara Corporativa, se relacionavam com a saída de «mais de 400 mil trabalhadores» da lavoura.

Em abril de 1974, a poucos dias da revolução, uma proposta de lei previa que «a defesa do ambiente implica a racional gestão e a preservação da qualidade dos recursos naturais, tais como a terra, o ar, a água, a fauna e a flora, em termos adequados a conciliar as necessidades do desenvolvimento económico com a protecção e valorização de um quadro de vida propício à saúde e ao bem-estar das populações», informou a *Flama*, explicando que o projeto tinha sido recentemente submetido ao parecer da Câmara Corporativa, «que, advertidamente, pôs em causa a viabilidade prática de muitos dos seus princípios»³¹¹.

Aquela proposta legislativa e a preocupação de «equilíbrio ecológico», em legislação publicada no final de 1973 (o IV PF) parecem ter continuidade, após a revolução, em novembro de 1974, por Ribeiro Telles, então subsecretário de Estado do Ambiente do III GP (30/9/1974 a 26/3/1975), ao trazer de uma reunião com a OCDE, recomendações como a prevenção «das consequências nefastas que grandes projectos de obras públicas, como auto-estradas ou

³⁰⁹ «Governo. Remodelação ministerial», *O Século Ilustrado*, 10 de novembro, 1973, 10.

³¹⁰ «Da política do ambiente ao desequilíbrio da oferta», *Vida Mundial*, 28 de março, 1973, 5-6.

³¹¹ «Meio ambiente: à procura de um quadro propício», *Flama*, 19 de abril, 1974, 12.

barragens» poderiam ter «no equilíbrio do ambiente, desde que esses empreendimentos não sejam planeados com base em critérios globais de ordem ecológica, ambiental e paisagística»³¹².

Cuidados com adubos, o ruído, a «invasão indiscriminada do automóvel» que destrói a escala humana nos locais e nos ambientes» e «qualidade do ar», e a poluição das águas constituíam outras recomendações da reunião. Criticando opções antes seguidas de implantação de indústrias junto aos rios «sem que se tivessem tomado quaisquer medidas de preservação do ambiente», o subsecretário de Estado, demarcando-se das práticas do Estado Novo, no que se pode interpretar como uma rutura com o passado, considerou que «herdámos uma situação que nos vai custar bastante caro, na medida em que teremos, por determinados processos, de revitalizar os rios portugueses». Assim, revelou, encarava-se «a possibilidade de criar um Fundo do Ambiente para concessão de créditos às indústrias indispensáveis, visando o seu equipamento com meios de despoluição».

As receitas do Fundo «poderiam ser obtidas através de contribuições das novas indústrias fortemente poluidoras», o que se relacionava com outra recomendação que o governante trazia da OCDE, o princípio de que «quem polui paga», o que já não era, de todo, uma novidade. Este princípio, aplicado ao caso português, envolvia Espanha, de onde corriam os maiores rios, tendo o país vizinho sido o único dos vinte e quatro que «levantou reservas à aceitação» de tal princípio em termos internacionais. Para o membro do governo, «os aspectos mais sérios» diziam respeito «ao abastecimento de águas e ao problema dos esgotos», sendo estes «problemas da maior gravidade que exigem uma intervenção urgente e envolvendo recursos extremamente importantes».

Mas tal intervenção, para Ribeiro Telles, encontrava-se «condicionada» por obstáculos. «Um deles é a anarquia da expansão urbana. Basta ver o que se passa com os arredores de Lisboa», enquanto na província a proliferação de moradias «sem que existisse qualquer tipo de infra-estruturas nesse domínio veio a originar graves problemas de poluição».

Já em 1975, o secretário de Estado da Agricultura proibiu, por portaria, a florestação em áreas aptas para a agricultura, noticiou o *Expresso*, adiantando que estavam «em estudo um conjunto de medidas legais» que visavam «regulamentar e organizar as acções de florestações»,

³¹² Vicente Jorge Silva, «Gonçalo Ribeiro Telles: a poluição dos rios é um problema de ordem geral», *Expresso*, 30 de novembro de 1974, 22-23.

admitindo «em certos casos autorização especial para se proceder à arborização»³¹³. Pode ler-se esta como uma medida a contrariar a que, em Janeiro de 1973, se defendera, preconizando o alargamento da área afeta à floresta.

Em março de 1975, a *Flama* publicou o dossier «Programa de política económica e social: catorze sectores de actividade de uma economia de mercado»³¹⁴. Este documento, redigido por Melo Antunes, Maria de Lourdes Pintassilgo, Rui Vilar e Silva Lopes, propunha «uma ruptura com um sistema caduco, inoperante e corrupto», mas sem significar «fatalmente transformações violentas e bruscas, nem sequer mudanças radicais na ordem jurídica preexistente». Vítor Constâncio, secretário de Estado do Planeamento Económico, contrariando pelo menos em parte o próprio título do documento, afirmou na apresentação que era «uma plataforma política e não um programa de governo».

O programa começava pela política agrícola, seguida da política de pescas, política industrial e política energética, qualquer uma delas em relação direta com a política de ambiente, que era posicionada no setor 11, considerando: «é necessário despertar a consciência nacional para a preservação do meio ambiente, de modo que os crimes que se cometem com a destruição da paisagem, a utilização dos recursos naturais e do solo, a poluição das águas e do ar, etc., sejam evitados e controlados, de modo a podermos beneficiar das condições elementares de bem-estar físico». Acrescentava: «o Programa prevê medidas contra a poluição da água e do ar e contra o ruído e a constituição de parques e reservas naturais, entre outras».

Na política agrícola, observava-se um «baixo nível de produção», refletindo «ausência de estruturas, organização e meios», sendo «indispensável a reforma das estruturas agrárias» que teria início nas terras de regadio e a «alteração de fundo da legislação do arrendamento rural».

Conceder ao Estado direito de opção nas transações de prédios arrendados, restituir às comunidades locais os baldios indevidamente apropriados, apoio estatal à cooperativização e emparcelamento e fixação para as grandes propriedades de obrigatoriedade do cumprimento de programas de exploração e o estabelecimento de arrendamento compulsivo ou expropriação de terras incultas ou insuficientemente aproveitadas, eram medidas previstas neste setor que, a serem aplicadas, iriam mudar a relação da sociedade com as terras. Na política de pescas,

³¹³ «Florestação só em áreas especiais», *Expresso*, 1 de fevereiro, 1975, 13.

³¹⁴ Mário Bacalhau, «Programa de política económica e social: catorze sectores de actividade de uma economia de mercado», *Flama*, 7 de março, 1975, 29-40, para este assunto ver especialmente p. 37.

considerava-se ter sido onde «mais se notou a influência do anterior sistema político, que encontrava no almirante Tenreiro um dos seus mais poderosos apoios» e defendia-se mais participação do Estado, facilidades de crédito a empresas pesqueiras e à criação de cooperativas de pescadores.

Na política industrial, propunha entre outros objetivos, «intensificar o aproveitamento» dos recursos naturais, mas também «racionalizar o uso de recursos naturais e assegurar a protecção adequada do meio ambiente». Na política energética, previa para 1975 poupança de energia e redução na importação de petróleo, através de medidas como a limitação de horários de divertimento e de televisões e adaptações da hora legal e dos horários de trabalho. Também se previa a intensificação do transporte coletivo e limites de velocidade de circulação e de temperaturas de aquecimento. O Estado prosseguiria o princípio de uma empresa única para produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e a maioria de capital nas empresas petrolíferas. Além disso, considerava-se «indiscutível a necessidade de dispor de uma primeira central de energia nuclear no início da próxima década».

O Século Ilustrado, também em março de 1975, publicou, a pretexto deste «Programa de Política Económica e Social», uma abordagem às pescas. Em introdução, lia-se: «O que se passava no sector das pescas já foi bastante dissecado pelos órgãos de informação e as revelações mostram o atraso em que se encontrava o sector, com todas as consequências por demais conhecidas e que vão desde a inoperabilidade da frota pesqueira à falta de apoio portuário, desde a incipiente rede de frio à deficiente distribuição de pescado, desde a reduzida participação da investigação científica à adopção de novas formas de pesca»³¹⁵. Na reportagem, um responsável da Direção-Geral do Planeamento das Pescas, Ulpiano do Nascimento, vincou a ideia de estagnação do setor, «no qual sempre pontificou a mesma pessoa durante cerca de 40 anos» – alusão a Henrique Tenreiro, que cumpriu durante 38 anos funções de delegado do governo junto de organizações das pescas e que na opinião do entrevistado, criou «um clã para servir os seus propósitos» enquanto geria de modo centralizado concessões de crédito, ou a composição de administrações e contratação de empregados. «Deterioraram-se» empresas, com rentabilidade e produtividade «diminutas», os barcos não eram renovados, ou reequipados, adiantava, sustentando que «temos que substituir de imediato cerca de 40 por cento da frota que tem mais de 25 anos». Assim, pretendia-se «a eliminação progressiva da importação de

³¹⁵ Viriato Dias, «Política de pescas. Da incúria e improdutividade à procura de futuro», *O Século Ilustrado*, 22 de março, 1975, 16-19.

certas espécies de peixes que nós podemos obter; reconverter a frota pesqueira, especialmente a bacalhoeira; usar a tecnologia e a investigação para evitar a redução total de 'stocks' e procurar a utilização racional e global dos barcos.

O Século Ilustrado publicou uma entrevista com o subsecretário de Estado do Ambiente, Gonçalo Ribeiro Telles, sob o título «Política de ambiente: Portugal está a transformar-se numa lixeira»³¹⁶. Identificado como «principal responsável» do capítulo de política de ambiente do Programa de Política Económica e Social, o governante enunciava aspetos em que propunha orientar-se: «protecção», «conservação, construção e recuperação» e ainda «regeneração». Afirmava não dever utilizar-se a expressão «defesa do ambiente» mas «construção do ambiente», que a seguir explicava porque «a actividade humana vai criando sempre novas situações, o que exige a construção permanente de um ambiente adequado».

Referindo-se em concreto à política nacional de ambiente, Ribeiro Telles frisou que «não devemos abandonar uma só parcela do território sem que nela se inscreva ou faça sentir a política do ambiente». Assim, adiantou, «tanto interesse na criação do ambiente terá uma reserva natural, por exemplo, como uma paisagem industrial, com um maior artificialismo de intervenção humana. Tendo ambas o mesmo valor, diferindo apenas na sua vocação, é-lhes atribuído um destino diferente no planeamento, não mais». Este princípio parece a continuidade de medidas postas em prática, ainda pelo Estado Novo, que em processos quase sincrónicos implementou o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Complexo Industrial de Sines.

Questionado em que medida «a política fascista deixou que o país fosse deteriorado», destacou «a poluição das águas fluviais e dos estuários» e a «devastação de enormes áreas florestais por operações urbanísticas de loteamentos», com exemplo na península de Setúbal, «que está praticamente loteada e terá que ser, de qualquer forma, recuperada. Para o recreio, para a floresta, para qualquer uso útil». Sobre a questão da água, relacionou-a com o uso dos solos e com o urbanismo: «quando despimos encostas para proceder à plantação de eucaliptos, quando aumentamos em áreas impróprias a cultura cerealífera, destruimos absurdamente aquilo que temos de mais necessário – a possibilidade de reter e armazenar água, fazendo com que ela se escoe rapidamente para o Atlântico, aumentando, assim, gradualmente a secura de regiões já geograficamente secas». Nas cidades, prosseguia, «o urbanismo realizado apenas tem

³¹⁶ Carlos Plantier, «Política de Ambiente: Portugal está a transformar-se numa lixeira», *O Século Ilustrado*, 22 de março, 1975, 20-24.

encarado a água como um inimigo, escoando-a para esgotos que a conduzem rapidamente para fora da urbe, sem passar pelos espaços verdes (...) e depois queixamo-nos do clima, da falta de dinheiro para manter esses espaços verdes». Sobre o problema do lixo, Ribeiro Telles considerou que «esse flagelo que a urbanização anárquica em redor dos grandes centros populacionais tem vindo a acentuar de dia para dia, que as lixeiras camarárias agravam continuamente e em que as pessoas, egoisticamente, também colaboram».

Em janeiro de 1976, Ribeiro Telles revelou, à *Flama*, a criação de parques na Serra da Arrábida, na Lagoa de Albufeira e o estudo de parque na ria de Aveiro, a par de intervenções na Costa da Caparica³¹⁷. O Parque Natural da Arrábida seria instituído em julho, com a publicação do Decreto-Lei n.º 622/76, de 28 de julho. Como secretário de Estado do Ambiente já se encontrava Manuel Gomes Guerreiro, integrado no I Governo Constitucional, que tomou posse a 23 de julho de 1976, constituído pelo PS com base nos resultados das eleições de 25 de abril³¹⁸.

De nada serviram os esforços de funcionários da secretaria de Estado, enviando ao primeiro-ministro eleito, Mário Soares, um abaixo-assinado a reivindicar a permanência de Ribeiro Telles³¹⁹. Consideravam que «por circunstâncias inerentes ao processo anti-cultural em que o país longos anos viveu, não existem em Portugal especialistas com uma larga visão de conjunto de problemas ecológicos e de ambiente coordenados com uma correcta percepção das suas implicações socio-economico-políticas» e que a presença de Ribeiro Telles «tem sido considerada ‘urbi et orbi’ como a presença do homem exacto no local certo e no correcto momento». Argumentavam que «tal presença, ao longo dos governos que antecederam a formação do actual governo constitucional, tem sido de incontestável utilidade nacional, na medida em que tem sido viável a formulação de uma correcta política nacional de ambiente».

Em maio, o *Expresso* noticiou a criação de reservas naturais na Serra da Estrela e na Bacia do Tejo. Foi esse o título de uma notícia de oito parágrafos, sobre uma reunião do Conselho de Ministros, em que sobre o tema destacado não esclarece mais detalhes, mas dá

³¹⁷ Dionísio Domingos, «Ouvindo o secretário de Estado do Ambiente. Ribeiro Teles: «Os problemas do não são folclóricos nem de empenacha de governos», *Flama*, 9 de janeiro, 1976, 41.

³¹⁸ Cf. República Portuguesa, «I Governo Constitucional 1976-1978», <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc01.aspx>

³¹⁹ «Funcionários do Ambiente querem Ribeiro Telles», *Expresso*, 23 de julho, 1976, 3.

conta da «prorrogação das concessões do direito de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo na plataforma continental»³²⁰.

6.2 Um debate parlamentar não noticiado

No programa do I GP, podia observar-se, na secção na secção 4. Política económica e financeira, alíneas h), q) e l) – uma «política de ordenamento do território e de descentralização regional em ordem à correcção das desigualdades existentes» e «dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária» e na secção 5. Política social, alínea p) o propósito «Protecção à natureza e valorização do meio ambiente», como então informou, em maio de 1974, a *Vida Mundial*³²¹. No fim de setembro o programa do III GP apresentou a secção 11. Política de ambiente, sem destaque nos órgãos de comunicação consultados³²². Também quanto à novidade trazida pela Constituição de 1976, que, no artigo 66.º, n.º 1, inscreve pela primeira vez o direito a um «ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado», as publicações analisadas mantiveram-se silenciosas.

Consultados os Diários da Assembleia Constituinte, estes revelam, no seu n.º 59, que a 7 de outubro de 1975 foi aprovado, após participações dos deputados Aquilino Ribeiro Machado (PS) e Helena Roseta (PPD) que discutiram a redação do texto, o articulado da lei fundamental relacionado com o ambiente e qualidade de vida³²³.

Tendo por fonte aquele diário que nos reporta a 7 de outubro de 1975, eis uma narrativa de excertos que poderiam ter sido, então, no todo ou em parte, transcritos pela imprensa coeva:

Aquilino Ribeiro Machado (PS) propôs uma reformulação do n.º 1 – «Todos os cidadãos têm direito a viver num ambiente salubre e que contribua para promover as suas condições de assistência, bem como correspondente dever de defendê-lo». Começou por argumentar que «nós, por ‘ambiente’ entendemos o quadro físico em que os cidadãos habitualmente envolvem

³²⁰ «Reservas naturais na Serra da Estrela e na bacia do Tejo», *Expresso*, 29 de maio, 1976, 10.

³²¹ «Programa do Governo Provisório», *Vida Mundial*, 24 de maio, 1974, 33-35, ver secção «4. Política económica e financeira, alíneas h), l) e q) e secção «5. Política social, alínea p).

³²² República Portuguesa, «Programa do III Governo Provisório», <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp03/programa-do-governo/programa-do-iii-governo-provisorio.aspx>

³²³ Acessíveis em «Debates Parlamentares. Sessão legislativa 01», <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01>.

as suas vidas, desde o sítio em que habitam ao local onde trabalham, os percursos que entre um e outro fazem dia a dia, as zonas que procuram para recreio».

A seguir, Alberto Andrade (PS) alegou que a matéria contida no artigo sobre 'ambiente e qualidade de vida' tinha, em sua opinião, «dignidade e importância para um capítulo e até para um título da Constituição que estamos a elaborar». Este deputado citou *Utopia ou Morte*, lembrando tratar-se de uma obra «que o prof. Henrique de Barros competentemente traduziu», de René Dumont, candidato às eleições presidenciais francesas pelo Movimento Ecológico que «recentemente e aquando da sua curta estadia entre nós, chamou a atenção para as trágicas consequências da carência de cereais que se aproxima a passos agigantados e que a Humanidade parece encarar inconscientemente». Aquele parlamentar leu, na ocasião, uma carta remetida em agosto ao parlamento por Manuel Azevedo Gomes a criticar a falta de rentabilidade do uso florestal do território nacional e concluiu a sua intervenção lembrando que, em abril de 1972, o sindicato alemão dos trabalhadores metalúrgicos organizou um colóquio sobre a qualidade de vida, ao qual Michel Bosquet, autor de *Crítica do Capitalismo Quotidiano e Ecologia e Política*, apresentou a comunicação «Movimento operário e projecto de civilização». Com este argumento, frisou que os trabalhadores portugueses, «preocupados com os problemas do presente, que dizem mais respeito ao passado do que ao futuro – não pensam em construir uma 'frente ecológica' que condene frontalmente a instalação de centrais nucleares e reivindique a socialização da natureza, quando é certo que a Natureza acaba onde o capitalismo começa».

De seguida Helena Roseta (PPD) insistiu que o texto deveria manter a ideia de «ambiente de vida humano», por entender que essa expressão era «bastante mais rica que ambiente de vida salubre». A deputada reconheceu como correta a argumentação de Aquilino Ribeiro, mas alegou que «esta Constituição não vai ser lida apenas por técnicos de arquitectura ou urbanismo, será lida por toda a população». Prosseguiu considerando que «hoje, em todo mundo, são constantes os gritos de alarme contra a poluição, contra a sistemática destruição da Natureza» e que «o sr. Deputado que acabou de falar já referiu isso», frisou que o problema «não reside apenas (como alguns tecnocraticamente propõem) no controle da poluição. Nem é suficiente, como alguns julgam, a boa vontade dos cidadãos». Numa sociedade capitalista «sob o comando do lucro, há que produzir sempre mais, para consumir mais – em suma, para ganhar mais», e para manter as suas taxas de crescimento «os países ricos exploram sem pudor as riquezas e subsolo do planeta, enquanto o Terceiro Mundo vê diminuir as suas reservas de

matérias-primas», afirmou, sustentando que «a má qualidade de vida não é apenas consequência das estruturas de propriedade», pois é também «consequência dos poderes de decisão» e questionando: «quem ignora os estragos causados em Portugal pela instalação de actividades industriais, as mais das vezes controladas por multinacionais, que aqui vinham explorar, sem quaisquer entraves, as reservas e riquezas do subsolo português? Quem ignora a morte das espécies piscatórias que abundavam em muitos dos cursos de água do nosso país? Quem ignora a degradação total do meio ambiente nos bairros de lata e nos bairros clandestinos, onde o esgoto corre ao ar livre e as crianças brincam nas lixeiras?».

Quatro décadas depois, aquele debate parlamentar parece em linha com reportagens publicadas antes e revela-nos princípios que orientaram a promoção à dignidade constitucional do ambiente. Nesse sentido, o reconhecido constitucionalista Gomes Canotilho destacou o nível que o ambiente passou a ocupar, «como um direito fundamental, autónomo relativamente a outros direitos como o direito à vida, o direito à saúde ou o direito de propriedade»³²⁴.

A escassa visibilidade nos órgãos analisados da questão ambiental nos programas dos governos provisórios, como nos comentários que se seguiram à aprovação da lei fundamental, pode ser interpretada como uma desvalorização face a temas que iam emergindo na turbulência política e militar. Do 28 de setembro de 1974, que levou o general António de Spínola, envolvido na abortada “Maioria Silenciosa” a renunciar à Presidência da República, passando pelo 11 de março e pelo 25 de novembro de 1975, até 1976, com a crise no VI GP, liderado por Pinheiro de Azevedo, que chegou a ser sequestrado, abundavam notícias sobre armas a circular nas mãos de civis, tensões internas no MFA e outras externas, com a Indonésia por causa de Timor, com Espanha no declínio do regime de Franco, a que ainda se acrescentavam processos de descolonização, retornados que chegavam e passavam noites no aeroporto, ou a preparação do novo ano escolar. Estes temas superaram as novidades ambientais enquanto programa de governo e o debate parlamentar da sua inclusão no texto constitucional nas agendas e na organização dos espaços editoriais.

³²⁴ Canotilho, coord., *Introdução ao Direito...*, 27.

Conclusões

As fontes consultadas fornecem informações que sustentam para o objeto em análise uma aproximação a relações concretas da sociedade portuguesa com recursos naturais e uma interpretação aos modos como publicações semanais, nos anos de 1973 a 1976, lhes deram visibilidade. É evidente a integração dos atores em sistemas que se comunicavam à escala mundial, permitindo ler a realidade nacional em contexto internacional.

Nessa integração global incluíam-se, seguindo normas que já se aplicavam em outros países, autoridades políticas e administrativas e empresas, como as que implementaram campanhas de mobilização da opinião pública e de limpeza de praias, laboratórios que mediram a contaminação do ar, técnicos e cientistas presentes em conferências e editoras que traduziram para o mercado interno livros estrangeiros, de análise a questões como limites do crescimento e sustentabilidade.

Incluíam-se os próprios periódicos analisados que, ora por iniciativa da sua própria organização, ora seguindo agendas de outros atores, citaram testemunhos de pessoas comuns, discursos de políticos, artigos de escritores ou especialistas, revelando na sociedade portuguesa a persistência de inquietações com a evolução demográfica e escassez de recursos alimentares e energéticos, a regulação de águas e usos agrícolas e florestais dos solos, a expansão urbana, a mobilidade e a poluição.

O choque petrolífero de 1973, que com os combustíveis também agravou preços de transportes e bens essenciais como os cereais e a carne, venceu uma consciência de escassez, e dependência do exterior, acentuada por maus anos hidrológicos e agrícolas. Estudos elaborados com critérios científicos e divulgados por entidades consideradas credíveis em espaços noticiosos relevantes, expostos na esfera pública, suscitaram ou acentuaram percepções de sistemas obsoletos nas atividades agrárias e pescas, como no abastecimento de água e no saneamento.

Ocorrências atingiram, de facto, com consequências imediatas, as populações na sua qualidade de vida. São reportados danos na saúde das pessoas e de ecossistemas, que suscitaram protestos de populares e intervenções de autoridades. Efeitos de contaminação, reais ou perspectivados, foram atribuídos ao modelo seguido de crescimento que configurou, em contraponto com ideias de preservação dos recursos naturais, o ordenamento do território.

Havia países sobrepovoados e outros a sofrer despovoamento. Era o caso de Portugal continental, no início da década de 1970, com baixas de natalidade, no interior rural, cujos laços com a terra se foram modificando com saídas de residentes. Cidades, subúrbios e centros industriais cresceram em ritmos diversos das estruturas de abastecimento e de saneamento, causando tensões entre gentes e poderes. A industrialização, a urbanização e a criação de áreas protegidas modificaram laços das comunidades com elementos naturais.

Entre o início e o fim dos anos estudados, nota-se uma diminuição quantitativa dos artigos publicados referentes ao ambiente, mais evidente no capítulo da poluição. No ano de 1973 as questões ambientais eram temas com relevância, com menções de conferências internacionais e campanhas nacionais de sensibilização e despoluição, apoiadas pelas autoridades, envolvendo organizações políticas, administrativas, empresariais, técnicas e científicas em ações de preservação, elaboração de estudos e na resposta a acidentes e situações de crise. Nos anos seguintes, a menor visibilidade sugere desvalorização do tema.

Antes da revolução, havia organizações a mobilizar repórteres em visitas a lugares contaminados e para sensibilizar a opinião pública, destacando-se a Campanha de Conservação da Natureza e Defesa do Meio Ambiente, patrocinada pela Lisnave e Gaslimpo, que também patrocinava prémios para trabalhos jornalísticos sobre questões de ambiente. O declínio da notoriedade das questões ambientais pode ser entendido pela emergência de novas atualidades: revolução, explicação do golpe de Estado, libertação de presos políticos, partidos políticos, manifestações, sindicatos, greves, independências das ex-colónias, retornados, nacionalizações, tentativas de contragolpe, campanhas eleitorais. Estes temas teriam absorvido nas redações prioridade na organização da agenda e afetação recursos humanos e espaços editoriais. Não é de excluir a hipótese de o fluxo noticioso variar devido a possíveis dependências ou eventuais tentativas de pressão da parte de interesses dominantes.

É possível distinguir, desde a génese, processos que tiveram continuidade ou sofreram roturas: o primeiro parque nacional, a política económica para a celulose e pasta de papel que configurou o ordenamento florestal, as primeiras perfurações e o *deep off shore* na prospeção de petróleo, que em 2016 constituiu novo debate entre empresas e movimentos ecologistas, ideias vindas do Japão no raiar do princípio do poluidor-pagador e de «granja de pescado», a revelar o surgir da prática hoje generalizada da aquacultura e, em Almoster, a primeira exploração no país orientada para evitar pesticidas, dita de agricultura biológica.

Destaca-se ainda o projeto da central nuclear, tratado com relativa profundidade, que não avançou por alterações às condições de financiamento exigidas ao Estado Novo, pelo inesperado Verão Quente de 1975 e pela ação dos meios de comunicação que alertaram populações para perigos de contaminação do pescado, prevalecendo em 1976 a vontade popular de recusa daquela energia. Estes casos, em conjunto, ou de modo isolado, podem ser estudados, com recurso a outras fontes e cronologia mais ampla.

A abertura, notória em 1973, de espaços editoriais relevantes a especialistas, nacionais e estrangeiros, citados em reportagens, entrevistados, ou assinando eles mesmos os seus artigos, que abordaram questões ambientais, documenta a presença na sociedade e nas próprias organizações dos meios de comunicação de uma cultura ambiental determinada.

Em vários casos, como as procuras de energias alternativas aos combustíveis fósseis, a situação da indústria conserveira, em relação com abundância ou escassez de pescado, ou a evolução observada da «Protecção da Natureza», à «Conservação do Ambiente» os leitores tiveram acesso a enfoques em escalas de tempo longo.

Sendo evidente a presença nas redações de jornalistas que já haviam produzido continuamente trabalhos sobre questões de ambiente, face a novidades dos processos político e legislativo – a criação de um ministério com tutela sobre o ambiente, a política ambiental em programa de governação e o seu debate e inscrição como direito fundamental na Constituição de 1976 – sobressai o silêncio das fontes. A estes processos apenas alguns dos mais próximos puderam, então, aceder.

Fontes

Jornais e revistas

Expresso, 1973-1976.

Flama, 1973-1976.

O Século Ilustrado, 1973-1976.

Vida Mundial, 1973-1976.

Artigos em jornais e revistas

Abelaira, Augusto. «Este número será visado pela comissão had-hoc», *Vida Mundial*, 28 de junho, 1974, 2-3.

Abelaira, Augusto. «Aos leitores», *Vida Mundial*, 3 de outubro, 1974, 9.

Afonso, Manuel Sequeira. «Algarve a contas com a poluição», *Expresso*, 27 de Janeiro, 1973, 4.

Almaça, Carlos. «Da protecção da natureza à conservação do ambiente», *Expresso*, 7 de julho, 1973, 14.

Amorim, António. «Sines: progredir sem destruir», *Flama*, 27 de abril, 1973, 4.

Amorim, António e Louro, Regina. «Imprensa Portuguesa: onde está o mal?», *Flama*, 30 de maio, 1975, 10-18 e 38-39.

António Amorim e Carlos Moreira, «Celulose: horizontes para o ano 2005», *Flama*, 3 de Janeiro, 1975, 29-40.

Antunes, Fernando. «Entrevista com Almerindo Lessa. Salvar o homem: conspiração universal para uma consciência ecológica», *Vida Mundial*, 16 de fevereiro de 1973, 9-16 e 49-50.

Antunes, Fernando. «Água. Consumo e recursos», *Vida Mundial*, 24 de agosto, 1973, 24-41.

- Antunes, Fernando. «Escassez de combustíveis», *Vida Mundial*, 7 de novembro, 1973, 10-16 e 49-56.
- Antunes, Fernando. «Petróleo em Portugal. Promessa centenária», *Vida Mundial*, 19 de abril, 1974, 18-31.
- Bacalhau, Mário. «Porque nascem menos portugueses», *Flama*, 18 de Janeiro, 1974, 6-11.
- Bacalhau, Mário. «Programa de política económica e social: catorze sectores de actividade de uma economia de mercado», *Flama*, 7 de março, 1975, 29-40.
- Balsemão, Francisco Pinto. «Só a alta classe média se opõe à rápida industrialização», *Expresso*, 7 de julho, 1973, 11-13.
- Blasco, António. «Ambiente. Em 1975 seremos 3.600 milhões», *Expresso*, 20 de Janeiro, 1973, 17.
- Caputo, Livio. «Os donos do petróleo», *Flama*, 27 de julho, 1973, 32-26.
- Carapinha, Rogério (textos), Armando Vidal (fotos) «Falta de produtos. As necessidades não esgotam», *Flama*, 28 de dezembro, 1973, 6-12.
- Cartaxana, Rui. «Sines: um balanço. O futuro já começou», *O Século Ilustrado*, 12 de novembro, 1976, 12-16.
- Cascais, Fernando. «O Mundo em 1973: Guerra no médio oriente e ocidente sem energia», *Flama*, 4 de Janeiro, 1974, 4.
- Cautela, Afonso (texto) e Cunha, Alfredo (fotos), «Um 'não' à agricultura química», *O Século Ilustrado*, 28 de abril de 1973, 24-27.
- Cautela, Afonso. «A tribuna para Malthus. A população é uma arma», *O Século Ilustrado*, 19 de Janeiro, 1974, 52-55.
- Cautela, Afonso. «Movimento Ecológico: descolonizar a natureza», *O Século Ilustrado*, 20 de junho, 1974, 25-40.

- Cautela, Afonso (textos) e Gageiro, Eduardo (fotos). «Uma torneira de água para 1700 pessoas», *O Século Ilustrado*, 10 de Agosto, 1974, 16-22.
- Contreras, José Correia. «Apresentando uma voz do Movimento Ecológico Português» e Afonso Cautela, «Alternativas para a sobrevivência planetária», *Expresso*, 28 de março, 1975, caderno, I.
- Correia, Natália. «Vida Mundial ressurge», *Vida Mundial*, 6 de maio, 1976, 1.
- Dias, Viriato. «Fins de semana sem automóveis», *O Século Ilustrado*, 10 de novembro, 1973, 14-19 e 66-72.
- Dias, Viriato. «Política de pescas. Da incúria e improdutividade à procura de futuro», *O Século Ilustrado*, 22 de março, 1975, 16-19.
- Dias, Viriato (texto) e Cunha, Alfredo (fotos). «O preço do progresso. Uma população morre pela vida de uma região», *O Século Ilustrado*, 24 de Janeiro, 1976, 38-43.
- Dil, Fernando. «Burle Marx. Ordenar a paisagem para salvar o homem», *Vida Mundial*, 26 de Janeiro, 1973, 10-14.
- Dil, Fernando. «Humanizar as cidades», *Vida Mundial*, 12 de Janeiro, 1973, 9-16.
- Dil, Fernando. «República. Nova política e a política que a fez», *Vida Mundial*, 17 de julho, 1975, 14-15.
- Dimas, Victor. «A energia que os portugueses consomem», *Expresso*, 18 de Janeiro, 1975, 19.
- Domingos, Dionísio. «Ouvindo o secretário de Estado do Ambiente. Ribeiro Teles: «Os problemas do não são folclóricos nem de empenacha de governos», *Flama*, 9 de Janeiro, 1976, 41.
- F. M. A. «Como se alimentam os portugueses», *Vida Mundial*, 6 de abril, 1973, 18-25.
- Fede, Emilio. «27 anos depois: O regresso à ilha de Bikini», *O Século Ilustrado*, 17 de novembro, 1973, 50-56.

- Formigo, Benjamim. «Sim às centrais nucleares, mas...», *Expresso*, 6 de março, 1976, 5.
- Gageiro, Eduardo (fotos). «80 mil pessoas em 1980. O colosso de Sines», *O Século Ilustrado*, 31 de março, 1973, 30-37.
- Gaio, Joaquim (texto) e Baião, Fernando (fotos), «O PNPG. Foi sobretudo a partir de 1970 – Ano Europeu da Natureza», *O Século Ilustrado*, 9 de junho, 1973, 33-48
- Gaio, Joaquim (textos) e Cunha, Alfredo (fotos). «Centrais nucleares – e o povo disse não em Ferrel», *O Século Ilustrado*, 16 de abril, 1976, 20-23.
- Garcia, Pinto (textos) e Diegues, Américo (fotos). «800 mil contos transformados em archote», *Flama*, 7 de fevereiro, 1975, 46-47.
- Garcia, Pinto (textos) e Ruiz, José. «Operação limpeza provoca romaria», *Flama*, 21 de fevereiro, 1975: 28-29.
- Garcia, Pinto (textos) e Moreira, Henrique (fotos). «Água: o Porto vai ter um Verão seco», *Flama*, 14 de junho, 1974, 3-7.
- Garcia, Pinto (textos) e Cruz, José (fotos). «O problema da água não se resolve com paliativos. Porto: sede de Verão em pelo Inverno», *Flama*, 6 de fevereiro, 1976, 44-45.
- Garcia, Pinto. «Peneda-Gerês. Vai nascer um paraíso na Europa», *Flama*, 16 de fevereiro, 1973, 30-34.
- Garcia, Pinto, coord. «Lacticínios. Indústria em recuperação», *Flama*, 19 de setembro de 1975, 23-27.
- Garcia, Pinto (texto) e Ruiz, José (fotos), «Conservas: autópsia de uma indústria em crise», *Flama*, 9 de maio, 1975, 23-30.
- Garcia, Pinto, coord. «Portugal vai recorrer à energia nuclear: o risco calculado?», *Flama*, 23 de Janeiro, 1976, 38-42.
- Garcia, Pinto (texto) e Moreira, Henrique (fotos). «Ria de Aveiro: um pântano ameaça a cidade», *Flama*, 12 de outubro, 1973, 36-40.

- Garcia, Pinto (texto) e Ruiz, José (fotos), «Cacia: só lhe falta morrer», *Flama*, 10 de Janeiro, 1975, 40-45.
- Garcia, Pinto (texto) e Moreira, Henrique (fotos), «Ria de Aveiro: um pântano ameaça a cidade», *Flama*, 12 de outubro, 1973, 36-40.
- Garcia, Pinto (texto) e Moreira, Henrique (fotos). «O Porto quer zonas verdes», *Flama*, 26 de abril, 1974, 40-41.
- Garcia, Pinto (texto) e Ruiz, José (fotos). «Um parque natural às portas do Porto», *Flama*, 17 de fevereiro, 1976, 36-37.
- Garcia, Pinto (texto) e Ruiz, José (fotos). «Luz verde aos transportes colectivos», *Flama*, 24 de fevereiro, 1976, 34-37.
- Garric, Daniel. «200 milhões de crianças subalimentadas. A fome dos outros», *O Século Ilustrado*, 16 de novembro, 1974, 18-20.
- George, Francisco. «Medicina. Luta contra a poluição», *O Século Ilustrado*, 12 de Janeiro, 1974, 57.
- George, Francisco. «A poluição da água», *O Século Ilustrado*, 19 de Janeiro, 1974, 53.
- George, Francisco. «Explosão demográfica», *O Século Ilustrado*, 16 de março, 1974, 60.
- Grisolia, Santiago. «A escassez de alimentos uma preocupação mundial», *Expresso*, 1 de março, 1975, *Expresso*. Artes, letras e ciências, II.
- Lopes, A. Martins. «Poker político e petrolífero no golfo pérsico-arábico», *Expresso*, 16 de junho, 1973, 7.
- Manuel, Alexandre. «Poluição. A gangrena moderna», *Flama*, 16 de março, 1973, 42-46.
- Manuel, Alexandre (texto) e Armando Vidal (fotos). «Pernes: a morte cobre-se de espuma branca», *Flama*, 10 de Agosto, 1973, 46-49.
- Manuel, Alexandre. «Água: fechar as torneiras e abrir as bolsas», *Flama*, 5 de outubro, 1973, 14.

- Manuel, Alexandre. «XI Legislatura: assuntos não faltam», *Flama*, 16 de novembro, 1973, 25.
- Mendes, Teresa (texto) e Baião, Fernando (fotos). «Há cerca de 20 anos. O mar ‘come’ as praias da Costa da Caparica», *O Século Ilustrado*, 10 de fevereiro, 1973, 2-5.
- Mendes, Teresa (texto) e Baião, Fernando (fotos). «Encerrado ao público o Jardim Botânico de Lisboa», *O Século Ilustrado*, 17 de março, 1973, 10-13 e 74-75.
- Mendes, Teresa, «Cap. Vasco Lourenço: A Imprensa tem afastado o povo da própria revolução», *O Século Ilustrado*, 19 de julho, 1975, 2-4.
- Mourão-Ferreira, David. «Os devotos da poluição», *Flama*, 11 de maio, 1973, 134.
- Nazareth Jr., Adriano. «Também no Porto... Guerra ao ‘problema’ do trânsito», *O Século Ilustrado*, 27 de Janeiro, 1973, 36-37.
- Oliveira, J. Santos. «Ecologia, poluição e qualidade de vida», *Expresso*, 31 de Agosto, 1974, 10.
- Palla, Maria Antónia. «A população da Musgueira ocupa espaço verde»: *Vida Mundial*, 1 de maio, 1975, 34-37.
- Palla, Maria Antónia. «Retornados de Angola. “A gente foge da guerra”», *Vida Mundial*, 11 de setembro, 1975, 19-21.
- Pereira, Miguel Serras. «Criação de novas cidades. Promessa de que soluções?», *Vida Mundial*, 13 de julho, 1973, 26-31.
- Perucho, Almeida. «Poluição: significado de um combate», *Expresso*, 8 de junho, 1974, 22.
- Plantier, Carlos, (textos) e Francisco Ferreira (fotos), «A comissão reguladora interveio. Bacalhau assegurado até 1976», *O Século Ilustrado*, 20 de setembro, 1975, 12-19.
- Plantier, Carlos, «Política de Ambiente: Portugal está a transformar-se numa lixeira», *O Século Ilustrado*, 22 de março, 1975, 20-24.

- Praça, Afonso. «Em foco. 1974: Ano mundial da população», *Vida Mundial*, 11 de Janeiro, 1974, 9-19.
- Praça, Afonso. «Portugal. População e migrações», *Vida Mundial*, 15 de março, 1976, 10-16.
- Praça, Afonso. «A agricultura em Portugal», *Vida Mundial*, 8 de junho, 1973, 5-16.
- Sá, L. Correa. «Portugal e a produção de petróleo do off-shore», *Expresso*, 27 de abril, 1974, 15.
- Sequeira, Francisco de. «Sines: Expropriação sistemática de toda a terra», *Vida Mundial*, 16 de dezembro, 1976, 19-24.
- Silva, Germano (texto) e Diégues, Américo (fotos), «Agricultura: o bucolismo da cidade», *Flama*, 16 de novembro, 1973, 64-66.
- Silva, Manuel Gonçalves da, Garcia, Pinto Garcia (textos) e António Xavier e Carlos Gil (fotos), «Pescadores: a crista do abandono», *Flama*, 30 de maio, 1975, 21-32.
- Silva, Vicente Jorge. «Gonçalo Ribeiro Teles: a poluição dos rios é um problema de ordem geral», *Expresso*, 30 de novembro de 1974, 22-23.
- Sousa, Marcelo Rebelo de. «História breve de uma multa de 25 contos», *Expresso*, 21 de setembro, 1974, 6.
- Vasconcelos, Maria do Carmo (texto) e Hervé (fotos). «Poluição: a morte a prestações», *Flama*, 27 de julho, 1973, 49-53.

Bibliografia

- Alves, Jorge Fernandes, «A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel». *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. I (2000): 153-182.
- Amorim, Inês, Sara Pinto e Luís Silva, eds., «Reading Topics on Environmental History - Breves leituras sobre História Ambiental. 1.º Encontro de REPORT(H)A. Rede Portuguesa de História Ambiental». Porto: CITCEM 2015.
- Amorim, Inês. «Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico». Dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.
- Bacci, Massimo Livi. *Breve História da População Mundial*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- Black, Jeremy. *O Mundo no Século XX*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2008.
- Blainey, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- Bloch, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Bonifácio, Maria de Fátima. «O protecçãoismo como ideologia radical». *Análise Social*, XXIV, n. 103-104 (1988).
- Brandão, Tiago, «Origens da Comissão Nacional do Ambiente na emergência da política ambiental em Portugal». *Ler História*, n. 68 (2015): 129-167.
- Brandão, Tiago. «A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- Brito, Cristina M. R. da Silva. «Os mamíferos marinhos nas viagens marítimas pelo Atlântico entre os séculos XV e XVIII: a evolução da ciência e do conhecimento». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- Burke, Peter. «Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro». Em *A Escrita da História: novas perspectivas*, org. Peter Burke. São Paulo: UNESP, 1992.
- Canotilho, José G., coord. *Introdução ao Direito do Ambiente*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.
- Carson, Rachel. *Primavera Silenciosa*. S. Paulo: Ed. Melhoramento, 1969.

- Cartledge, Paul. «Que é e história social hoje?». Em *Que é a História Hoje?*, coord. David Cannadine. Lisboa: Gradiva, 2006.
- Carvalho, Anabela, org., *As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos*. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- Cascais, Fernando. *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Verbo, 2001.
- Certeau, Michel de. «A operação histórica». Em *Fazer História. 1. Novos Problemas*, org. Jacques Le Goff e Pierre Nora. Lisboa: Bertrand, 1977.
- Chartier, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- Curto, Diogo Ramada. «Rumores e comunicação». Em Diogo Ramada Curto, *As Múltiplas Faces da História*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Dias, A. Jorge. «Cultura». Em *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. Joel Serrão, 253-254. Porto: Figueirinhas, 1985.
- Elias, Norbert. *O Processo Civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: D. Quixote, 1990.
- Estanque, Elísio «Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 55 (1999): 85-111.
- Evans, Richard J. *Em Defesa da História*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- Fernandez-Armesto, Felipe. «Epílogo». Em *Que é a História Hoje?* coord. David Cannadine. Lisboa: Gradiva, 2006.
- Ferreira, José Gomes, «Saneamento básico. Factores sociais no insucesso de uma política adiada». Tese de doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.
- Geraldes, Helena. *O Homem da Mala de Estocolmo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.
- Giddens, Anthony. *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta, 2004.
- Gomes, Pedro Marques, «A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975)». *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 9, n. 2 (julho a dezembro, 2012): 368-382.
- Hall, Edward T. *A Dimensão Oculta*. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.
- Judt, Tony. *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2006.

- Lisboa, João Luís. «Os anúncios da ‘Gazeta de Lisboa’: fonte para uma sondagem sobre cultura e sociedade». Em Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira, coord. *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1988.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso, «De Marx a Ilich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970». *Análise Social*, LI (2.º), n. 219 (2016): 240-273.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Lisboa: Presença, 1976.
- Mattoso, José. *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1988.
- McNeil, J. R. «Environmental History». Em *A Concise Companion to History*, ed. Ulinka Rublack, 299-315. Oxford: Oxford University, 2011.
- Melo, Maria Cristina Joanaz de. «Contra cheias e tempestades: consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal 1852-1856». Tese de doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu, 2010.
- Nouschi, Marc. *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- Pádua, José Augusto, «As bases teóricas da história ambiental». *Estudos avançados*, 24, n. 68 (2010).
- Peralta, Tiago L. V. Marques. «Poder normativo, a União Europeia e a política ambiental». Dissertação de mestrado, Lisboa, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, 2012.
- Pessoa, Fernando Santos. *Manuel Gomes Guerreiro: um esboço biográfico*. Faro: Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve, 2001.
- Pinto, Paula M. Teixeira. «Análise da Eficácia do Processo de Avaliação de Impacto Ambiental na Região Norte». Dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1997.
- Schmidt, Luísa e Aida Valadas Lima, «Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades». *Análise Social*, XXXI, n. 135 (1996).
- Schmidt, Luísa. «Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”». Comunicação apresentada no VI Congresso Português

- de Sociologia, *Mundos Sociais: saberes e práticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho, 2008.
- Silva, Flamarion Maués Pelúcio. «Livros que tomam partido: a edição política em Portugal (1968-1980)». Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- Soares, Carla Cristina Ramos. «O Risco na sociedade e nos media. Como a imprensa nacional tratou a co-incineração». Dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- Tavares, Bruno Ribeiro. «O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica». Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2013.
- Teixeira, Nuno Severiano. «Para uma ‘nova história política’: uma experiência de conceptualização na história contemporânea portuguesa». Em Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira, coord. *Arquivo e Historiografia: Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1988.
- Teixeira, Patrícia e Lima, Helena, «Impactos da Revolução de 1974 nas primeiras páginas dos diários portugueses». *Revista Media & Jornalismo*, número especial - V Seminário CIMJ (2015): 329-342.
- Tengarrinha, José Manuel. «Imprensa», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1985.
- Torgal, Luís Reis. *História... que história? Notas críticas de um historiador*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.
- Tuchman, Gaye, «As notícias como uma realidade construída», em *Comunicação e Sociedade*, org. José Pissara Esteves. Lisboa: Horizonte, 2002.
- Valente, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo*. Lisboa: Gradiva, 2004.

Textos em sítios na internet

AATT. «Crédito Predial Português» Associação dos Amigos da Torre do Tombo,
<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1634> , s.d.

Barkham, Patrick. «Oil spills: Legacy of the Torrey Canyon», The Guardian,
<https://www.theguardian.com/environment/2010/jun/24/torrey-canyon-oil-spill-deepwater-bp>, 24 de junho, 2010.

Fonseca, Patrícia. «A Pioneira Flama», JJ, Clube de Jornalistas
http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/ij31/ij31_54.pdf, 2007.

Parlamento. «Maria Teresa Almeida Rosa Cárcomo Lobo. Legislaturas: XI»
http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/l/lobo_maria_teresa_de_almeida_rosa_carcomo.pdf, s.d.

Ramos, Mariana C. «O caso República revisitado», Público, 29 de dezembro, 1998
<https://www.publico.pt/media/jornal/o-caso-republica-revisitado-121291>

República Portuguesa. «Programa do III Governo Provisório».

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp03/programa-do-governo/programa-do-iii-governo-provisorio.aspx>,
s.d.